

## A SITUAÇÃO POLÍTICA

### Entrevista com António Gervásio



«O governo Mota Pinto não pode indicar à opinião pública um caso que seja dos tais sinais pré-insurreccionais nesta ou naquela zona. O objectivo da reacção é levar tropas para o Alentejo, jogar com os militares contra o povo trabalhador, criar aqui e ali, e também nos quartéis, um espírito anti-Reforma Agrária, anti-povo alentejano. E a partir daqui desenvolver toda uma cadeia de acontecimentos que poderiam levar para uma outra direcção, grata às forças reaccionárias»

(págs. centrais)

### Entrevista com Aurélio Santos



«Não se pode pactuar com as situações criadas por Proença de Carvalho ou abrandar na luta contra as medidas de destruição das conquistas de Abril no sector da Informação. Para estabelecer a normalidade na comunicação social é necessário revogar todas as medidas arbitrarias tomadas à margem da lei e contra a lei, à sombra de compadrios e da subserviência, com violação de direito e princípios democráticos que a Constituição expressamente estabelece».

(págs. centrais)

### Entrevista com Vital Moreira



“Ao lermos a defesa do referendo por algumas das mais notórias figuras da reacção portuguesa, poderia assaltar-nos a dúvida sobre saber se subitamente não teria havido uma estranha conversão da direita às formas mais puras de democratismo jacobino. Pura ilusão: a direita é aqui perfeitamente coerente. As fórmulas plebiscitárias constituem, como se sabe, um instrumento privilegiado de 'legitimação' pseudodemocrática de todos os fascismos e bonapartismos.”

(págs. centrais)

### Que perspectivas na AR face à nova situação?

A questão da moção de censura ao Governo Mota Pinto vai certamente constituir o tema central dos próximos trabalhos da Assembleia da República. Entretanto esta reiniciará brevemente os seus trabalhos num quadro diferente decorrente da profunda cisão verificada no PPD, cisão que teve como consequência imediata a passagem do partido de Sá Carneiro de segundo a quarto partido da Assembleia da República e a constituição de um relativamente forte núcleo de deputados independentes.

(págs. centrais)

### Valença:



votar na APU é abrir as portas ao futuro

Pag. 8



O IX Congresso aproxima-se: é necessário começar a preparar a discussão das Teses

Pag. 12



### PLANO SIDERÚRGICO

O Seminário sobre o Plano Siderúrgico Nacional promovido pela revista «EC-Questões Económicas e Sociais» foi um contributo importante para a definição de uma política ao serviço dos trabalhadores e do País — Pág. 12



Pag. 9

O Plenário da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul realizado em Évora no passado domingo decidiu a adesão à CGTP/IN e tomou diversas decisões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária e condenação da política de Mota Pinto

CONSOLIDAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SINDICATOS AGRÍCOLAS DO SUL

## Editorial

## OS PARTIDOS NO REGIME

As forças reacconárias têm acumulado nos últimos tempos algumas amargas derrotas e insucessos. Sobre eles tentam hoje alicerçar novas agressões à democracia.

A profunda e clamorosa cisão do PPD, que viu agora reduzido de 73 para 36 o seu núcleo de deputados, fez aumentar de maneira insólita na Assembleia da República o número de deputados "independentes" assim como, paradoxalmente, recrudescer os ataques indiscriminados da extrema-direita aos partidos e ao próprio sistema de partidos em que assenta a democracia portuguesa.

As colições entre os partidos da direita, as rivalidades pessoais, de interesses e de grupo, que assumem, por vezes, carácter violento no seio de cada um deles, e que em alguns casos têm conduzido a situações de ruptura, como agora no PPD, as próprias dificuldades e dissensões internas que têm, de certo modo, "salamizado" o PS, reflectem a agudeza das contradições da sociedade portuguesa actual, e mostram como sob o fogo do movimento popular e democrático, se clarificam rapidamente as posições políticas e de classe.

A causa básica do esfacelamento dos partidos da direita e da relativa "salamização" do PS — a expressão é do dr. Mário Soares — reside ineludivelmente na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista em que esses partidos, de maneira mais ou menos directa, fora ou dentro do Governo, se têm notoriamente empenhado. A política de destruição sistemática e violenta das conquistas de Abril — da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores — que assumiram a sua forma mais aguda sob a égide do actual Governo Mota Pinto, vai de tal maneira contra a vontade da maioria esmagadora do Povo português, que tem desgastado esses partidos, roído a sua base de apoio. Essa política isola-os crescentemente das grandes massas populacionais, reduz-lhes cada vez mais o espaço de manobra. A persistência na política de recuperação capitalista será cada vez mais nefasta para os partidos que a praticam, conduzirá infalivelmente a novas derrotas e insucessos das forças da direita, atingirá duramente todos aqueles que, numa forma ou outra, se deixem atrelar ao carro avariado da reacção.

Sem dúvida que isto reflecte, por um lado, a incapacidade e uma certa desorientação e desespero das forças reacconárias, mas por outro lado reflecte igualmente o amadurecimento político, a correcção de posições e a firmeza de princípios dos comunistas e outros democratas portugueses consequentes. O PCP tem sido o único partido democrático português a apontar soluções viáveis para os problemas nacionais, o único a bater-se de facto por uma alternativa democrática para a crise actual.

Com base neste fenómeno e nos seus reflexos imediatos, uma nova armadura de forças se precisa, uma nova realidade política e social se estabeleceu.

As forças reacconárias, grandes responsáveis pela desestabilização da situação portuguesa actual, procuram responsabilizar o nosso sistema institucional pela crise que elas próprias engendraram. Tais fenómenos e deslocamentos de forças, reflectindo embora a agudeza da crise não podem legitimamente pôr em causa os partidos. A existência e a intervenção dos partidos são parte integrante da democracia portuguesa, as mudanças não implicam a negação do sistema.

É a reacção que o pretende pôr em causa e colher daí dividimentos a favor dos seus objectivos de liquidação do regime democrático e de restabelecimento de uma nova ditadura.

É visível que no momento actual a representação parlamentar dos partidos não corresponde à expressão eleitoral que obtiveram nas eleições de 1976 mas o facto não diminui a força institucional do órgão de soberania "Assembleia da República" e a sua capacidade operacional de intervenção na actividade legislativa e de fiscalização dos actos do Executivo.

Pelo contrário, o enfraquecimento dos partidos da direita na Assembleia abre possibilidades novas de aumentar a operacionalidade parlamentar das forças democráticas, de alargar a base de defesa consequente da democracia e da Constituição, de travar mais eficazmente a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, contrária ao 25 de Abril, praticada pelo Governo Mota Pinto à margem e à revelia da legalidade democrática. Pode, inclusive, agora com mais amplas forças, obrigar à demissão do Governo actual e viabilizar um outro com suficiente base parlamentar e popular.

A actual situação da Assembleia Legislativa aponta para a necessidade de eleições gerais antecipadas mas a sua eventual dissolução sem que fosse previamente resolvida a questão do Governo, abcesso principal da crise política, nenhuma seriedade e genuinidade garantiria a qualquer consulta eleitoral.

A permanência à frente do País de um Governo claramente desautorizado pela Assembleia da República, que perante ela se

comporta com uma arrogância e um desprezo definidores do seu cariz reacconário, constitui um perigo para as instituições democráticas portuguesas e para o próprio regime saído do 25 de Abril.

Um Governo de direita Mota Pinto claramente enfeudado aos interesses do grande capital e do imperialismo, cada vez mais isolado e hostil às classes trabalhadoras e cujo suporte político na Assembleia da República continuam a ser os partidos da direita e as forças reacconárias extraparlamentares, é um perigo permanente para as instituições democráticas e para a independência nacional.

Um Governo Mota Pinto que está, como se sabe, comprometido, na pessoa do Primeiro-Ministro, na constituição de um novo partido à sua imagem e semelhança.

A formação de partidos é, naturalmente, uma das liberdades inalienáveis dos cidadãos portugueses exaradas na Constituição da República. Qualquer grupo de cidadãos pode formar um partido desde que cumpra as normas da lei e respeite os requisitos constitucionais para a sua formação. O partido Mota Pinto, de que para aí se fala, sairia fora deste quadro.

O projectado "partido dos reformadores", partido de direita, integrado de personalidades como os srs. Barreto, Medeiros Ferreira & C. e outros "Rosé" de Mateus, inserir-se-ia numa situação governativa de aberta inconstitucionalidade, apareceria não para o alargamento da convivência democrática mas para o agravamento das relações entre os partidos, para a feroz estruturalização do anticomunismo, para garantir a rápida transição do regime democrático para um regime anticonstitucional e ditatorial apoiado nos monopólios e no grande capital estrangeiro.

Seria um partido merecedor logo à nascença da profunda hostilidade e desconfiança do Povo português.

Um tal partido sem base de apoio, elitista pela sua composição social, reacconário pelo ideário político dos seus fundadores, utilizando, como utiliza, o aparelho de Estado e os órgãos de comunicação social estatizados para a manipulação da opinião pública a favor dos seus torvos objectivos, aponta de facto para o partido único, tipo União Nacional/ANP, de triste memória no historial de luta e de sofrimento do povo deste País.

Não é por acaso que os reacconários do CDS pela boca de Freitas do Amaral se mostram tão abertos a este novo reagrupamento de forças à direita depois do descalabro do seu partido em resultado da "experiência" de coligação governamental com o PS. As esperanças da

extrema-direita no seu conjunto é agarrar-se à tábua de salvação consubstanciada no Governo de Mota Pinto — um governo à margem da legalidade democrática, já useiro e vezeiro na prática de violências contra os trabalhadores, possuidor de um altaneiro desprezo pela Constituição e pelo órgão de soberania mais representativo das opções políticas do Povo português — a Assembleia da República — mesmo apesar das profundas e últimas alterações produzidas no xadrez parlamentar pela cisão do PPD.

Possibilidades novas e muito favoráveis se abrem à intervenção e à iniciativa política das forças democráticas no momento actual. A aprovação da nova lei eleitoral, obtida pela acção conjunta dos deputados comunistas e socialistas, a qual carece apenas da promulgação do Presidente da República, uma vez retiradas as disposições feridas de inconstitucionalidade, retira o último obstáculo legislativo à realização de novas eleições gerais antecipadas.

As condições para uma nova consulta eleitoral existem — as condições para uma grande vitória das forças democráticas e a consequente derrota das forças da reacção estão igualmente criadas.

O eleitorado português já está suficientemente instruído sobre a acção dos partidos da direita e em novas consultas eleitorais não deixará de o expressar de maneira concludente.

Mas uma outra condição indispensável tem de ser preenchida: a remoção urgente do Governo Mota Pinto e a sua substituição por um outro que assegure a realização de eleições com isenção e respeito pela legalidade democrática, que, não havendo eleições antecipadas, possa, inclusivamente, assegurar até 1980 a estabilidade governativa como factor essencial de estabilização política e social, imprescindível à normalização da vida nacional e da democracia portuguesa.

O Partido Comunista está aberto ao exame conjunto com outros partidos e forças democráticas, em particular com o PS, de uma alternativa para a situação actual, incluindo a imediata apresentação de moções de censura ao Governo.

Por outro lado, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio abrem, neste 5.º ano da Revolução portuguesa, possibilidades excepcionais de entendimento e de unidade de todos os patriotas amantes da democracia e de uma grandiosa consagração popular da liberdade conquistada na gloriosa arrancada dos Capitães de Abril.

Um outro fenómeno se processa sob os olhos dos portugueses: as divisões, cisões e crises internas dos partidos reacconários — e também de certo modo do PS — contrastam singularmente com o fortalecimento orgânico, a coesão ideológica, a crescente autoridade política do PCP.

## Nota da Comissão política

1. A situação criada pela permanência do Governo Mota Pinto cuja actuação é caracterizada por um número crescente de ilegalidades e violências, por um sistemático desprezo da Assembleia da República, a recente nota do Conselho de Ministros deformando a realidade política e procurando criar em torno da situação no Alentejo um clima alarmista injustificado; as consequências do conabismo e golpismo de Sá

Carneiro que conduziu a uma importante cisão no seu próprio partido; a defesa de saídas inconstitucionais para a crise actual por meio de soluções antidemocráticas, de referendos e de outras formas abertas ou disfarçadas de golpes de Estado; são factores de instabilidade e de agravamento da situação que a Comissão Política do C. C. do PCP considera com a maior preocupação.

2. A Comissão Política do C. C. considera

extremamente perigosa a criação de uma crise institucional a que conduzir tal situação e chama a atenção de todos os democratas e do povo português para a necessidade imperiosa de se procurar uma solução para a actual crise no quadro do regime democrático consignado na Constituição, e no respeito pelas instituições e pelo seu funcionamento regular.

3. Face a esta situação, a Comissão Política do C. C. salienta que pode vir

a pôr-se, a breve prazo, na ordem do dia, a apresentação de uma moção de censura ao Governo na Assembleia da República se este, entretanto, não apresentar uma moção de confiança como lhe competirá face ao crescente descrédito da sua política e à falta de apoio parlamentar.

4. A Comissão Política do C. C. considera existirem como alternativas para a situação actual: — ou um Governo que, havendo

ou não eleições antecipadas, respeite a Constituição da República, reponha a legalidade democrática e exerça uma função pacificadora dos conflitos e tensões existentes na sociedade portuguesa; — ou, persistindo as dificuldades existentes no quadro da composição da actual Assembleia da República, a formação de um governo que assegure a gestão dos negócios correntes do Estado,

a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições gerais antecipadas (intercalares).

5. O PCP chama a atenção para a urgência da busca de uma solução para a crise actual no quadro das instituições e reafirma a sua disposição de examinar com todas as forças democráticas, designadamente o PS, assim como na Assembleia da República e junto de outros órgãos de soberania, as

medidas capazes de contribuir para se alcançar tal objectivo, assegurando a continuação do regime democrático, a defesa das liberdades e das outras conquistas do 25 de Abril, cujo 5.º aniversário o povo português se prepara para comemorar com entusiasmo e confiança.

Liisboa, 5 de Abril de 1979  
A COMISSÃO POLITICA DO  
COMITÊ CENTRAL  
DO PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

**Avante!**  
Proletários de todos os países; UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. "D" — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Lúria, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. "D" — 1000 Lisboa. Tel. 769725/769725.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 769705 (Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúthia — 3000 Coimbra. Tel. 31298.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baiso, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. "D" — 1000 Lisboa. Tel. 769728.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Março: 77 240



## As relações entre Portugal e Moçambique

As relações entre Portugal e os novos Estados africanos continuam, no seu conjunto, a tardar em desenvolver-se pelos melhores caminhos. As perspectivas abertas pelo 25 de Abril e pela descolonização, na base da real solidariedade de luta e de objectivos existente entre o povo português e os povos oprimidos pelo colonialismo fascista — solidariedade essa culminada com as históricas proclamações de independência — permanecem ensombradas pelas manobras daqueles que, independentemente das intenções que a si próprios atribuem, se mostram incapazes de desenvolver uma política de aproximação que realmente sirva os interesses do povo português.

Um exemplo disso mesmo está a dar o IV Governo, coerentemente, aliás, com a orientação geral da sua política, que, neste aspecto, parece apostada em fechar portas que desde há algum tempo pareciam abertas.

Como se sabe, as recentes conversações no Maputo entre uma delegação portuguesa, chefiada pelo ministro da Indústria e Tecnologia, Álvaro

Barreto, e dirigentes da República Popular de Moçambique, terminaram num malogro, devido à recusa da delegação moçambicana em aceitar as condições prévias que a outra parte pretendia impor, antes mesmo de discutir os principais pontos da agenda.

As questões em debate eram, essencialmente, três. Em primeiro lugar, a liquidação das delegações do Banco de Fomento Nacional e do Banco Pinto & Sotto Mayor, solicitada desde 1975. Em segundo lugar, a resolução dos problemas resultantes dos depósitos (alguns não passavam de simples créditos) transferidos pelos colonialistas dos bancos para os consulados e, posteriormente, usados por estes como se de divisas se tratasse. Finalmente, a resolução de questão semelhante à anterior referente aos depósitos da TAP que foram transferidos para a conta do Tesouro português e se encontram depositados em Moçambique.

Estas importantes conversações, porém, não chegaram praticamente a ser discutidas. A delegação

portuguesa segundo acentua a imprensa moçambicana, entendeu colocar algumas questões prévias, cujo sentido político era, por um lado, fazer crer que até agora o Governo de Moçambique não respeitava os bens e os direitos dos cidadãos portugueses, e por outro lado, obrigar a uma declaração que resultaria no entrave ao exercício da soberania moçambicana no que toca aos cidadãos portugueses.

Para além destas imposições, inaceitáveis para a parte moçambicana, é de sublinhar ainda segundo a mesma fonte, o tom geral de soberania e agressividade que pontuou a actuação da delegação portuguesa, que não só chegou ao Maputo apenas um dia antes de expirar o prazo da prerrogativa solicitada por Portugal para as negociações, como tentou retirar-se sem ouvir a resposta da delegação moçambicana e pretendendo que a mesma poderia ser enviada à embaixada portuguesa...

Estas conversações eram importantes. Basta dizer que os montantes em causa — para só falar do aspecto financeiro

— rondam os dois milhões de contos. Mas Moçambique tornou pública a sua intenção de não fechar as portas a novos contactos e entendimentos, ainda que, compreensivelmente, se recuse a discutir com condições prévias.

É do interesse nacional, e corresponde aos desejos e aspirações dos respectivos povos, desenvolver em todos os aspectos as relações e a cooperação entre Portugal e os novos Estados africanos. Nesse sentido, seria bom que, de uma vez por todas, aqueles que no nosso país ainda sonham com o passado, se compenetrassem de que as «ex-colónias» são hoje nações independentes e soberanas, donas do seu próprio destino.

Não é com tal estado de espírito que será possível estabelecer as necessárias e desejáveis relações de novo tipo com os novos Estados africanos. A manter-se a mesma atitude da parte portuguesa (e é legítimo perguntar se será de esperar outra coisa deste Governo...), tudo indica que a este outro malogro se seguirá. Quem está interessado nisso?

# Reforço do PCP no distrito de Setúbal - realidade constatada na reunião de executivos concelhios com a DORS

A análise da actual correlação de forças políticas nos concelhos do distrito, as eleições para as autarquias, o IX Congresso e situação política foram pontos da Ordem de Trabalhos de uma reunião dos executivos das Comissões Concelhias da Organização Regional de Setúbal do PCP, que se realizou no Centro de Trabalho daquela cidade, com a participação de mais de meia centena de camaradas.

Na mesa, além de outros membros da DORS, encontravam-se as camaradas Sofia Ferreira, Américo Leal, António Santo e Manuel Sobral, do Comité Central, e o camarada Teodósio, suplente do CC, tendo o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, participado nos trabalhos que se prolongaram pela manhã e a tarde de sábado passado.

Sobre a decisão de convocar este Encontro, o camarada Jaime Serra salientou a importância, para o tratamento das questões que neste momento se põem ao Partido, da realização de reuniões deste tipo, que se inserem no espírito de trabalho colectivo e trazem as vantagens de se poder debater os problemas que se colocam no dia-a-dia com os camaradas que estão à frente da direcção política nos concelhos.

Cada concelho interveio depois sobre o primeiro ponto da ordem de trabalhos, analisando a correlação de forças políticas e comparando-a

com a que existia ao tempo das últimas eleições. Verificou-se, através das intervenções, o aumento geral da implantação e influência do Partido Comunista, paralelamente à ausência de actividade em muitos locais, ou de significativa baixa de actividade, de todas as outras forças políticas.

No debate que se seguiu, e no qual intervieram muitos camaradas, foi chamada a atenção para a necessidade de evitar o triunfalismo e o sectarismo decorrente da avaliação de forças favorável aos comunistas, ao mesmo tempo que foi apontada a necessidade de reforçar o trabalho onde a influência do PCP é mais fraca. Outras intervenções sublinharam a importância de encontrar novas formas de propagação, mais adequadas à nova situação.

A encerrar o debate deste ponto, o camarada Jaime Serra salientou o facto de o Partido ter aumentado a sua força orgânica em mais de 65

por cento, registando-se, em alguns concelhos, aumentos de mais de 100 por cento. Referiu-se também à influência do Partido no distrito, sublinhando que as iniciativas em que o PCP não se encontra presente são fracas: junto da população, e indicando que estão criadas condições para um aumento e reforço das posições dos comunistas e dos seus aliados da APU em todos os concelhos do distrito. Finalmente, falando do abstencionismo, afirmou ser possível vencê-lo, combatendo-o e não encarando-o como irreversível, apontando o último recenseamento como exemplo. O recenseamento, disse, foi um êxito devido ao trabalho do nosso Partido.

### Cumprir programas

Após o intervalo para almoço, os camaradas voltaram a reunir-se, tendo o camarada Manuel Sobral aberto os trabalhos do segundo ponto, falando do número de candidatos, substancialmente aumentado depois do último recenseamento, a apresentar nas próximas eleições para as autarquias. Manuel Sobral referiu-se ainda à necessidade da discussão,

nos organismos do Partido, sobre a escolha dos candidatos comunistas a integrarem as listas da APU.

Novamente houve intervenções de cada concelho, que analisaram não só os resultados das diversas eleições depois do 25 de Abril, como também o trabalho desenvolvido pela APU, tendo sido sublinhado que os programas do Povo Unido, apresentados em 1976, estão hoje ou completamente cumpridos ou em fase final, apesar das dificuldades que as autarquias têm encontrado, por parte do Poder Central.

O camarada Jaime Serra referiu-se, a seguir ao debate, à importância de os comunistas discutirem a actividade dos órgãos de Poder onde o partido tem influência, neste caso as autarquias locais. Salientou a importância do trabalho levado a cabo, cujos resultados traduzem a capacidade realizadora dos comunistas. E, depois de ter acentuado que, no fundamental, os eleitos têm cumprido as funções para que foram escolhidos, afirmou que, nos raros casos em que eleitos do Povo Unido, sobretudo se forem comunistas, não se tenham mostrado à altura do mandato, devem ser substituídos sem qualquer hesitação.

O camarada demonstrou ainda a real força de atracção que o Partido exerce, verificável no facto de que muitos eleitos da APU, que não eram comunistas, terem mostrado intenção de pedir a adesão ao PCP logo que termine o seu mandato.

Finalmente Jaime Serra falou da necessidade de uma boa divulgação do trabalho realizado, o maior argumento que os comunistas possuem junto das populações, para além do facto de as leis das Competências e a das Finanças Locais terem sido documentos onde pesou a iniciativa do PCP. E sublinhou que o carácter diferente das eleições para as autarquias não lhes confere características apartidárias: os comunistas participam em listas da APU com independentes e membros de outros partidos, mas tal facto não deve apagar o papel do PCP nem isso torna as eleições apartidárias.

O último ponto da ordem de trabalhos, antes da análise da situação política actual, que coube ao camarada Jaime Serra fazer, já perante muitos outros militantes, em sessão aberta, tratou dos trabalhos preparatórios do IX Congresso do Partido.

O camarada Teodósio referiu-se ao empenhamento exigido,

sobretudo aos militantes do distrito e particularmente aos dos concelhos do Norte da ORS, na preparação de condições para a realização do Congresso, já que este irá realizar-se no Barreiro. Instalações, apoio, confecção de refeições para os delegados, limpeza, controlo serão tarefas que vão mobilizar muitos camaradas, para além da necessidade de organizar a estadia para mais de um milhão de camaradas na região, sobretudo nos concelhos limítrofes do Barreiro. No Barreiro já se ia na 2.ª jornada da reunião, em todos os concelhos se prepara activamente o Congresso. Para além de ser essencial planificar a discussão das teses, necessário é também, conforme foi afirmado, promover uma discussão política nas organizações do Partido para dinamizar o apoio.

Eram já perto das 19 horas quando o camarada Jaime Serra falou sobre a situação política actual, perante muitos mais camaradas que, no Centro de Trabalho de Setúbal, interromperam algumas tarefas ou o convívio do sábado à tarde. A sessão prolongou-se até depois das 20 horas.

## Campanhas para Centros de Trabalho Santo Varão, Peniche, Setúbal, Casebres, Braga

### Santo Varão

Santo Varão fica no concelho de Montemor-o-Velho. A Comissão de Freguesia de Santo Varão do PCP lançou uma Campanha para o novo Centro de Trabalho. Terreno já há. Com mão-de-obra oferecida, faltam ainda assim 200 contos para a construção. O que não falta, entretanto, é o entusiasmo, tanto de camaradas como de amigos do Partido, e as ofertas começaram a chegar.

Uma rifa que os camaradas lançaram, já foi vendida e rendeu cinco mil escudos. No próximo sábado, no Teatro Estrela de Carvalho, em Montemor-o-Velho, realiza-se, às 21 horas, uma festa convívio integrada na Campanha, com variedades e com a participação de conjuntos e artistas da região. Além de outras iniciativas que se preveem, prepara-se, a começar na semana de 16 a 21 de Abril, o lançamento de cupões de contribuição para esta Campanha.

adquirir a sua rifa, ou no CT ou através dos diversos camaradas que já têm livros distribuídos.

### Setúbal

Em Setúbal continua a Campanha dos 7 mil contos. No fim do mês passado já se totalizava 657 233\$10!

Entretanto apenas a Comissão da Banca ultrapassaram as metas previstas, enquanto se aproximam rapidamente do valor proposto os comerciantes e os camaradas da Fábrica de Oleos Vegetais. As iniciativas não podem parar!

### Casebres

No passado domingo, em Casebres, um almoço-convívio realizado no CT, reuniu cerca de 300 pessoas, numa iniciativa integrada na Campanha que ali se desenrola para a compra de um novo Centro de Trabalho. Houve Canto Livre e leitões. Os presentes aprovaram uma saudação aos operários mecânicos da Célula da Setenave que todas as semanas têm assistido às máquinas da Cooperativa de Casebres.

### Peniche

De Peniche já tínhamos falado na passada semana. Mas recordamos que ali os camaradas lançam uma Campanha a nível do concelho, para que 900 contos sejam alcançados no mais curto espaço de tempo. Tal verba - afirma a Comissão pró-Centro - é necessária para adquirir o prédio. Para tal contamos com o ardor revolucionário, a dedicação e o empenho de todos os militantes, democratas e amigos do Partido no sentido de uma ampla participação, para que a meta não só seja alcançada como ultrapassada.

E o comunicado da Comissão continua: Pelo facto de termos que realizar o máximo de fundos no mínimo espaço de tempo, estamos na fase dos empréstimos, muito embora decorram outras iniciativas, como rifas, dádivas e espectáculos.

Quem quiser habilitar-se a uma motorizada - como refere a terminar o apoio da Comissão pró-Centro de Trabalho de Peniche - pode

### Braga

O Centro de Trabalho de Braga do PCP, localizado numa das artérias mais centrais da cidade e instalado num edifício de reconhecido interesse histórico, constitui para todos os militantes e simpatizantes de todo o país uma prova clara do reforço da luta dos comunistas pela consolidação do regime democrático. A implantação do Centro de Trabalho do PCP em sede própria, é, para os comunistas e para os democratas de Braga, um acontecimento que se reveste de significado especial.

Mas a realidade assegurada não foi ainda completada. Falta liquidar, no mês corrente, a última prestação do compromisso antes assumido - cerca de 630 contos! Se se foi capaz de chegar até aqui, vamos empenhar-nos no último esforço!

## Comunistas de Sacavém Responder aos problemas, superar dificuldades, foi decisão da 1.ª Assembleia de Freguesia

A cada militante uma tarefa, foi lema da 1.ª Assembleia da Freguesia de Sacavém do PCP, realizada no passado sábado, nas instalações da Cooperativa «A Sacavenense», e que contou com a presença do camarada Severiano Falcão, membro do Comité Central.

Virada para o reforço da Organização, esta Assembleia procurou fazer o balanço, tal como é referido no seu Relatório aprovado, do trabalho feito:

Procuraremos - diz o documento - relatar o que fizemos, mas sobretudo o que devíamos ter feito e não fizemos, os erros que cometemos, de modo a permitir que possamos encontrar formas para superar as dificuldades e podemos sempre responder prontamente às questões que se colocam no dia a dia da vida do Partido e do processo revolucionário em curso.

O Relatório debruça-se sobre os

problemas mais prementes da Freguesia, começando por sublinhar as carências da população daquele grande aglomerado operário, antes de falar da história - cheia de tradições antifascistas - de Sacavém, onde em 1927 foi fundada a célula da Fábrica de Loica. De então para cá, pelos anos, foram assinadas as datas de uma luta contra a exploração e pelas liberdades - história de lutas que a repressão não conseguiu nunca calar.

Também depois do 25 de Abril a actividade dos comunistas se salienta através das mais variadas iniciativas e da sua ligação à classe operária e à população. São os comunistas - afirma o Relatório - que em Sacavém são mais conhecidos, admirados e estimados pela gente honrada.

Para além do Relatório, muitos outros documentos foram produzidos na Assembleia, sob

forma de intervenções que abordaram os aspectos mais importantes da actividade do Partido na Freguesia. Intervenções das células da Fábrica de Loica, da Processa, da Lever, da Coram, da Trellaria, da Fima, da Dyrup, de organismos e frentes de trabalho diversos - autarquias, sindicatos, Séd, pequenas e médias empresas, Mulheres, «Avante!», Colectividades, Militantes Antigos, Fundos, Informação e Propaganda, Reformados. Muitas saudações e moções foram ainda aprovadas pela Assembleia.

Para além da eleição de nova Comissão de Freguesia, que passa a compreender 30 membros, de maioria operária e na qual se encontram 6 mulheres, foi aprovado um projecto de resoluções que prevê a actividade dos comunistas e as tarefas principais que, em diversos domínios, se colocam no presente e no futuro próximo.



Os trabalhos da 1.ª Assembleia de Freguesia de Sacavém do PCP analisaram as actividades do Partido que, naquela localidade, possuem raízes profundamente implantadas nas massas

### Camaradas da Guarda

Convidam-se todos os camaradas, naturais do distrito da Guarda e residentes na zona de Lisboa, a participarem numa importante reunião que se realiza no sábado, dia 21 de Abril, às 15 e 30 horas, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade.

## Agenda

**Dia 13, Sexta-feira**  
Almada, no Centro de Trabalho, às 10 horas, reunião plenária da Comissão Concelhia • Ermidas Aldeia, às 21 horas, sessão de esclarecimento

**Dia 14, Sábado**  
S. Domingos (Santiago do Cacém), na Casa Nova, às 16 horas, sessão de esclarecimento • Quinta do Conde (Sesimbra), às 21 horas, na Casa do Arrind, convívio para os moradores organizado pela Comissão Local do PCP.

**Dia 18, Quinta-feira**  
Almada, às 21 e 30, na Academia Almadaense, sessão sobre a Constituição com a participação do camarada Vital Moreira, deputado à Assembleia da República.

## 1.ª Assembleia do BTA analisa o trabalho e elege Secretariado

Com a presença, na mesa que dirigiu os trabalhos, dos camaradas Jaime Félix, do CC, Carlos Grilo, do CLL, de Francisco Serrano, António Sobral, Jorge Matias e Fernando Henriques, do Organismo de Direcção dos Bancários, reuniu no passado sábado, no salão das Fumas, a 1.ª Assembleia da Célula do Banco Totta & Atores do PCP, em que participaram cerca de 60 camaradas, registando-se ainda a presença de muitas dezenas de convidados, entre comunistas e simpatizantes.

Com uma Ordem de Trabalhos que ocupou praticamente todo o dia, a Assembleia apreciou a prestação de contas da actividade política da célula, de 1974 a 1978, e o Relatório de Actividade, que discutiu e votou, mais tarde, por unanimidade, tendo, finalmente, eleito o novo Secretariado.

As duas primeiras sessões da parte da manhã, dirigidas sucessivamente pelos camaradas António Flores e Luís Camarero, foram preenchidas por intervenções que abordaram vastos e variados problemas que se colocam aos comunistas daquela instituição bancária, desde questões de Organização, Fundos, Política de Alianças e Unidade dos Trabalhadores, até aos que dizem respeito à vida da empresa, como Reestruturação de Serviços, Política de Crédito, Recrutamento, Repressão na Empresa.

Um almoço, no intervalo, reuniu mais de cem camaradas e amigos, em ambiente de grande fraternidade, no CT de Sete Rios.

Da parte da tarde, a primeira sessão, dirigida pelo camarada Alvaro Fernandes, ocupou-se, para além da discussão e votação do Relatório, da apreciação de mais intervenções, que versaram questões de Política de Pessoal e CCT no BTA, apoio à Reforma Agrária, Informação e Propaganda, Frente das Mulheres, Controlo de Gestão, havendo ainda uma intervenção sobre a Política de Recuperação Capitalista do Governo e do Banco de Portugal e as suas incidências no BTA.

O camarada Gameiro leu depois um trabalho da Comissão de Redacção, onde se assinala o trabalho desenvolvido na preparação do Projecto de Relatório.

Recolhidas mais de 140 emendas, a chegadas e rectificações, apresentadas

por diversos camaradas, incluindo os camaradas do Secretariado - diz o documento - foram estas apreciadas pela Comissão de Redacção que tomou em consideração mais de 90 por cento das alterações propostas na reformulação do Projecto que assim foi melhorado consideravelmente.

Na última sessão, cujos trabalhos foram dirigidos pelo camarada José Regalado, foi eleito o novo Secretariado da Célula, que ficou composto por onze camaradas - Alvaro Fernandes, Aníbal Pereira, António Tavares, Eduardo Barbieri, Fernando Sequeira, Ferrer Lopes, Francisco Patrício, João Pinho, José Regalado, Luís Gameiro e Roberto Dias. No final tomou a palavra o camarada Jaime Félix, do Comité Central, que falou sobre a situação política.



Os comunistas do BTA, com esta 1.ª Assembleia de Célula, dão um importante passo na organização dos Bancários do PCP

## Actividades do Partido

● **Reunião Plenária** - No passado dia 31 de Março realizou-se no Centro de Trabalho de Alcântara, com a presença do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC do PCP, uma reunião plenária de quadros dos secretariats de célula do Sector dos Transportes da ORL para discussão do Trabalho de Direcção, Estruturação e Funcionamento das Células; Recrutamento e Ligação às Massas e Metas até ao IX Congresso para o «Avante!» e «O Militante». Dos aspectos mais importantes das conclusões salienta-se: a necessidade de melhorar o estilo de trabalho de direcção dos organismos dirigentes; melhorar o conhecimento de toda a organização; dar maior atenção aos problemas de quadros, sua evolução e acompanhamento; melhorar e aprofundar a descentralização das tarefas de direcção; melhorar o nível ideológico dos militantes; trabalhar para que todo o militante esteja organizado e desempenhe a sua tarefa partidária e adequada às suas capacidades e possibilidades.

este ano está aprovado. Será: «Na Unidade, a Amizade é uma Festa!». Espectáculos, comes e bebes, artesanato, exposições sobre as lutas no concelho, intervenção política, festival de teatro, livros e discos, eis algumas das actividades que reunirão, em festa, muitos comunistas e democratas de Almada e não só.

Concelhia, tendo estado presentes os membros do CC Maria Cabral e Abílio Martins. No final, depois de apresentadas as conclusões, a camarada Maria Cabral fez uma intervenção sobre a situação política. No intervalo dos trabalhos houve o almoço que, tal como o Encontro, decorreu em ambiente de camaradagem.

● **Mealhada** - Para balanço da actividade realizada em todos os aspectos e definir as perspectivas futuras, reuniu na Mealhada a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Partido, à qual assistiram muitos convidados, entre os quais membros do PS. No final teve lugar uma sessão de esclarecimento, em que estiveram presentes mais de 150 pessoas. Interviu o camarada Carlos Luis Figueira, do CC e da DORS, que no final respondeu às numerosas questões postas pelos assistentes.

● **Vila Boim** - A Comissão de Freguesia de Vila Boim do PCP publicou um comunicado onde denuncia o assalto, perpetrado na noite de 7 para 8 do corrente por um grupo de fascistas ao Centro de Trabalho do PCP daquela localidade. Os fascistas destruíram o rádio, a instalação eléctrica, mesas, cadeiras, o balcão e documentos e roubaram as bebidas do bar.

Estes e outros actos - diz o comunicado da organização do Partido - vêm uma vez mais comprovar que os reacçãoários e exploradores do povo português estão desesperados e isolados pelo descrédito da sua política, estão assustados com o avanço das forças de esquerda na defesa do 25 de Abril. O comunicado apela à população da vila para que reforce a vigilância e exige das autoridades a tomada de medidas energéticas e eficazes contra os bandos terroristas.

● **Póvoa de Santa Iria** - O 1.º Encontro de Quadros de Póvoa de Santa Iria realizou-se no sábado passado, durante todo o dia, no Pavilhão da Abelheira, com cerca de 70 participantes, entre os quais 13 mulheres. Dois grupos de trabalho estudaram, respectivamente, empresas e tarefas específicas e frentes de trabalho. Entre os participantes contavam-se os membros da Comissão

este ano está aprovado. Será: «Na Unidade, a Amizade é uma Festa!». Espectáculos, comes e bebes, artesanato, exposições sobre as lutas no concelho, intervenção política, festival de teatro, livros e discos, eis algumas das actividades que reunirão, em festa, muitos comunistas e democratas de Almada e não só.

## Governo procura desestabilizar - afirmou José Magro na Trafaria

Verificamos que o Governo Mota Pinto desrespeita sem pudor a Assembleia da República em atitudes que são verdadeiras provocações, quando afirma, por exemplo, ir apresentar um Orçamento semelhante ao já rejeitado por aquela - disse o camarada José Magro, membro do Comité Central, ao falar num comício-festa realizado no sábado na Trafaria, no Salão dos Bombeiros daquela localidade.

Com a participação de algumas centenas de pessoas, o comício foi também festa e houve baile, com a actuação de dois conjuntos musicais de Almada. O ambiente fraterno que reinou levava o camarada José Magro a assinalar, no seu discurso, que os comunistas e os trabalhadores sabem assim, ao mesmo tempo, harmonizar o trabalho

e o divertimento, a luta séria e esforçada e a maneira de ser alegre, optimista e confiante.

Falando ainda sobre a situação política, José Magro diria: Verificamos que o Governo procura criar artificialmente o clima de desestabilizador e alarmista, através da chuva de «notas oficiais» do Ministério da Comunicação Social, do MAP ou do próprio Conselho de Ministros, muito especialmente no que respeita a uma pretensa situação pré-insurreccional no Alentejo, como decerto seria desejo desses senhores.

Mas não podemos esperar sequer esse mínimo de dignidade por parte de um governo que tem actuado como tem actuado o Governo Mota Pinto. Governos reacçãoários, como o de Mota Pinto só se demoram quando são de saem enforcados. Sendo esse o caso, há que enforcá-lo, sublinhou José Magro, avançando a possibilidade de apresentação de uma moção de censura na Assembleia.

## Rádio Moscovo transmite para Portugal

3 vezes por dia  
Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

# Semana

**4** Quarta-feira 1949 - O regime fascista de Salazar é admitido na NATO

Trinta e sete deputados do PPD/PSD anunciam, na AR, o seu abandono do partido, permanecendo no hemiciclo como independentes. Confirma-se assim a cisão que se avolumava no partido de Sá Carneiro, que a partir desta data e em termos numéricos passa a ser o 4.º partido com representação na AR. A Lei Eleitoral é aprovada pela 3.ª vez na AR com os votos dos deputados socialistas e comunistas. O Governo Mota Pinto/PPD anuncia a sua intenção de elaborar nova proposta de lei para fixar os aumentos salariais em 18 por cento. Idêntica proposta de lei fora recentemente rejeitada pela Assembleia da República. Cerca de 1200 trabalhadores das empresas Jacinto e Fiação de Crestuma manifestam-se no Porto, frente à delegação do Ministério do Trabalho, pelo direito ao trabalho e contra o desemprego. Nas eleições para a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns do Norte, vence uma lista unitária. Um comunicado da reunião do Conselho de Ministros declara que se verificam na zona de intervenção da Reforma Agrária "sinais característicos de pré-insurreição".

**5** Quinta-feira 1859 - Nasce na cidade do Porto o actor Ferreira da Silva, muito conhecido no seu tempo

Um comunicado da Comissão Política do PCP admite que pode vir a pôr-se, a breve prazo, na ordem do dia, a apresentação de uma moção de censura ao Governo na Assembleia da República. O dirigente socialista Tito de Morais no decorrer de uma sessão promovida por trabalhadores da Fundação Gulbenkian para comemorar o 3.º aniversário da Constituição declara que o actual Governo "não representa a vontade popular, não é um Governo constitucional e é um Governo que não presta". Após a desercção dos 37 deputados "inadivéis", Sá Carneiro é eleito presidente do grupo parlamentar do PPD/PSD. Durante um comício no Pavilhão dos Desportos, Sá Carneiro anuncia que tenciona propor ao Congresso do PPD/PSD que não apoie uma eventual candidatura do general Ramalho Eanes. Sá Carneiro sugeriu ainda que Mota Pinto se deveria demitir, podendo ser substituído pelo vice-primeiro-ministro Jacinto Nunes.

**6** Sexta-feira 1976 - É noticiado que a CEE concederá um empréstimo de 200 milhões de dólares a Portugal. Muitos destes empréstimos largamente anunciados nunca se chegaram a concretizar.

O prof. Mota Pinto, se o quisesse, poderia dar um forte impulso a um movimento que poderia mobilizar sectores de opinião que se situam entre o centro-direita e o centro-esquerda, ou seja, largos sectores não filiados ou dissidentes dos actuais partidos - declara a um matutino o ministro Prouença de Carvalho. O Sindicato dos Jornalistas manifesta-se contra a venda de "O Século", considerando-a como uma desnationalização. Em entrevista a um matutino, Mota Pinto declara que "o Governo definiu, desde cedo, a sua posição face aos partidos com assento parlamentar e definiu-se como uma sólida barreira aos propósitos do PCP e equidistante dos partidos democráticos - o PS, PPD e CDS". No Funchal, o ministro do Trabalho, Eusébio Marques, afirma que o Governo não abdicará do imposto extraordinário sobre o 13.º mês.

**7** Sábado 1570 - Camões regressa a Lisboa, depois da sua estada no Oriente.

Em entrevista ao "Expresso", o primeiro-ministro Mota Pinto declara "A minha preocupação fundamental é governar, ou melhor, tentar governar e creio que o IV Governo muita coisa tem feito nesta tarefa assaz difícil de restituir equilíbrios económicos, políticos e até psicológicos. Mais adiante acrescentaria que a História fará um juízo muito favorável à acção do IV Governo neste aspecto". Entretanto, a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) pela voz de Morais Cabral critica a acção de Mota Pinto, condenando o seu verbalismo "ferozmente anticomunista" e considerando a sua acção pouco eficaz perante a posição que o PCP move ao Governo. Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Évora, Beja, Portalegre, Santarém e Setúbal elegem o Secretariado da Federação e aprovam a adesão da Federação à CGTP/IN. Também os trabalhadores rodoviários e empregados de garagens do distrito do Porto aprovam a adesão da federação sindical do sector à CGTP/IN. Milhares de pessoas manifestam-se na Covilhã contra a política do Governo Mota Pinto/PPD.

**8** Domingo 1973 - Em Aveiro termina o 3.º Congresso da Oposição Democrática. Na manhã desse dia a polícia de choque espanca centenas de democratas.

Basílio Horta, do CDS, declara em Albufeira que o seu partido "não alinhara o lado de forças que pretendam provocar uma ruptura com o Presidente da República numa clara alusão ao PPD e às manobras de Sá Carneiro". Uma lista unitária de esquerda vence as eleições para a Comissão de Moradores de Mira Sintra. No Porto realiza-se o 2.º Encontro da Juventude Trabalhadora daquele distrito. Em Évora realiza-se o II Encontro Regional de eleitos e não eleitos da APU, do Alentejo. Em Coimbra, numa sessão comemorativa do aniversário da Constituição, António Arnaut, dirigente do PS e vice-presidente da AR, declara "Digo daqui ao prof. Mota Pinto que se demita, porque, caso contrário, nós, socialistas, teremos de o demitir".

**9** Segunda-feira 1975 - É publicado o primeiro número do "Juventude", órgão central da União da Juventude Comunista.

A Câmara Municipal de Évora considera que tem competência para "intervir em defesa dos trabalhadores da Reforma Agrária e em assuntos relacionados com a aplicação da Lei de Bases no concelho". O Presidente da República, general Ramalho Eanes, visita a Setenave. Nas palavras proferidas por um trabalhador que viu um texto conjunto da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Intersindical daquela empresa, salienta-se que "esta é uma oportunidade soberana de poder aperceber-se das condições de vida e de trabalho daqueles que aqui exercem a sua actividade, de tomar contacto com os problemas da Setenave real", em contraste com a imagem da Setenave reflectida por aqueles que estão interessados em denegrir esta grande empresa nacionalizada como forma de pôr em causa o próprio 25 de Abril. A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros determina que se dê o seu nome ao nome do fascista Salazar ao jardim actualmente denominado 1.º de Maio. Mário Soares, antes de partir para o México, para participar numa reunião da Internacional Socialista, classifica como preocupante a situação política em Portugal acrescentando que o prof. Mota Pinto "não assumiu a chefia do Governo para se interessar na organização de um novo partido".

**10** Terça-feira 1976 - Começa a vigorar a actual Constituição da República Portuguesa.

Termina a greve promovida pelo sindicato paralelo do pessoal de manutenção da TAP. Durante dois dias, devido à paralisação de uma minoria do pessoal, a frota da empresa na sua quase totalidade esteve parada. Os prejuízos são avaliados em mais de 30 mil contos. O primeiro-ministro Mota Pinto recebe delegações do PS e do PPD. Cerca de 64 elementos da Juventude Social Democrata anunciam, em conferência de imprensa, a sua decisão de abandonar o partido. Mota Pinto ameaça que o Governo, se não for aprovado o limite de 18 por cento para os aumentos salariais, "a partir desse momento, deixa de ter responsabilidades em matéria de controlo de preços, de inflação, etc., passando a ter uma decisão executiva muito específica".

# Os comunistas dos Açores põem a claro o objectivo nº 1 do Governo Regional

## ● DORAA do PCP apela à unidade de todos os anti-separatistas

O Governo Regional PPD/Mota Amaral tem levado à prática, de forma sistemática e persistente, uma política profundamente lesiva dos interesses nacionais e dos interesses do povo da Região Autónoma dos Açores - denuncia uma vez mais a DORAA do PCP, em comunicado divulgado após uma reunião efectuada no final do passado mês de Março.

Detendo-se na análise fundamentada à acção do Governo dirigido pelo sr. Mota Amaral, sublinha o documento da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores: "Ao defender a tese de que a autonomia não tem limites, ao fazer tudo para incrementar o desenvolvimento e a criação de grupos monopolistas, ao praticar uma política de vergonhosa submissão ao imperialismo, ao fomentar toda uma enorme e permanente campanha de propaganda que visa a aceitação pela parte das populações de ideias que são contrárias às suas convicções e aos seus interesses, ao fazer tudo isto, este Governo

Regional tem um objectivo muito claro: o de criar todas as condições para que a defesa dos interesses da grande burguesia regional esteja assegurada, nem que para isso seja necessário separar estas ilhas do resto do país".

### Governo da traição

Salienta em seguida o comunicado dos comunistas açorianos que o Governo Regional, à semelhança do Governo Mota Pinto, não tem capacidade para resolver os diversos problemas - muitos dos quais de enorme gravidade - que afectam a região. Depois de denunciar energeticamente que "o Governo Regional orienta toda a sua acção em função dos interesses dos grandes capitalistas e senhores da terra de S. Miguel", a DORAA do PCP alerta: "As acções consentidas do grupo terrorista-separatista FLA, o clima de coacção psicológica existente, a limitação do uso dos meios de Comunicação Social pelas forças democráticas,

a política cega e corrupta que não tem em conta as mais elementares necessidades das populações destas ilhas caracterizam claramente este Governo Regional como um Governo incompetente, antidemocrático e de traição à nossa Pátria e ao nosso povo".

### Autonomia constitucional

A autonomia, a política aérea e as carências de géneros de primeira necessidade são questões abordadas pela DORAA, que refere:

"Está em curso a preparação do projecto de estatuto definitivo da autonomia, a submeter à Assembleia da República.

A DORAA do PCP entende que o estatuto definitivo da autonomia terá de subordinar-se à Constituição da República, garantindo uma ampla solidariedade entre as diferentes partes integrantes do território nacional ao mesmo tempo que exprima a defesa da democracia e da paz na região.

A DORAA do PCP pensa que a definição da política aérea dos



Esta é a «autonomia» pretendida pela FLA e pelo Governo Regional/PPD, separatismo

Açores tem que resultar da análise global das questões económicas e sociais da região. Dessa análise terá que se partir para uma política efectiva de desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas, de acordo com as potencialidades próprias de cada uma. Pôr termo de forma definitiva à escandalosa situação de abandono e isolamento a que têm sido votadas, quer pelo odioso regime fascista, quer pela política do

actual Governo Regional, muitas das ilhas que constituem esta região, é um objectivo que tem de ser urgentemente alcançado. A DORAA do PCP pensa que as graves carências de géneros de primeira necessidade e de combustíveis, que se têm verificado um pouco por toda a região é consequência directa da incompetência deste Governo para resolver os mais elementares interesses do povo do arquipélago."

### A defesa da democracia

A última parte do documento refere-se em linhas gerais à "defesa da democracia nos Açores" e à "unidade de todos os anti-separatistas", salientando a dado passo que a "acção incoerente da direcção regional do Partido Socialista e as atitudes aventureiras da UDP não têm permitido o reforço da unidade das forças anti-separatistas e têm atrasado o processo de democratização, favorecendo os objectivos das forças reacçãoárias e fascistas instaladas na Região Autónoma".

Entretanto, a DORAA do PCP continua a apelar à unidade das organizações democráticas, "procurando que comunistas, socialistas, votantes e militantes do PPD que sejam anti-separatistas, reforcem a sua cooperação na defesa da Constituição e na luta contra o perigo separatista".

E conclui o comunicado: "As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e a preparação das eleições para as autarquias locais, são actividades que podem e devem contribuir para a unidade prática efectiva de todos os democratas, de todos os patriotas."

# As iniciativas desportivas e a actividade do Partido

A actividade desportiva assume cada vez maior importância dentro das actividades gerais do nosso Partido, aumentando progressivamente o número de organizações que, na programação das suas iniciativas não se esquecem de incluir provas desportivas, palestras e colóquios sobre desporto, jogos populares, etc. Trata-se de um facto positivo e de uma experiência que convém desenvolver e alargar a outras organizações.

Conforme foi salientado no decorrer do recente Encontro das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto, esta frente de trabalho é de maior importância, dado que, como é sabido, o fenómeno desportivo nas suas múltiplas implicações, interessa directamente a milhões de portugueses, nomeadamente trabalhadores, independentemente de ideologias políticas e convicções religiosas. Seria profundamente errado subestimar esta realidade e considerar, por exemplo, todos os que vão ao futebol como «reacçãoários».

É certo que nem sempre o desporto é entendido da melhor maneira pelas grandes massas. Mas a própria realização do Encontro, as suas conclusões e o trabalho preparatório que o precedeu, provaram as possibilidades que há e a capacidade dos comunistas no sentido de contribuir para a alteração da situação actual. Essencialmente, há que lutar em defesa da cultura física e do desporto numa perspectiva democrática e popular, acessíveis a toda a gente, e tendo em conta as suas potencialidades enquanto

factores de educação e formação do indivíduo.

Vários são os contributos que as organizações do Partido podem dar para a concretização destes objectivos. São de ter em conta todo o género de iniciativas, de prática, divulgação e dignificação das actividades de Cultura Física e Desporto, sempre que possível enquadradas em iniciativas de mais largo âmbito (cultural, recreativo e mesmo político). Noutro plano, é de maior interesse, por exemplo, o levantamento e a divulgação, em cada região, dos Jogos Populares e Tradicionais, tal como em muitos locais já vem a ser feito, com significativos resultados para a defesa e promoção do mais genuíno património cultural do nosso povo.

Nas comemorações do aniversário da Constituição, em iniciativas realizadas nos

princípios deste mês não só por organizações do Partido mas também por inúmeras estruturas populares (colectividades, autarquias, comissões de moradores, etc.) as actividades desportivas ocuparam um importante lugar. O mesmo tem vindo a acontecer em relação a muitas iniciativas que assinalam o Ano Internacional da Criança.

Prevê-se que esta direcção de trabalho se mantenha nas próximas comemorações do aniversário do 25 de Abril. E aqui se faz um apelo para que isso venha a acontecer. Há que desenvolver esforços no sentido de integrar as iniciativas desportivas de massas nas actividades comemorativas, contribuindo para as tornar numa importante manifestação do amplo apoio popular ao significado dessa data

# Campanha dos 100\$00 é já um êxito! As 4 tarefas centrais do momento

Podemos afirmar sem qualquer hesitação que a Campanha dos 100\$00 é já um êxito para toda a organização da UEC, para os estudantes comunistas e para todos os jovens democratas que já colaboraram na iniciativa. Mas há ainda muito que fazer. Em primeiro lugar há que alargar a Campanha em extensão: há muitas zonas que ainda não partiram para a corrida, resultando o êxito já conseguido do esforço circunscrito a certas organizações e camaradas - diz ao "Avante!" o camarada João Leal, da Comissão Coordenadora Central da Jornada "Vamos apoiar a UEC - Campanha dos 100\$00" e membro do Secretariado da Comissão Central.

Afirmou mais adiante: Em segundo lugar há que aumentar decididamente o ritmo; para cumprirmos a meta que fixámos é preciso recolher até ao próximo controlo (2 de Maio) o equivalente à quantia recolhida agora durante duas semanas. Em terceiro lugar, há que acentuar o espírito de prestação de contas e controlo rigoroso, evidenciado ao longo da primeira etapa. Em quarto e último lugar há que preparar cuidadosamente e com a imaginação que tem caracterizado o trabalho militante dos estudantes comunistas a divulgação da Campanha nas escolas do país, recordando desde já que as férias da Páscoa estivo quase a terminar.

O camarada João Leal salientou a importância do trabalho que deve ser desenvolvido pelos militantes e simpatizantes da UEC até ao início das aulas:

o carácter de competição emulatória, são amigáveis entre si e organizações. Por cada 100\$00 que qualquer camarada recolhe, 6-lhe entregue um autocollante com a inscrição: "eu já cortei a meta dos 100\$00". Com o mesmo objectivo, está organizado um sistema de classificações, individuais e colectivas, baseado na atribuição de camisolas.

Disse-nos em seguida o dirigente da UEC: Existe unicamente um material de recolha de dinheiro - uma folha com 12 pequenos cupões destacáveis (2 de 20\$00, 2 de 10\$00 e 8 de 5\$00). Qualquer camarada, ao entregar o dinheiro, deve entregar também a respectiva folha de cupões. O controlo das quantias entregues é feito sobre as folhas de fundos, sendo centralizadas nas comissões da campanha junto dos secretariats e direcções regionais e na Comissão Coordenadora Central. Está aberta uma conta no BPA (UEC - 521/549706), onde poderão ser feitos os depósitos relativos à Campanha.

### Classificações

Tal como já divulgámos na passada semana, o 1.º controlo da Campanha aprovou a seguinte classificação individual: 1.º lugar - camisola amarela - José Marques, estudante do ISEL, 23

metas; 2.º lugar "ex-aequo" - camisolas verde e azul - Paulo Cruz, Liceu D. Leonor, Lisboa, 20 metas; Rita Lavandino, Liceu de Elvas, 20 metas; 3.º lugar "ex-aequo" - Ana Lino, Propedéutico de Lisboa, 16 metas; Elia Parente, Escola Técnica de Faro, 16 metas.

Os 115700\$00 apurados no 1.º controlo tiveram as seguintes proveniências: Organismos centrais - 2500\$00; Secundário Norte - 9400\$00; Superior Porto - 3900\$00; Secundário Beiras - 3900\$00; Superior Coimbra - 4500\$00; Secundário Centro - 23600\$00; Secundário Lisboa - 214000\$00; Superior Lisboa - 270000\$00; Secundário Setúbal - 86000\$00, e Secundário Sul - 105000\$00. Considerando o total do dinheiro recebido por cada sector, o número de militantes existentes à data do último balanço da organização e as taxas de correcção decididas para as organizações do Ensino Superior, a classificação por equipas ao fim da primeira etapa ficou assim ordenada: 1.º (camisola encarnada) - Secundário Centro 30 pontos; 2.º - Secundário Lisboa: 21,4; 3.º - Superior Lisboa: 20,5; 4.º - Secundário Setúbal: 13,4; 5.º - Secundário Lisboa: 10,6; 6.º - Superior Coimbra: 9,7; 7.º - Secundário Norte: 7,3; 8.º - Secundário Beiras: 5,8; 9.º (lanterna vermelha) - Superior Porto: 5,2.

Na próxima semana, a Campanha da UEC voltará às páginas do "Avante!"

# Preparação das jornadas sobre o Unificado

Estão já numa fase bastante avançada os trabalhos preparatórios das "Jornadas Sobre o Ensino Unificado", iniciativa da UEC marcada para o próximo dia 6 de Maio, em Lisboa.

O debate está a ser orientado e dinamizado na base de quatro documentos centrais que abordam os seguintes problemas:

"Os objectivos da criação do Ensino Unificado", "o papel do EU na formação democrática da juventude", "o papel do Movimento Associativo e dos órgãos de gestão na defesa do EU" e "EU - saídas profissionais e acesso à Universidade".

Segundo uma nota divulgada à imprensa pela Comissão Nacional Preparatória das Jornadas, aqueles documentos serão também debatidos e analisados, no mais amplo espírito de unidade e cooperação democrática, com todos os

estudantes e professores que, não sendo comunistas, estão igualmente empenhados na luta orientada para a defesa do Ensino Unificado e para a sua integração como instrumento ao serviço da democracia e do progresso social.

Na grande maioria das escolas de Norte a Sul do país, revela a referida nota de imprensa, serão convocadas reuniões específicas para debate dos documentos centrais das jornadas. As Associações de Estudantes, Conselhos Directivos e Pedagógicos serão convidados a participar naquelas reuniões que, estamos certos, contribuirão determinadamente para o enriquecimento do conteúdo dos documentos preparatórios.

Para a mesa-redonda que funcionará durante as "jornadas sobre o Unificado", divulga a Comissão Preparatória, foram já convidados professores, técnicos de ensino, estudantes,

e representantes da Juventude Socialista, Corpo Nacional de Escutas (CNE), e Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude do MDP e UEDES.

No comunicado dirigido aos órgãos de Comunicação Social, a Comissão nacional Preparatória das Jornadas sublinha a dado passo:

Em muitas escolas do país tem sido desenvolvido um conjunto bastante amplo de acções reivindicativas em torno dos problemas do Unificado, que têm passado pela aprovação de moções, distribuição massiva de comunicados, reuniões de estruturas associativas, abaixo-assinados, colóquios e debates, com o objectivo de denunciar a grave situação do Ensino Unificado, alertar a opinião pública e exigir das entidades responsáveis a solução dos problemas.

# Assembleia do MDM no Norte

Por iniciativa da comissão distrital do Porto e dos núcleos de Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Fafe e Famalicao do MDM vai realizar-se, no próximo dia 22, a partir das 10 horas, no Liceu Rodrigues de Freitas, a primeira Assembleia do Norte do Movimento Democrático das Mulheres.

Durante a reunião serão discutidos os problemas mais prementes das mulheres do norte do País e debatidas as medidas que devem ser adoptadas para criar formas de coordenação do trabalho do MDM na região a norte do Douro.

Os trabalhos terão início às 15 horas de sábado e terminarão na tarde de domingo.

### Curso de Propaganda em Lisboa

No próximo fim-de-semana realizar-se-á na Sede Central do MDM em Lisboa um Curso de Propaganda para responsáveis distritais. Participarão activistas de Aveiro, Porto, Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda, Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Faro.

Os trabalhos terão início às 15 horas de sábado e terminarão na tarde de domingo.

# Relatório aprovado e comissão eleita na 1ª Assembleia de Campolide

O Relatório de Actividades e Propostas de Trabalho Futuro, documento apresentado à 1.ª Assembleia da Freguesia de Campolide do PCP foi no passado Domingo aprovado por unanimidade, no decorrer dos trabalhos a que esteve presente o camarada Jaime Félix, membro do Comité Central.

Mais de 70 delegados viriam, por outro lado, a eleger, por unanimidade e aclamação, a nova Comissão de Freguesia - treze camaradas, entre os quais duas mulheres.

O camarada Cordeiro, do CLL, leu, em nome do Comité Local de Lisboa, uma saudação à Assembleia, na qual salienta o exemplo de trabalho colectivo que a jornada constituiu. E através da discussão e do trabalho colectivo - disse - que vamos encontrar as formas e os processos de fazer frente aos ataques frontais ou disfarçados que as forças reacçãoárias movem contra o desenvolvimento do sector público da economia e contra o exercício dos direitos

fundamentais dos trabalhadores.

Teremos de criar condições - afirmou mais adiante - que nos permitam analisar as nossas formas de acção e corrigir os erros encontrados, e procurar novos processos de trabalho, necessários ao chamamento de novos militantes ao Partido, à discussão em todos os locais e com os trabalhadores, dos problemas que se lhes colocam e ao povo em geral. Teremos de saber interpretar a sua vontade e os seus anseios e contribuir para a definição do melhor sentido das suas lutas.

Muitas outras saudações foram enviadas à Assembleia lidas durante os trabalhos que incluíram a apresentação de intervenções sobre vários sectores de actividade - Núcleo do Partido na Freguesia, Colectividades, Fundos, Informação e Propaganda, Autarquias, Comissões de Moradores e outras frentes de trabalho.

No final, o camarada Jaime Félix interveio sobre a situação política actual.

# UEC do Algarve reforça organização

## ● Encontro Regional chega a importantes conclusões

"Ser jovem é amar a liberdade", "os estudantes comunistas, baluarte na luta por uma vida melhor para a juventude estudantil", "luta e convive conosco, adere à UEC" - estes são os três pontos fundamentais desenvolvidos na Declaração final aprovada pelo Encontro de Militantes da UEC da região do Algarve, realizado no início deste mês, na Escola Afonso III, em Faro.

Presentes na mesa do Encontro - que reuniu a viva participação de largas dezenas de camaradas, oriundos de quase todas as escolas do Algarve - José Ruivo, Henrique Pereira, Domingos Mealha, António J. Martins, Paulo Miguel, Carlos Rabaçal, António Hilário e Carlos Durão, este membro suplente do CC do PCP.

Os trabalhos foram divididos em quatro partes. Na primeira (organização) foi analisado o relatório das organizações, a situação financeira, a actividade de propaganda e o recrutamento. Na segunda (Trabalho nas escolas) foram lidas e discutidos os relatórios de actividade e as questões da luta reivindicativa, tendo ainda sido debatido o Encontro do Unificado, a realizar pela UEC, em Lisboa, no dia 6 de Maio. Na terceira parte, foi abordada a temática relacionada com as tarefas das estruturas de direcção e na última foram aprovadas as conclusões e outros documentos.

Aprovadas por unanimidade e aclamação, as conclusões do Encontro salientam a dado passo: "A grande meta para um bom funcionamento da UEC será o constante e mobilizado trabalho de todas as suas células englobando um maior número possível de camaradas no trabalho, progredindo-se cada vez mais no nível de estruturação da nossa organização. Em certas células há mesmo que dar uma grande atenção ao problema da franja de inscritos que não é tocada pelo funcionamento da nossa organização. Há, nestes casos, que encontrar medidas concretas que podem ser o contacto individual com todos os inscritos, a responsabilização de um camarada ou grupo de camaradas pela convocação das reuniões e o encontrar de formas atraiantes de os levar ao trabalho (reuniões a terminarem com convívios, festas, projecções de filmes).

É-lhe-se mais adiante: "Urge, portanto, melhor o funcionamento das nossas organizações, responsabilizando um maior número de camaradas

por tarefas fixas e bem definidas, apontando para a criação de sectores de camaradas vitados para tarefas específicas, sectores esses que possam vir a evoluir para a formação de organismos e a criação de secretariats de célula. Onde não estejam criadas condições que permitam a mobilização de uma grande percentagem da nossa organização, deve-se optar pelo funcionamento por assembleias de célula.

"É importante que as reuniões sejam o mais concretas e mobilizadoras possível, evitando as banalidades e generalidades e a discussão rotineira de aspectos do nosso trabalho. Torna-se extremamente importante e necessária de começar a encontrar os camaradas mais aptos e que mais se destacam, quer como organizadores, quer em torno de tarefas específicas.

"Aparece também com especial importância a formação ideológica dos nossos militantes e quadros mais destacados e a facilidade que esses camaradas têm em intervir sobre as situações concretas.

"Assume também importância a realização de reuniões locais, regionais ou distritais para a discussão de temas concretos, frentes e sectores de trabalho levando a essas reuniões os camaradas mais destacados nesses aspectos ou aqueles que maiores potencialidades apresentam.

Detendo-se na análise da "situação actual do Movimento Associativo (MA)" e das tarefas a desenvolver pelos estudantes comunistas, sublinha o documento das conclusões do Encontro

"Há que desenvolver uma opção política global por parte da UEC, em que a JSD e suas DAES sejam desmarcadas, pondo a claro as consequências que iriam resultar da divisão do Movimento Associativo em "tendências" mais ou menos semelhante a mini-partidos para as escolas. O nosso Executivo Distrital irá ter aqui um papel fundamental na análise da situação das escolas, definindo depois um tipo de opção política da UEC à TER/PPD e sua acção no Algarve.

"Em cada escola há que, em simultâneo com o fazer por nos estudantes o que JSD (não) faz na DAE, construir um trabalho associativo de alternativa, quer por meio de secretariats de delegados de turma, quer actuando nos núcleos e secções da DAE, quer ainda encontrando outras alternativas."

# Contra o Governo nas ruas da Covilhã

Numa zona duramente afectada pela crise capitalista do sector têxtil, que ameaça milhares de trabalhadores com o desemprego, mais de cinco mil pessoas manifestaram nas ruas da Covilhã a exigência de uma nova política e de um novo governo que respeite e consolide as grandes transformações políticas e económicas conquistadas pelo povo trabalhador. Desfilando no último sábado pelas principais artérias da cidade, os manifestantes concentraram-se na Praça Municipal para ouvir os oradores e condenarem o aumento brutal do custo de vida, o limite que o Governo Mota Pinto pretende impor aos aumentos de salários, o boicote à contratação colectiva, os contratos a prazo e a ausência de medidas adequadas para eficazmente combater a crise do sector têxtil. As intervenções dos representantes da CGTP-IN, do Sindicato do Comércio e Escritórios de Castelo Branco e da União dos Sindicatos do distrito demonstraram novamente que é necessário afastar do Poder um governo que atenta diariamente contra o interesse nacional. Nas três moções aprovadas durante a concentração, condena-se a atitude do INATEL acerca do Estádio 1.º de Maio, repudiam-se os ataques à Reforma Agrária e exige-se a demissão do Governo Mota Pinto.

# Escritórios do Porto um rol de ilegalidades

Um enorme rol de ilegalidades, boicotes e manobras dilatórias tem acompanhado o impedimento de entrada em funções dos novos corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios do Distrito do Porto, eleitos pela classe em 22 de Fevereiro na mais concorrida assembleia eleitoral realizada naquele organismo. Apesar de no fim da contagem dos votos não ter surgido qualquer protesto, a poucos momentos do termo do prazo para a sua apresentação elementos da lista "B", afecta ao PPD, impugnaram as eleições com um pretexto ridículo, como seria considerado na mais participada assembleia geral do sindicato, efectuada em 22 de Março e que confirmou a vitória da lista "C".

Tudo parecia ultrapassado, inclusive a manobra que visava pôr em causa a vontade da classe, feita das incompetências e das manobras divisionistas dos anteriores corpos gerentes, que foram dos principais mentores da "Carta Aberta" e da UGT.

Entretanto, o escândalo tornou-se ainda maior quando, no passado dia 2, o governador civil do distrito do Porto se intrometeu no processo e mandou a PSP evacuar as instalações do sindicato, onde se encontravam centenas de trabalhadores manifestando o seu apoio aos corpos gerentes eleitos cuja tomada de posse fora impedida por um membro da anterior mesa da Assembleia Geral.

No dia seguinte, o dr. Cal Brandão decidiu entregar as chaves do sindicato aos seus correligionários da direcção anterior, tornando ainda mais grave a sua intromissão.

Os novos corpos gerentes, que requereram a tomada de posse judicial, mantêm contactos com os associados na sede do sindicato e manifestaram a sua disposição de não abdicarem do mandato que lhes foi entregue pelos trabalhadores.

# Como a direita procura «endireitar» as empresas lesando o País

Sorefame, grandes empresas da pesca nacionalizada, marinha mercante, construção civil, TAP, CP, fábricas de fição e tecidos, Lusailite, empresas de maior ou menor vulto, como a MDF, Corame, João Nunes da Rocha, Jacinto, Crestuma, AC, Manuel Pereira Roldão, Barreiros, Unitas e muitas outras continuam instáveis ou sob ameaças que põem em perigo milhares de postos de trabalho.

Neste período em que se comemoram as grandes datas das nacionalizações (Banca, Seguros, Siderurgia, Indústria Naval, Transportes) os trabalhadores organizados, as suas estruturas representativas, nas recentes manifestações e em outras formas de luta, recusam definitivamente uma política e um governo que põem deliberadamente em risco a base económica da democracia. Reclamam o fim de uma actividade governativa que aquece as costas do patronato mais reacção, facilitando-lhe a escalada contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

As dificuldades financeiras dessas empresas são conhecidas. E' conhecida também a inexistência da reestruturação da Banca nacionalizada e dos Seguros, bem como a falta de aplicação de um plano nacional de transportes. São do domínio público os obstáculos postos pela direita à articulação entre uma política de crédito e investimentos ao serviço do País e as nacionalizações nos vários sectores de actividade. Sabe-se também como o grande capital privado se sente em casa com este governo de desastre nacional, como as suas manobras se estendem e se apiam enquanto a imprensa reacção e a comunicação social estatuída lhe abre o caminho denegando as nacionalizações, falseando dados, escondendo realidades, mentindo acerca da capacidade económica das empresas nacionalizadas, da sua capacidade de progresso, do empenho dos seus trabalhadores.

São factos. Basta pegar nos jornais, ouvir a rádio, ver a televisão. Os que atacam as nacionalizações nunca perguntam para onde vão as mais-valias criadas pelo sector nacionalizado. Nunca atendem à recuperação de tantas empresas sabotadas pelo patronato e salvas pela mão dos trabalhadores e do Estado. Não querem saber para nada da política de preços imposta, por exemplo, no sector da pesca nacionalizada em favor dos grandes intermediários e especuladores. Interessam-lhes é aproveitar a crise geral do capitalismo para facilitar ainda mais a vida aos fautores da crise, apontando todos os erros e desastres às nacionalizações, às empresas intervencionadas, às empresas em autogestão e cooperativas.

reprimir os trabalhadores organizados. Transferem-se arbitrariamente trabalhadores de uns sectores para outros. Avolumam-se os despedimentos e as suspensões. Instauram-se inquéritos por motivos políticos e sindicais. Proíbe-se a movimentação dos trabalhadores dentro da empresa. Contra a Lei Sindical em vigor, proibem-se reuniões impede-se ou dificulta-se a difusão e afixação de propaganda sindical e política dentro da empresa. Assaltam-se dependências ocupadas por organizações de trabalhadores.

### Um caso típico

O caso da Sorefame, que ontem paralisou em luta contra sanções arbitrarias, pode-se considerar um caso típico na ofensiva contra as organizações dos trabalhadores nas empresas. Os processos variam, mas os objectivos são os mesmos, na Sorefame como na Lusailite, na Facar como na Xavier de Lima, em casos recentes, ou em curso.

Administradores ligados à direita, ou com uma visão das coisas que delas se aproxima, e patrões declaradamente reacçãoários, que prosperaram com os favores do fascismo, querem limitar drasticamente, ou fazer desaparecer por completo, a acção legal das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais. Alguns não querem sequer reconhecer as CTs. Outros inventam «CTs» fantoches, através de lacaios e provocadores. Convocam eles próprios pseudo-plenários. Tentam interferir na vida democrática das estruturas sindicais. Ambicionam impedir toda e qualquer actividade organizada dentro da empresa.

Por seu lado, os divisionistas continuam a actuar no sentido da des sindicalização. Sem éxito que se veja, é certo, mas procurando a todo o custo aliciar trabalhadores hesitantes e menos esclarecidos para os ataques ao Movimento Sindical Unitário. O anticomunismo é utilizado pelos divisionistas e pelo patronato reacçãoário como arma desmobilizadora para sabotar uma unidade na acção por objectivos comuns.

A este rosário de processos e actividades da direita nas empresas junta-se a situação verdadeiramente difícil de muitas delas, devido à política de recuperação capitalista e à crise geral do capitalismo. A diminuição do poder de compra e a situação económica do país provocam falências e situações de pré-falência em muitas empresas.

financeiras para cumprir a contratação colectiva. Algumas aproveitam-se dessas dificuldades para «tomar o pulso» aos trabalhadores. No fundo, para os dividir, para desacreditar a capacidade reivindicativa do Movimento Sindical, para criar conflitos evitáveis e facilitar as calúnias da direita. Entretanto, recorrem cada vez mais aos contratos a prazo, sem quaisquer garantias de emprego, como sucede nomeadamente na construção civil onde esse tipo de contratos já atinge mais de 50 por cento dos trabalhadores.

### Dividir para reinar

A insegurança quanto aos salários e ao emprego, com a instabilidade que daí resulta, é meio caminho andado para atacar a unidade dos trabalhadores nas empresas. A outra metade do caminho tenta a direita percorrer-la, com a ajuda do divisionismo, com as promoções injustificáveis, com o aliciamento, o suborno, a desqualificação profissional. Há casos até em que se distribuem trabalhadores mais prestigiados máquinas de menor rentabilidade e pior qualidade de trabalho.

Por seu lado, os divisionistas continuam a actuar no sentido da des sindicalização. Sem éxito que se veja, é certo, mas procurando a todo o custo aliciar trabalhadores hesitantes e menos esclarecidos para os ataques ao Movimento Sindical Unitário. O anticomunismo é utilizado pelos divisionistas e pelo patronato reacçãoário como arma desmobilizadora para sabotar uma unidade na acção por objectivos comuns.

A este rosário de processos e actividades da direita nas empresas junta-se a situação verdadeiramente difícil de muitas delas, devido à política de recuperação capitalista e à crise geral do capitalismo. A diminuição do poder de compra e a situação económica do país provocam falências e situações de pré-falência em muitas empresas.



Caso típico entre muitos, a Sorefame vive novamente um processo de luta em defesa da segurança do emprego e dos direitos constitucionais dos trabalhadores

Mas atacar de frente essa situação e vencer as dificuldades nunca foi nem é o objectivo da direita, nem deste seu governo entregue aos objectivos do imperialismo, que se consubstanciam nos baixos salários, nos preços sem freio e no desemprego.

### Uma resposta firme

A resposta dos trabalhadores continua firme e organizada. A actividade sindical nas empresas, apesar da repressão e do divisionismo, tem crescido e organiza-se cada vez melhor.

O combate ao sectarismo é também uma realidade com resultados positivos e leva ao isolamento crescente dos fomentadores da divisão.

As orientações aprovadas na Conferência Nacional de Organização Sindical começam a tomar corpo designadamente no que diz respeito à actividade e à orientação dos delegados sindicais. Os ataques às Comissões de Trabalhadores têm sido derrotados e as últimas eleições, com relevo para a Banca e para as grandes empresas, têm dado a vitória às listas da unidade

para as CTs, como sucede, aliás, nos Sindicatos e nos grupos de delegados sindicais.

As últimas grandes manifestações de massas, as lutas pela contratação colectiva, contra os despedimentos, contra as intervenções pelo cumprimento da Constituição e por uma política e um governo que a respeitem são a prova clara de que é possível vencer e avançar, derrotando os objectivos da direita nas empresas e salvaguardando a base económica da consolidação da democracia na via do socialismo.

# Concentração na Amadora

A hora do fecho do "Avante!", decorria em frente à Sorefame uma concentração convocada pelo Conselho de Trabalhadores e pela União dos Sindicatos da Amadora. Protestando contra a repressão nas empresas e os despedimentos, os trabalhadores apoiam a luta dos companheiros da Sorefame, que paralisaram ontem, entre as 15 e as 17

horas, na sequência da sua luta contra as sanções arbitrarias impostas pelo conselho de administração. Num comunicado, a União dos Sindicatos da Amadora e o Conselho de Trabalhadores da zona lembram que na Sorefame já foram instaurados 40 processos disciplinares, "numa tentativa bem clara de acabar com o direito de os trabalhadores se organizarem na

defesa dos seus interesses". Num apelo à juventude, a UJC associou-se à concentração. O Secretariado das Empresas da Amadora daquela organização juvenil solidariza-se com a luta na Sorefame e nas outras empresas da zona "contra a repressão e em defesa dos organismos dos trabalhadores, órgãos determinantes na defesa dos interesses dos jovens".

### Ambiente repressivo e prepotência

Essa campanha em favor do grande capital privado não vem só. Apoiada no ambiente criado em muitas empresas por administradores e patrões. Aumentam de volume e de ameaça as notas de serviço para intimidar, dividir

por dividir os trabalhadores. Começam por não cumprir os acordos e contratos colectivos de trabalho. Muitas empresas não pagam salários, ou pagam-nos sistematicamente com atraso. Não pagam subsídios, férias, décimo terceiro mês, retroactivos. Não procuram resolver as dificuldades

# Mais um grande sector em debate

## Trabalhadores do Comércio preparam o seu Encontro Nacional

O Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio é uma iniciativa em marcha. Aprovado pelo Plenário de 30 de Dezembro do ano findo, no quadro do plano de actividades da respectiva Federação sindical, o Encontro (ENTC) é "a primeira forma de participação directa dos trabalhadores do comércio em iniciativas da sua Federação". Segundo a Comissão Organizadora, que já distribuiu o respectivo regulamento e o projecto de documento para discussão, os trabalhadores vão proceder "à mais profunda análise do sector de actividade económica em que se inserem, das suas condições de vida e de trabalho e do estado da sua organização. Para uma destas questões o debate proporcionará conclusões certamente riquíssimas e que muito irão contribuir para o nosso trabalho futuro", salienta a Comissão.

Os objectivos do Encontro, que decorrerá em 19 e 20 de Maio próximo no Pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique, em Lisboa, exprimem-se nas palavras de ordem "Por um Comércio ao Serviço do Povo e da Economia Nacional"; "Pela Defesa dos Direitos e Condições de Vida"; "Pelo Reforço da Unidade e da Organização".

Organizado numa prática de abertura e unidade pela Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, o ENTC prepara-se para contar com cerca de 500 delegados, nos termos do regulamento aprovado em Plenário de 3 de Fevereiro findo.

As inscrições deverão fazer-se até 30 dias antes da data do Encontro. Segundo o regulamento, caberão aos Sindicatos designar os seus representantes pela forma que entenderem mais democrática. A ordem de trabalhos repartir-se-á pela "análise da situação económica do sector; análise das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do comércio; e unidade e organização dos trabalhadores do comércio".

A 1.ª fase do ENTC já começou. Por todo este mês haverá debate. A base será o projecto de documento dividido em três grandes temas que correspondem aos 3 pontos da ordem de trabalhos. A Comissão Organizadora intervém nesta 1.ª fase apresentando aquele projecto de documento, criando comissões dinamizadoras distintas, lançando

uma campanha de fundos e proporcionando os esclarecimentos que forem necessários. A 2.ª fase decorrerá sob a responsabilidade das direcções sindicais e das comissões dinamizadoras. O projecto de documento a apresentar no ENTC será discutido nas empresas, zonas e concelhos. Esta fase acabará com a eleição dos delegados.

Por último, os delegados receberão o projecto de documento já com as sugestões, críticas e propostas que, entretanto, chegaram à Comissão Organizadora em resultado da discussão e de todo o trabalho preparatório do ENTC.

Como é regra nas iniciativas do Movimento Sindical Unitário, a prática da democracia, a mobili-



### A maior Federação de Serviços

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, segundo apuramento feito em meados de 1978, representava, em Dezembro de 1977, perto de 110 000 dos 150 000 trabalhadores do comércio sindicalizados em Portugal. Actualmente, a Federação

ocupa o 4.º lugar entre as associações sindicais congéneres. É a maior das Federações de Serviços. Dos 21 Sindicatos do Comércio só um (Ponta Delgada) não está federado. Os restantes são filiados. Participam nos trabalhos e nas iniciativas da Federação. Logo após o 25 de Abril e ainda em

1974, na altura em que se deram as fusões de Sindicatos de Caixeiros e Armazéns, as duas Federações do ramo fundiram-se, por sua vez, dando origem à actual - a única no País. A Federação Portuguesa do Comércio é parte integrante da CGTP-IN e membro do seu Conselho Geral.

zação e a participação esclarecida, com base nos problemas concretos dos interessados, vai presidir mais uma vez à organização do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio. No regulamento e no projecto de documento, são claras essas bases em que assenta a preparação do ENTC apontada ao reforço da unidade em que se tem apoiado a luta dos trabalhadores do comércio em estreita ligação com todo o movimento sindical.

# Lutas e Tarefas

● A situação agrava-se na Barreiros - Sem salários desde Dezembro, os cerca de 400 trabalhadores da CPMC (Barreiros), empresa do grupo Guérin com sede em Setúbal, perante a tentativa de despedimento colectivo de 339 companheiros de trabalho; acusam o conselho de gerência, apoiado no Governo MP/PPD, de não assumir as suas responsabilidades e falhar a compromissos. Segundo a Comissão de Trabalhadores, o conselho de gerência "desencadeou uma brutal ofensiva de destruição da empresa e pôs em causa os

postos de trabalho existentes com manifestos prejuízos para os trabalhadores e o País, pretendendo fazer-lhes pagar a descapitalização da empresa, levada a cabo através de uma gestão fraudulenta".

● Rodoviários do Porto na Federação - A Federação dos Sindicatos Rodoviários conta desde agora com a adesão do Sindicato do Porto. A decisão foi aprovada no último sábado, em assembleia geral. A Federação faz parte da CGTP-IN.

# Jovens trabalhadores do Porto aprovam documento-guia na luta por direitos essenciais

A luta dos jovens trabalhadores contra o desemprego e os despedimentos, a discussão de outros problemas dos jovens, o apelo à sua sindicalização e participação no Movimento Sindical Unitário constituíram os pontos centrais do Encontro de Jovens Trabalhadores do Distrito do Porto, que contou com a participação de seiscentos delegados e de uma centena de convidados, reunidos no domingo, nas instalações da Escola Ramalho Ortigão.

o reforço da unidade, organização e acção da juventude trabalhadora do distrito, cujas reivindicações, a serem concretizadas modificariam radicalmente as suas precárias condições de vida.

Porém, como foi frisado na reunião, «a satisfação das reivindicações dos jovens trabalhadores exigia e exige dos governos uma real vontade política para dar resposta àquelas necessidades dos trabalhadores portugueses, que nós sentimos com particular intensidade. Os números falam por si: há 200 mil jovens à procura do seu primeiro emprego; há 60 mil que terminam os estudos e não arranjam colocação; há 100 mil jovens desempregados.

terço da população», diria um dos intervenientes na discussão, «e somos mais de metade do meio milhão de desempregado do nosso país». Criticando a posição motapintista para restaurar a «confiança dos operadores económicos», foi denunciada a tentativa do Governo para acelerar e alterar para pior a lei dos despedimentos, a devolução de empresas aos sabotadores, o boicote às empresas nacionalizadas, o agravamento das condições de vida das massas populares e os ataques à Reforma Agrária.

Além de exigirem a proibição dos despedimentos sem justa causa, a revogação do decreto que liberaliza os despedimentos, o fim das desintervenções, os participantes no 2.º Encontro de Jovens Trabalhadores aprovaram moções de apoio à Reforma Agrária, e apelaram à participação dos seus companheiros nas jornadas comemorativas do 25 de Abril, Primeiro de Maio e do Ano Internacional da Criança.

# CTs da Banca-Zona Norte defendem controlo de gestão

«O controlo de gestão constitui uma tarefa de fundamental importância para a defesa das nacionalizações e dos direitos e interesses dos trabalhadores», consideram as CTs da Banca - Zona Norte nas conclusões aprovadas durante o seu primeiro Encontro, realizado nas instalações da Cooperativa do Povo Português, no passado sábado.

contemplar as conquistas, experiências e sugestões dos trabalhadores, consagrar o direito constitucional de acesso a todos os livros e documentos contabilísticos e outras informações indispensáveis ao exercício da sua actividade».

processar de modo a colocar o sector «ao serviço das finalidades que determinam a sua nacionalização e de acordo com o disposto na Constituição». A criação de órgãos coordenadores da Banca foi considerada urgente, como etapa intermédia para uma futura especialização da Banca.

promoções, admissões, nomeações, carreira profissional, etc., que devem ser enquadradas no processo de reestruturação. Perante o autoritarismo dos conselhos de gestão, foi defendida a instauração de um clima de diálogo sério e construtivo.

Atendendo à «situação de crise económica e social do país» os representantes dos bancários apontaram o controlo de gestão como uma tarefa prioritária e defenderam a coordenação de esforços entre as CTs, que devem apoiar-se nas estruturas locais e nos trabalhadores».

Quando ao âmbito daquele diploma, foi defendida a sua aplicação às empresas nacionais e multinacionais, independentemente do número dos seus trabalhadores. Foi repudiado o comportamento dos conselhos de gestão que, a pretexto da «lei do sigilo bancário», pretendem vedar o acesso à informação das CTs da banca.

A colocação da Banca ao serviço do povo e a garantia da estabilidade e manutenção de todos os postos de trabalho, são duas condições que devem ser respeitadas ao longo do processo de reestruturação do sector bancário.

Na reunião foi reiterada a sua posição de defesa da autonomia, democraticidade e unidade dos trabalhadores. Refiriu-se o facto de ter sido realçada a vantagem da troca de informações entre estruturas presentes, assim como com outras a nível nacional e de outros sectores de actividade. O Encontro manifestou a sua vontade em ver o secretariado das CTs da Banca participar na Comissão Coordenadora das CTs do Grande Porto, por intermédio do respectivo executivo.

Foi debatida a reestruturação do sector bancário, tendo sido apontada a necessidade de ela se

Quando à política de pessoal, os membros das CTs reivindicaram a audição prévia dos trabalhadores, a publicação de normas regulamentares acerca de

# Lei eleitoral e zona de jogo: amargos de boca para a direita

Os trabalhos da Assembleia da República, no decorrer da semana passada, para além da consumação das contradições do Partido de Sá Carneiro estrebuchado, caracterizaram-se pela aprovação do novo texto de Lei Eleitoral e a rejeição da proposta do Governo Mota Pinto para a criação de uma zona de jogo em Tróia.

Relativamente à Lei Eleitoral — cujo primeiro diploma votado em Outubro do ano passado fora considerado inconstitucional pela Comissão Constitucional e pelo Conselho da Revolução e que, posteriormente, voltara a ser objecto de novas alterações — o texto agora apresentado e aprovado elimina o que corrige as disposições consideradas não conformes com o que estabelece a Constituição.

Aprovado por unanimidade na generalidade, a Lei Eleitoral veio, no entanto, pela votação conjunta de comunistas, socialistas e deputados independentes de esquerda, rejeitada pela terceira vez o estabelecimento do voto obrigatório, sonho antigo e agora definitivamente desfeito do PPD e CDS.

Os mesmos votos de esquerda impediram igualmente uma outra manobra dos partidos de direita, que propunham desta vez o alargamento do âmbito do voto por correspondência.

Sobre o significado da aprovação da lei diria no final da votação o deputado comunista Vital Moreira:

A inexistência de uma lei eleitoral vai deixar de constituir um factor de constrangimento, ou um

argumento, ou um pretexto, para a solução de crises governamentais, ou para a manutenção de fórmulas pouco consentâneas com o sistema constitucional.

**A roleta e o «bacarat» como distração dos tempos livres**

Discutiu-se no hemiciclo a ratificação do decreto-lei que previa a criação de uma zona de jogo em Tróia. Pronunciando-se sobre o tema em questão, o deputado comunista Carreira Marques, depois de destacar que a medida governamental pretendia privilegiar duvidosos interesses privados em prejuízo dos legítimos interesses dos trabalhadores, do povo em geral e do país acrescentou que o que o Governo Mota Pinto queria era criar uma zona de jogo permanente em Tróia para deliberadamente entregar a sua concessão ao grupo dos srs. Silvas, da Torralta.

Para que não se esqueça como este Governo PPD/Mota Pinto actua, recordamos que o primeiro-ministro foi consultor jurídico daquela empresa e o ministro Prouça de Carvalho, para além de genro de Agostinho da Silva, da Torralta, ocupava o cargo de administrador na empresa até ser chamado para o executivo. Tudo muito em família ou na roda (digamos mesmo, na roleta...) íntima das amizades.

Mas o escândalo foi desmontado e não passou. Socialistas e comunistas

rejeitaram a ratificação do diploma. O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Álvaro Monjardino e o ministro do Comércio e Turismo, Repolho Correia, abandonaram ostensivamente a sala das sessões no meio da discussão, furando-se a novas perguntas para as quais não tinham resposta.

Desesperada, a direita perde a cabeça, sucedem-se os dilates e os disputérios. O deputado do CDS Carlos Robalo vai ao ponto de acusar o PS e PCP de, ao rejeitarem o arranjinho do IV Governo, estarem a retirar aos lisboetas um lugar para passarem os tempos livres!!!

Imaginamos como foram prejudicadas as crianças de Lisboa impedidas de correr e saltar entre as mesas da roleta e do «bacarat» em alegres traquinices, enquanto eficientes «croupiers» recolhem fichas, distribuem cartas. Prejudicadas igualmente as famílias tradicionalistas que assim não podem ir para os salões alcatifados do casino e sentadas nos cobertores comerem o já raro pastel de bacalhau, recorrendo de vez em quando ao «palhinhas» cheio de tinto, que veio da terra.

A iniciativa governamental não teve em conta as autarquias da zona ou outras, eventualmente interessadas na zona de jogo, não consultou os trabalhadores, não abriu concurso público para a concessão, nada fez do que legal e politicamente devia fazer. Por isso não passou, como não passarão iniciativas idênticas.

## O aniversário da Constituição reúne os democratas na defesa do texto fundamental do País

O 3.º aniversário da Constituição, que continua a ser comemorado em todo o país, tem reunido, nas diferentes sessões efectuadas, socialistas, comunistas e outros democratas, unânimes na defesa do texto fundamental do país.

Mas, a par da defesa da Constituição, foi tónica geral a crítica à actuação do Governo PPD/Mota Pinto, nomeadamente pela prática antidemocrática do executivo e os seus atropelos constantes e descarados ao texto constitucional.

António Areat, dirigente do PS e vice-presidente da Assembleia da República, levaria as suas críticas ao convite para o primeiro-ministro se demitir, porque, senão — afirmou — nós socialistas teremos de o demitir.

Na mesma sessão, que foi presidida por Henrique de Barros, o dirigente socialista Almeida Santos salientou que

o camarada Carlos Brito salientaria que a argumentação fraudulenta, de que se serve a direita, para combater a lei fundamental, pretende fazer crer que os males e as dificuldades de vária ordem provêm da Constituição.

Bem ao contrário — recordou — essa situação, da responsabilidade exclusiva dos últimos governos, é fruto do não cumprimento da Constituição.

**Mafra, Alcobaça e Lisboa**

A sessão realizada em Mafra, presidida pelo presidente da Câmara, contou com a presença do deputado comunista Marques Pedrosa, Jorge Sampaio e José Botelho, do PS, e José António, da APU.

O camarada Marques Pedrosa referiu a existência de alternativas, como seja a formação de um governo

Entretanto, na quinta-feira passada, realizou-se uma sessão comemorativa organizada pelos trabalhadores da Fundação Gulbenkian.

A sessão, que decorreu no Teatro Aberto, contou com a presença do camarada Aboim Inglês, membro do CC do PCP e deputado à Assembleia da República e Tito de Morais, do Secretariado Nacional do PS e deputado.

Na sua intervenção, o camarada Aboim Inglês recordou que a Constituição não seria aquilo que é se o povo não tivesse feito as grandes transformações e as grandes conquistas e se não tivesse criado a nova realidade que os deputados souberam apreender e consagrar no texto constitucional.

Por seu turno, Tito de Morais, afirmou que quem não cumpre, desrespeita ou ataca o espírito e a letra da Constituição coloca-se fora da lei e como tal deve ser considerado.

**Outras sessões**

Mas em muitas outras localidades o aniversário da Constituição foi comemorado. Assim sucedeu no distrito de Portalegre, realizando-se sessões em Campo Maior, Avis, Sousel, Ponte de Sor, Arronches, Elvas, Nisa e Alter do Chão.

Outro tanto se registou no distrito de Évora, nomeadamente na sede do distrito, em Arraiolos, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Vila Viçosa, S. Manços, Santa Vitória do Ameixal.

No distrito de Beja efectuaram-se sessões em Mértola, Aljustrel, Sabóia, Pias, Aldeia Nova, Castro Verde, Cuba, Ferreira, Alvíto, Ficalho, Vale de Vargo, além da sede do distrito.

Em Aveiro, Barcarena, Torre da Marinha e Barreiro a Constituição foi recordada. Nesta última localidade participaram na sessão solene realizada na colectividade «Os Franceses» o camarada Manuel Gusmão, deputado comunista, e Herculano Pires, deputado socialista.

No Funchal, a Organização Regional do PCP distribuiu profusamente, nas ruas, um comunicado recordando a efeméride e no qual se salienta que defender a Constituição é sobretudo defender a sua aplicação em todo o país, defender a sua aplicação na Madeira, onde dia após dia os ataques e violações à Constituição se fazem sentir por parte dos membros do Poder Regional.

# A SITUAÇÃO

António Gervásio

**«Os sinais que se vêem no Alentejo são de trabalho, de grandes esforços, de esforços patrióticos dos trabalhadores para desbravarem as terras, aumentarem a produção, diversificarem e alargarem as culturas»**

A 4 de Abril, o Conselho de Ministros lançou para a opinião pública uma nota oficiosa, segundo a qual existiram «sinais característicos de pré-insurreição no Alentejo». A imprensa fascista e as forças de direita nos Órgãos de Comunicação Social estatizados bem se esforçaram por agitar a questão, que, no entanto, passada uma semana parece ter morrido por si, por mais desesperados que continuem os esforços da reacção. Sem temor de voltar a reanalmá-la, ouvimos António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional do Alentejo, DORA.

1. Esta campanha que a direita tem vindo a desencadear contra a Reforma Agrária tem objectivos muito mais amplos. A questão da existência de «sinais pré-insurreccionais» no Alentejo não passa de uma pantrinha da reacção contra a Reforma Agrária — e não só. Faz parte da guerra psicológica e política contra a Revolução de Abril, contra as conquistas dos trabalhadores. A verdade é que não se registaram nenhuns acontecimentos que pudessem justificar esta campanha de mentiras e calúnias.

Visando objectivos muito mais ambiciosos, muito mais profundos, as forças reacçãoárias procuram fazer da Reforma Agrária o argumento, a justificação para uma situação que pretendem de desestabilização e de agitação, para esconder operações muito mais latas e perigosas — essas, sim — para a Revolução. Seria mau, seria perigoso se não denunciássemos isto: a reacção tem um objectivo que é o de afastar as atenções. A Reforma Agrária é o pretexto, os objectivos ultrapassam o ataque à Reforma Agrária e inserem-se numa ofensiva contra as próprias liberdades democráticas.

Poder-se-ia pensar que no Alentejo há incidentes, que existe uma situação muito quente, muito tensa. Isto é o que o MAP pretende fazer crer à opinião pública e não só. Ora desde Barreto e Portas que os governos têm vindo a atacar com forças militarizadas, com a GNR, a Reforma Agrária e os trabalhadores têm sabido manter a calma, cedendo perante uma força que é maior neste momento, mas confiantes no futuro. Ao longo destes dois anos não se verificaram confrontos violentos, o que tem havido é acções repressivas em moldes que se têm de condenar. O MAP, com

a presente nota oficiosa, pretende fazer crer que a GNR não dominaria a situação e portanto seria necessário recorrer às Forças Armadas para «restabelecer a ordem» no Alentejo, ordem jamais perturbada pelos trabalhadores, apesar de todas as provocações do MAP nesse sentido. Este é o grande objectivo da reacção: levar tropas para o Alentejo, jogar com os militantes contra o povo trabalhador, criar aqui e ali e também nos quartéis, um espírito anti-Reforma Agrária, antipovo alentejano. E a partir daí desenvolver toda uma cadeia de acontecimentos que poderiam levar para uma outra direcção grata às forças reacçãoárias, saudosistas do passado fascista.

O Governo Mota Pinto, o MAP de Vaz Portugal, as forças da direita e a sua imprensa tanto gritaram com os «sinais característicos de pré-insurreição» e, no entanto, depressa deixaram cair a campanha de calúnias. Porquê? Porque não podem indicar à opinião pública um caso que seja dos tais sinais pré-insurreccionais nesta ou naquela zona.

É certo que em alguns casos, poucos, os trabalhadores avançaram para cuidar de terras roubadas às UCPs, dadas como reservas a agrários, e por estes completamente abandonadas. Trabalhar as terras, não deixar morrer as searas, procurar que seja produzido o pão para todo o país, é isto sinal de pré-insurreição?

Em S. Manços e Aguiar, os trabalhadores foram adubar as searas que tinham feito em terras dadas pelo MAP aos agrários. Mas havia um acordo nesse sentido com os ex-Centros Regionais da Reforma Agrária. Os ex-CRRA haviam acordado com os trabalhadores que estes continuariam a tratar dos frutos pendentes. Ao fazer inventir

a Guarda, o Governo violou esses acordos. O povo alentejano já diz «Não é com chaimites, com cavalos, com cães polícias, com bastões, com G-3, que se desbravam as terras, se aumenta a produção, se asseguram os postos de trabalho e melhores condições de vida. Mas quem visitar o Alentejo os sinais que vê são de trabalho, de grandes esforços, esforços patrióticos dos trabalhadores para desbravarem as terras, aumentarem a produção, diversificarem e alargarem as culturas. São estes os sinais à vista de quem lá quiser ir. O povo alentejano que sofreu e sofre ainda a repressão, quer trabalho, quer pão, quer a democracia.

**Inquérito sério ao MAP: exigem os trabalhadores**

2. Com a agitação em torno da pseudo situação pré-insurreccionais, o MAP pretende igualmente desviar a atenção, das graves acusações de corrupção que o atingem. Vaz Portugal não é capaz de negar que existe corrupção no seu Ministério. Mesmo órgãos conservadores falam deste assunto e Vaz Portugal foi obrigado a admitir que existiram uns «fumos de corrupção». Os trabalhadores dizem que não há fumos, há foguetas e foguetas bem acesas!

Por exemplo nos ex-CRRA. São vários os casos que correm. Citemos o da Galeana, em que foram dados 110 hectares ao agrário Joaquim Grave, de Évora, que tratou directamente com o MAP, passando por cima do governador civil. Fala-se que para fazer passar «esta ultrapassagem», entraram as ditas «luvas». Outro caso é o da venda, por parte de uma agrária absentista, de uma herdade da UCP «Progresso da Igreja» a um cidadão holandês, venda para cujo processo um funcionário do MAP teria recebido 500 contos de «luvas». Tudo isto e outras coisas mais correm, e o ministro não nega. Mas há outros casos de corrupção. Por exemplo, os das «reservas paralelas»: o agrário pede de um lado uma reserva, a mulher ou o filho pedem de outro. A mesma família pede diferentes reservas, tendo

direito, se é que tem, a uma só, numa tentativa para restaurar o latifúndio, restauração empurrada pelo MAP que, desvirtuando e excedendo a própria Lei Barreto — inconstitucional, ilegal —, vem dar ainda mais pontuação do que a prevista na lei, contrariando mesmo o legislado.

Por tudo isto, os trabalhadores têm razão quando exigem que se faça um inquérito sério ao MAP, que se constitua uma comissão de inquérito em que os trabalhadores participem, através dos Secretariats das UCPs e dos Sindicatos Agrícolas, para clarificar uma questão, sobre a qual o povo português tem, constitucionalmente, o direito de ser esclarecido. Toda a actividade do MAP, do Governo Mota Pinto deve, aliás, ser inquirida à luz da Constituição e mesmo da inconstitucional Lei Barreto. Nestes quatro meses de Governo, Mota Pinto já roubou às UCPs mais de 125 000 ha de terra, é responsável pelo esparçamento de mais de 60 trabalhadores, homens e mulheres, e por diversos julgamentos sumários. A sua acção tem-se caracterizado por um intensificar da violência. É directamente responsável por verdadeiros assaltos às UCPs/Coop. com a participação da GNR, de funcionários dos ex-CRRA, de bandos de agrários em autênticas operações de pilhagem de gados, máquinas, alfaias, ferramentas e até de galinhas, perus, etc.

**Forte combatividade**

3. Se os governos de direita permanecerem, se não forem substituídos por um Governo democrático, a Reforma Agrária continuará a ser bastante atacada e diversas unidades ficarão em perigo de sobrevivência. Durante o Governo Mota Pinto foram já destruídas 33 UCPs/Coop. e dezenas de unidades encontram-se com a viabilidade económica comprometida. O Governo não se tem limitado a tirar as terras; segue simultaneamente uma política de estrangulamento económico com o corte de créditos, a falta de apoio técnico e financeiro, a ausência de garantia de preços e de escoamento da produção.

A par desta política de combate do Governo existe uma combatividade dos trabalhadores na defesa da Reforma Agrária. Depois de dois meses de repressão, este é o dominante da situação. O Governo acelera a política de boicote e violência a combatividade dos trabalhadores é cada vez mais forte. E isto expressa-se nas grandes manifestações de massas, bandeiras negras, significam o desempenho a miséria. Expressa-se em palavras de ordem dos trabalhadores:

— Pela demissão do Governo Mota Pinto/PPD — Pela demissão do MAP — Pelo fim da ofensiva — Pela restituição das terras

E tanto que é assim, que trabalhadores promoveram início de Março, o Encontro Beja para planejar as acções da Primeira, para orga a produção. E esta a trabalhar, a lutar aumento da produção. E existem nas UCPs/Coop. Brigadas de Produção, semear mais, aproveitar o máximo de terras. Por defender a Reforma Agrária defende a defesa política e defende a terra no campo da produção. E os Governos estão a fazer e poderão ainda fazer mal à Reforma Agrária, por inviabilizar mais unidades a Reforma Agrária no conjunto será defendida. É só a luta do proletariado agrícola, dos pequenos e médios agricultores, a defesa da Reforma Agrária e outros sectores de actividade, as forças progressistas. E a defender a Reforma Agrária, ao mesmo tempo, defendendo as conquistas de Abril. Porque a Reforma Agrária não se defende a mente das ou das calúnias. Nem a reacção ataca apenas a Reforma Agrária. Ataca a Reforma Agrária com mais violência mas o seu ataque é contra a Reforma Agrária, contra a nacionalização, contra o controlo operário contra as liberdades.

Estamos confiantes de que a Reforma Agrária se defendida como a Revolução de Abril será defendida no conjunto.

## Moção de censura na ordem do dia

A questão da moção de censura ao Governo Mota Pinto vai certamente constituir o tema central dos trabalhos da última fase da 3.ª Sessão Legislativa da Assembleia da República. Entretanto, esta reiniciará brevemente os seus trabalhos num quadro diferente, decorrente da profunda cisão verificada no seio do Grupo Parlamentar do PPD, cisão que teve como consequência imediata a passagem do partido de Sá Carneiro de segundo a quarto partido da Assembleia da República e a constituição de um relativamente forte núcleo de deputados independentes.

É esta, com efeito, a primeira alteração quantitativa surgida no actual quadro da Assembleia da República e cujas consequências ainda não se podem avaliar em toda a sua amplitude. A cisão profunda verificada ao nível do Grupo Parlamentar do PPD representa uma iniludível derrota das forças da direita e, sobretudo, do partido que vinha apoiando o Governo Mota Pinto.

Para esconder ou minorar as consequências desta óbvia derrota política, certos sectores das forças de direita têm tentado o impossível para demonstrar que a cisão no PPD representaria uma prova de fraqueza do actual quadro partidário. Argumentando deste modo, é o país e o regime democrático que a direita pretende pôr em causa.

Porém, a questão não é essa; ao fazer de questões que são fundamentalmente seus problemas do país, as forças da direita tentam esconder o essencial — e, aqui, o essencial é que têm dado sucessivas provas de incapacidade na resolução dos problemas, o fracasso das suas táticas e estratégias, o desencanto e alheamento popular com que são acolhidos os seus projectos e as suas actuações.

Ironicamente, podemos mesmo afirmar que o eleitorado do PPD já está mais que

deveria ser apenas revista nos prazos e nas disposições constitucionais, esta afirmação ter recolhido os aplausos de alguns «inadiáveis», nomeadamente de Sêrvulo Correia.

Outra questão que se prende com esta é a de saber até que ponto é que o agora numeroso grupo de deputados independentes saídos do PPD poderá actuar ao nível da Assembleia da República de forma completamente homogênea.

**Os grandes debates que se avizinham**

Será neste quadro que se irão desenrolar os trabalhos da última fase da 3.ª Sessão Legislativa da Assembleia da República, no decorrer da qual este órgão de soberania voltará a ser o centro de grandes debates políticos.

Estes terão como base a questão da amnistia proposta pelo PS, a votação final global das alterações já aprovadas na generalidade à lei dos senhores ricos, a discussão e votação das alterações à lei Barreto, a discussão das bases gerais do Serviço Nacional de Saúde e, até, a questão da criação das comissões consulares de emigrantes suscitada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Entretanto, não convém esquecer que o Governo Mota Pinto já se comprometeu a apresentar na Assembleia novas propostas das leis do Plano e do OGE. Estas propostas, a fazer fé nas declarações de Mota Pinto, não diferirão grandemente daquelas que a Assembleia da República já rejeitou, o que coloca novamente na ordem do dia o escandaloso

desrespeito que este Governo tem vindo a manifestar pelas decisões da Assembleia.

É que uma das traves-tremas das anteriores propostas do Governo rejeitadas pela Assembleia assentava no colete de forças dos 18 por cento. Esta pretensão governamental foi já recentemente derrubada na Assembleia e aconteceu até que o Governo não conseguiu que um único deputado apoiasse...

É da lógica que um OGE recusado mantendo os mesmos princípios volte a ir à Assembleia da República para ser de novo recusado. E aqui não se trata apenas de rejeitar o OGE de Mota Pinto; o que se vai julgar brevemente não é apenas o OGE mas o comportamento perante a Assembleia. Comportamento que se tem caracterizado por um constante desrespeito pelas decisões da Assembleia da República, de que o estatuto da RDP é apenas um dos exemplos mais gravemente escandalosos.

**A questão da moção de censura**

Nesta situação, o papel que o Partido Socialista venha a assumir é particularmente decisivo à luz da manutenção ou não de um Governo como este que constantemente viola a Constituição, desrespeita a Assembleia da República, atenta contra o regime democrático, insulta o povo trabalhador e põe em causa a recuperação económica do país.

A questão da moção de censura está na ordem do dia. O Partido Comunista Português já a suscitou

e dirigentes socialistas declarações recentes rejeitaram a possibilidade de deputados do PS suscitarem igual questão.

Resta saber, no caso de moção de censura vir a ser aprovada na Assembleia da República, qual seria a atitude a adoptar pelo Governo Mota Pinto. Do ponto de vista constitucional, necessárias duas moções de censura para que o Governo caia. Porém, a aprovação de uma só moção de censura deveria, no presente caso, ser suficiente para um Governo demitir.

A aprovação de uma moção de censura, pouco tempo depois de o Governo ter os seus princípios de governação rejeitados na Assembleia, provará uma vez mais que o Governo não serve, deve ser derrubado e devem-se tomar as medidas que o texto constitucional oferece a formação de um Governo de defesa da actual Assembleia da República que defenda o regime democrático, respeite a Constituição e evite o degrading da situação que é extremamente perigoso dissolver a Assembleia da República e promover a realização de eleições gerais intercalares no mais breve espaço de tempo, nomeadamente um governo de gestão honesta e liberdade do acto eleitoral que liminarmente exclua o executivo com a composição e caracterização do governo Mota Pinto.

Foi esta a situação a que chegou, depois de alguns meses de desgoverno de Pinto!



Em Lamego, como em muitos outros pontos do país o aniversário da Constituição foi comemorado. Vital Moreira, deputado comunista, falou perante cerca de mil pessoas, sublinhando a contradição entre o governo actual e a Lei fundamental do país

as críticas furiosas à Constituição se devem à circunstância de aquele texto ser o último baluarte da democracia e da liberdade. Entretanto, em Lamego, o deputado comunista Vital Moreira, falando para uma assistência calculada em cerca de mil pessoas, salientou que o executivo PPD/Mota Pinto é um Governo que não corresponde aos interesses do povo português, constituído à revelia do regime democrático.

No domingo, em Braga, a sessão comemorativa realizada no teatro do Liceu Sá de Miranda reuniu numerosa assistência incansável nas perguntas feitas ao camarada Carlos Brito, líder parlamentar do PCP, a Orlando de Carvalho, professor da Faculdade de Direito de Coimbra e militante antifascista e a Joaquim Loureiro, advogado em Famalicão e deputado socialista à Assembleia Constituinte. No seu improvisado,

# POLÍTICA



## Aurélio Santos

### «Afirmando com arrogância que os Conselhos de Informação “não têm poder executivo”, Prouça de Carvalho confirma a atitude do Governo Mota Pinto de ostensivo desprezo por todos os órgãos democráticos representativos»

«Todos os meios de comunicação estatizados comportam-se com independência do Governo, reflectindo um inegável pluralismo ideológico... Estas palavras, ainda que isso possa espantar muita gente, são da autoria de Prouça de Carvalho, ministro da Comunicação Social, e foram proferidas a semana passada, no decorrer da última — até à data — das múltiplas entrevistas em que tem sido prolixo.

Entretanto, a verdade é que o povo em geral, e os trabalhadores da Comunicação Social em particular, têm chamado a Prouça, devido às suas proezas, «ministro da propaganda»... Tratar-se-á tal incómodo cognome de uma ofensa?

— Ofensa — para o regime democrático — é a maneira como Prouça de Carvalho procura restaurar os métodos e técnicas da propaganda fascista e nazi, baseada na repetição sistemática e sem vergonha das mentiras e no silenciamento das vozes discordantes, para que a verdade não fosse divulgada — disse ao «Avante!» o camarada Aurélio Santos, membro do CC, durante uma breve conversa que com ele travámos acerca de questões actuais da Informação. E continuou:

— Era isso o que faziam os «ministros da propaganda» de Hitler e Mussolini, ou o «Secretariado Nacional da Propaganda» de Salazar. Seguindo esses modelos, Prouça de Carvalho lançou-se numa grande operação de controlo e manipulação dos órgãos de informação estatizados. Promoveu o restabelecimento de mecanismos de censura e intimidação na Comunicação Social. Proibiu o tratamento de questões «políticas» e «sociais» na RDP. Fez suspender e liquidar programas progressistas. Afoga os órgãos de informação com «notas», «comunicados» e «declarações» do Governo. Saneou a comunicação social estatizada.

— Prouça afirma ser uma das intenções do Governo colocar a imprensa privada, sem discriminações, em igualdade de condições com a estatizada, num regime concorrencial em que acabariam por sobreviver os jornais que tiveram a preferência dos leitores. Querem comentar esta tese, tão cara a Prouça?

— A teoria da «igualdade de condições» faz parte, também, da operação de desmantelamento do sector nacionalizado da Informação. Com o pretexto de assegurar «idênticas condições» reduz, de facto, os recursos do sector público em relação ao privado (beneficiário com outros subsídios), ao mesmo tempo que põe os fundos do Estado, pagos pelo povo, ao serviço de órgãos reaccionários e fascistas, cuja função é atacar e minar o regime democrático e servir interesses privados, muitas vezes inconciliáveis. Note-se que, ao mesmo tempo que faz estas ofertas ao sector privado, o Governo Mota Pinto procura reduzir a base financeira das empresas públicas, com cortes drásticos nos orçamentos da RTP e RDP, por exemplo, e está a dar cobertura a uma grande operação de sabotagem financeira dessas empresas com a admissão massiva de dezenas de novos funcionários («D. Popular, RDP»), a cobrarem vencimentos altíssimos, enquanto se pretendem justificar medidas de despedimentos massivos com o argumento de «diminuir encargos»...

— No contexto que decorre de tudo o que acima ficou dito, a luta dos profissionais da Informação assume, obviamente, um especial relevo. Foi este o último tema que Aurélio Santos abordou na nossa conversa.

— Se Mota Pinto e Prouça de Carvalho pensavam deitar mão à Informação pela calada — enganaram-se. Os trabalhadores da Comunicação Social têm defendido corajosamente a liberdade de informação e têm dado uma grande contribuição para o desmascaramento, à escala de todo o país, da natureza totalitária do IV Governo e da essência anti-democrática da sua política. A sua luta permitiu também tornar mais claro para as outras camadas da população que a defesa da liberdade de informação interessa a todos.

— O assalto aos meios de informação faz parte da ofensiva global da reacção contra o regime democrático e as conquistas de Abril. As ilegalidades do MAP contra a Reforma Agrária, a violação dos direitos e garantias que a Constituição assegura aos cidadãos, a sabotagem às empresas nacionalizadas, os atentados aos direitos dos trabalhadores, os escandalosos favores dados de mão beijada aos capitalistas e agrários — são mais difíceis de levar por diante à luz do dia quando a verdade pode vir ao cima e ser dada a conhecer publicamente. É por isso que todas as políticas reaccionárias, ditatoriais e antipopulares, começam por amordaçar a informação, fazer calar a divulgação dos protestos e denúncias, manipular a verdade, como fizeram Mota Pinto e Prouça de Carvalho.

— O Governo Mota Pinto já está politicamente desacreditado. Já foi derrotado pelo povo e na Assembleia da República. Mas agarra-se desesperadamente ao poder, com sucessivas medidas ilegais e de prepotência que fazem uma política de terra queimada destinada a criar maiores dificuldades para a normalização da vida democrática e a estabilidade das instituições.

— É isso que Prouça de Carvalho procura fazer, com particular arrogância, na Comunicação Social. Não se pode, pois, pactuar com as situações criadas por Prouça de Carvalho ou abrandar na luta contra as medidas com as quais ele procura levar mais adiante a política de destruição das conquistas de Abril no sector da Informação.

— Para estabelecer a normalidade na Comunicação Social é necessário revogar todas as medidas arbitrárias tomadas à margem da lei e contra a lei, à sombra de compadrios e de subserviência, com violação de direitos e princípios democráticos. Só assim poderá restabelecer-se a lei e a democracia no caos em que a política prouçista lançou a Comunicação Social.

— Tanto os Conselhos de Informação (órgãos constitucionalmente reconhecidos para assegurar o controlo dos meios de comunicação estatizados) como o Conselho de Imprensa (estabelecido pela Lei de Imprensa para assegurar a liberdade de imprensa) têm dado uma contribuição válida

para defender a aplicação da lei e dos direitos, garantias e liberdades constitucionalmente assegurados. No cumprimento das suas funções têm tomado posição, em muitos problemas, contra as ilegalidades, arbitrariedades, prepotências e violação dos princípios da liberdade de informação, pluralismo e independência dos órgãos de comunicação estatizados. Têm sido, sem dúvida, um factor de contenção do assalto governamental e da ofensiva de liquidação das garantias de liberdade de informação.

— Mas, também aqui, o Governo de Mota Pinto e de Prouça de Carvalho revela a sua natureza totalitária e antidemocrática, desprezando ostensivamente e grosseiramente as resoluções dos Conselhos de Informação e do Conselho de Imprensa. Que fez por exemplo o Governo para respeitar as decisões do CI para a RDP, que considerou irregular a nomeação do Conselho de Administração em exercício? E que medidas foram tomadas para se respeitar as resoluções do CI para a RDP, que considerou irregular a nomeação do Conselho de Administração em exercício? E que medidas foram tomadas para se respeitar as resoluções do Conselho de Redacção?

Afirmando com arrogância que os Conselhos de Informação e o Conselho de Imprensa «não têm poder executivo», Prouça de Carvalho confirma a atitude do Governo Mota Pinto de ostensivo desprezo por todos os órgãos democráticos representativos, que têm por missão controlar os actos do poder executivo. E, de forma evidente, a tentativa de impor uma política totalitária de factos consumados por parte do Governo, com a cínica redução de todas as garantias legais e constitucionais dos direitos e liberdades a simples formalidades «sem poder executivo»...

Os ataques à Reforma Agrária e as calúnias e mentiras sobre a situação no Alentejo; a cisão no PPD e os debates que se avizinhavam na Assembleia da República; a ofensiva anticonstitucional e, ainda, as proezas de Prouça na Comunicação Social — Temas candentes da actualidade política abordados nesta página

## Vital Moreira

### «Num Estado democrático-constitucional o primeiro dever de todos os órgãos de soberania é respeitar a Constituição e não aproveitar os poderes que detêm em virtude da Constituição para a subverterem».

— Qual a validade democrática das soluções referendárias?

— Creio ser importante começar por definir realidades diferentes que hoje em Portugal correm propostadamente confundidas. De facto, nem sempre se define o que se entende por referendo, nem se distingue o referendo de um parente próximo, o plebiscito.

No seu sentido originário, o referendo significa a sujeição à confirmação popular das decisões tomadas por um órgão representativo (por exemplo uma junta municipal, uma lei do parlamento). E é esse ainda o significado técnico-jurídico do termo, em sentido estrito. Contudo, frequentemente, o termo é utilizado em sentido mais amplo, de modo a abranger toda e qualquer forma de decisão popular sobre qualquer assunto, excluídos, naturalmente, os actos eleitorais por exemplo, submeter a voto popular a questão da adesão ao Mercado Comum. Neste sentido, o plebiscito (que, etimologicamente, significa «decisão popular»), em que o eleitorado é chamado a decidir directamente e imediatamente, sem qualquer decisão prévia sobre a matéria por parte de um órgão do Estado. Alargado assim o conceito de referendo, a noção de plebiscito fica reservada para os referendos promovidos por um chefe mais ou menos carismático que lança o peso do seu prestígio num determinado resultado do referendo, de tal modo que a obtenção desse resultado funciona como acatamento do chefe. Exemplos recentes e próximos de plebiscitos foram os referendos promovidos pelo general De Gaulle em França a partir de 1926 até à sua demissão em consequência, precisamente, da derrota num desses referendos.

Ora bem. O referendo pode ser um respeitável instrumento de expressão política se for rodeado de garantias que evitem a sua utilização contra a assembleia representativa. Na verdade, o referendo está previsto, sob várias modalidades, em algumas Constituições, pertencentes a sistemas políticos diferentes (desde países socialistas até à Suíça e à Itália), funcionando como instrumento democrático em harmonia com as instituições representativas. Ao invés, o referendo também pode funcionar — e tem funcionado — como instrumento de «legitimação» plebiscitária dos regimes fascistas depois da liquidação das insti-

tuções democráticas representativas. Portanto, se o referendo não é, por princípio, um instrumento antidemocrático, não é, muito menos, por natureza um instrumento democrático «por excelência», como pretendem fazer crer os referendistas da nossa praça.

Ao lermos a defesa do referendo por algumas das mais notórias figuras da reacção portuguesa, poderia assaltar-nos a dúvida sobre saber se subitamente não teria havido uma estranha conversão da direita às formas mais puras do democrático jacobino. Pura ilusão: a direita é aqui perfeitamente coerente. As fórmulas plebiscitárias constituem, como se sabe, um instrumento privilegiado de «legitimação» pseudo democrática de todos os fascismos e bonapartismos.

É por isso que o referendo não pode ser apreciado em abstracto, desligado do contexto do sistema político em que opera. Tanto pode constituir um instrumento favorável ao desenvolvimento democrático, em combinação com os mecanismos da democracia representativa, como transformar-se num instrumento de legitimação de fórmulas oligárquicas de poder, utilizado contra a democracia representativa, contra as minorias políticas, enfim contra o próprio povo.

Em todo o caso, uma coisa é inquestionável. O referendo só é legítimo quando e na medida em que esteja previsto e regulado na Constituição. Num Estado constitucional só existem as formas de expressão política definidas na Constituição. «A soberania reside no povo que a exerce segundo de formas previstas na Constituição», afirma expressamente o artigo 3.º da Constituição da República Portuguesa. Ora, a Constituição portuguesa não prevê o referendo e consequentemente não atribui a nenhum dos órgãos de soberania nela previstos o poder de desencadear. Por isso, o recurso ao referendo não poderia deixar de considerar-se inconstitucional e ilegítimo. A Constituição portuguesa privilegiou as formas de democracia representativas («democracia participativa»), e os órgãos representativos — a começar pelo PR e pela AR — não podem abster-se de resolver ou de decidir, devolvendo ao povo a decisão das questões.

A única forma de referendo prevista na Constituição — respeitante à instituição das

regiões administrativas — é «imperfeita», cabendo, não directamente aos cidadãos, mas sim às assembleias municipais, que já são órgãos representativos. Compreende-se, aliás, que a Constituição tenha afastado as chamadas formas de «democracia directa», de que o referendo é supostamente instrumento. É que, para além do referendo previsto na Constituição de 1911 para o poder local — que de resto não funcionou —, o dos plebiscitos da Constituição de 1933 — com os resultados que se sabe —, não existe em Portugal qualquer tradição referendária de tipo democrático, sendo, além disso, de temer que a falta de consistência do sistema partidário, por um lado, e o fundo sebastiânico de uma parte da cultura política portuguesa, por outro lado, conduzissem a perversão plebiscitária — e, logo, totalitária — do referendo.

— Mas se o referendo foi afastado pela Constituição — sendo, portanto, ilegítimo — nada impede que vancha a ser introduzido para certos casos numa futura revisão constitucional, se se entender que deixaram de ter razão de ser as razões que acabei de aduzir e desde que a sua regulamentação se acatele contra a sua utilização plebiscitária. Acima de tudo parece-me que nunca deverá poder ser utilizado contra a Assembleia da República, ou à sua revelia. Parecem-me assim, de rejeitar liminarmente as propostas já vindas a público de conferir ao Presidente da República o poder de promover referendos.

— Como situar a hipótese de referendo constitucional?

— Tratar-se-ia de um puro e simples golpe-de-Estado. Se o referendo, em geral (sobre uma lei, sobre uma questão política), seria inconstitucional, por não estar previsto na Constituição, seria qualificadamente inconstitucional utilizar o referendo para alterar a própria Constituição.

A Constituição prevê, ela mesma, como todas as Constituições, o modo da sua revisão. É ela que diz quando pode ser prevista (na 2.ª legislatura, que começa em Outubro de 1981), quem pode proceder à revisão (a Assembleia da República apenas), como se faz a revisão (por maioria de 2/3 dos deputados) e com que limites (os indicados no art.º 290.º, que visam evitar a subversão do núcleo essencial da Constituição). Toda e qualquer revisão fora destes termos constituiria uma infracção da Constituição, uma revisão

inconstitucional da Constituição. A hipótese de revisão constitucional mediante referendo, qualquer que fosse a sua forma (fosse para decidir directamente da revisão da Constituição, fosse para decidir «apenas» da alteração dos termos constitucionais da revisão) traduzir-se-ia sempre no recurso a um instrumento inconstitucional, contra a Constituição. Além disso implicaria sempre, para quem o promovesse, uma usurpação de poderes não conferidos pela Constituição. Ora, num Estado democrático-constitucional o primeiro dever de todos os órgãos de soberania é respeitar a Constituição e não aproveitar os poderes que detêm em virtude da Constituição para a subverterem.

De resto, a ideia de submeter a voto popular directo um texto de Constituição ou um texto de alterações à Constituição com algumas dezenas de artigos, saído da cabeça de algum iluminado, em que o povo se limitaria a dizer «sim» ou «não», constituiria uma gigantesca mistificação. Supor que isso seria democrático, não passaria de grosseiro dislate. Por outro lado, só se compreende esta estranha proposta de revisão constitucional por via referendária (quando daqui a pouco mais de um ano se pode proceder à revisão constitucional) se o seu objectivo for, não o de corrigir e aperfeiçoar a Constituição, mas sim o de destruir a Constituição, de criar uma solução de continuidade constitucional que abra caminho à destruição do sistema democrático saído do 25 de Abril e consignado na Constituição.

Assim se compreende que os partidários do referendo de revisão constitucional se encontrem nos sectores da direita, em geral, e fascistas em particular. Deve, aliás, recordar-se que as propostas referendárias surgem aliadas normalmente a propostas tendentes à presidencialização do regime visando a criação daquilo a que se chama o «presidencialismo plebiscitário». Não é por acaso que uma das variantes da campanha da direita sobre a revisão constitucional é a ligação entre a revisão e as eleições presidenciais, de tal modo que a eleição de um determinado candidato significaria, simultaneamente, o referendo de um determinado projecto de revisão constitucional, ou, mesmo, de uma nova Constituição.

Quando de certos sectores e personalidades vemos defender o referendo em nome da «democracia» e da «soberania

popular» dá vontade de rir. É que não pode esquecer-se que a Constituição salazarista de 1933 foi aprovada em referendo, e ela mesma previa a sua revisão mediante referendo; por outro lado, uma das primeiras tentativas de golpe contra o 25 de Abril consistiu precisamente no projecto de Spínola-Palma Carlos-Sá Carneiro, de Junho de 1974, de submeter uma Constituição a referendo, antecipando-se à Assembleia Constituinte. Que os saudosos da Constituição de 1933 persistam em utilizar os velhos métodos para obter os mesmos resultados — compreende-se. Já se entende menos que outros os acompanhem.

Há outra questão que merece algumas considerações. Os corifeus do referendo constitucional argumentam, com ar triunfante, «quem não deve não teme; quem se opõe ao referendo constitucional recia a manifestação da vontade popular!» Importa desmontar esta mistificação. Em primeiro lugar, a Constituição foi aprovada por esmagadora maioria na Assembleia Constituinte e todas as eleições posteriores manifestaram um inequívoco apoio às forças constitucionais; em segundo lugar, em poucos países haverá um tão profundo sentimento de adesão popular à Constituição, ainda recentemente renovado no terceiro aniversário da sua aprovação (e essa adesão popular é tão grande que os próprios inquéritos de opinião promovidos por jornais de direita o confirmam); em terceiro lugar, e sobretudo, o modo legítimo de o povo se pronunciar sobre a Constituição é através da revisão constitucional, nos termos nela previstos. Sobre tudo, nenhuma Constituição pode estar sujeita a ser a todo o momento submetida a referendo, só porque qualquer minoria acha que ela não satisfaz. E, finalmente, nenhum país poderia estar a mudar de Constituição de acordo com cada variação conjuntural da opinião pública, ou da maioria de cada momento.

A ser assim, então não seria necessária qualquer Constituição. Se hoje se admitisse que os actuais referendários lavassem a cabo o seu projecto de plebiscitar uma revisão constitucional, como se haveria de impedir que no dia seguinte outro grupo viesse por sua vez pôr em causa a Constituição que houvesse saído do referendo, e depois outro, e mais outro?... Como seria possível qualquer tipo de estabelecimento institucional? Decididamente os corifeus do referendo da revisão constitucional não suportam viver num Estado constitucional!

Qual a missão da imprensa estatizada?

Hoje, no novo Portugal democrático saído do 25 de Abril, quais as funções e qual a missão que devem caber à imprensa estatizada? Para o Governo, um jornal da CIP deverá ser encarado da mesma maneira que um jornal pago pelo povo?

— Num regime democrático como aquele que a nossa Constituição consagra, os órgãos de comunicação do Estado podem e devem desempenhar um relevante papel ao serviço do desenvolvimento económico, social, cultural e político da sociedade portuguesa. Devem ser um instrumento de confronto democrático de ideias, contribuir para o conhecimento e solução dos problemas nacionais.

— Mas não são essas as preocupações de um Governo como o de Mota Pinto/Prouça de Carvalho, apostados em fazer voltar Portugal para trás e não em abrir caminho para o futuro. Por isso ao mesmo tempo que procura reduzir os órgãos estatizados às funções de instrumentos de propaganda do Governo, Prouça de Carvalho actua, também, no sentido de facilitar a restauração do domínio da informação, pelos grupos económicos privados, capitalistas. Começou por fazer a desintervenção em todos os jornais intervencionados. Depois, tem actuado no sentido de criar dificuldades financeiras aos jornais que seguem uma orientação independente. Ao mesmo tempo, manobra para entregar a administração dos outros jornais desintervencionados ao sector privado, mesmo sendo este minoritário («J. Notícias», «Comércio do Porto»). Em seguida, vem a venda de «O Século», nacionalizado. E agora já foi lançada a campanha para a desnacionalização a retalho da RDP, sugerida, com descaramento, pelo próprio presidente prouçista do Conselho de Administração...

A sabotagem financeira das nacionalizadas

Na aludida entrevista — e que, por sinal, foi dada a um jornal estatizado, o «Diário de Notícias»

Uma luta necessária para restabelecer a legalidade

No contexto que decorre de tudo o que acima ficou dito, a luta dos profissionais da Informação assume, obviamente, um especial relevo. Foi este o último tema que Aurélio Santos abordou na nossa conversa.

Se Mota Pinto e Prouça de Carvalho pensavam deitar mão à Informação pela calada — enganaram-se. Os trabalhadores da Comunicação Social têm defendido corajosamente a liberdade de informação e têm dado uma grande contribuição para o desmascaramento, à escala de todo o país, da natureza totalitária do IV Governo e da essência anti-democrática da sua política. A sua luta permitiu também tornar mais claro para as outras camadas da população que a defesa da liberdade de informação interessa a todos.

O assalto aos meios de informação faz parte da ofensiva global da reacção contra o regime democrático e as conquistas de Abril. As ilegalidades do MAP contra a Reforma Agrária, a violação dos direitos e garantias que a Constituição assegura aos cidadãos, a sabotagem às empresas nacionalizadas, os atentados aos direitos dos trabalhadores, os escandalosos favores dados de mão beijada aos capitalistas e agrários — são mais difíceis de levar por diante à luz do dia quando a verdade pode vir ao cima e ser dada a conhecer publicamente. É por isso que todas as políticas reaccionárias, ditatoriais e antipopulares, começam por amordaçar a informação, fazer calar a divulgação dos protestos e denúncias, manipular a verdade, como fizeram Mota Pinto e Prouça de Carvalho.

O Governo Mota Pinto já está politicamente desacreditado. Já foi derrotado pelo povo e na Assembleia da República. Mas agarra-se desesperadamente ao poder, com sucessivas medidas ilegais e de prepotência que fazem uma política de terra queimada destinada a criar maiores dificuldades para a normalização da vida democrática e a estabilidade das instituições.

É isso que Prouça de Carvalho procura fazer, com particular arrogância, na Comunicação Social. Não se pode, pois, pactuar com as situações criadas por Prouça de Carvalho ou abrandar na luta contra as medidas com as quais ele procura levar mais adiante a política de destruição das conquistas de Abril no sector da Informação.

Para estabelecer a normalidade na Comunicação Social é necessário revogar todas as medidas arbitrárias tomadas à margem da lei e contra a lei, à sombra de compadrios e de subserviência, com violação de direitos e princípios democráticos. Só assim poderá restabelecer-se a lei e a democracia no caos em que a política prouçista lançou a Comunicação Social.

# Eleições no próximo dia 29 Valença precisa de passaporte para passar a fronteira do atraso

O eleitorado das 16 freguesias do Concelho de Valença vai eleger, no próximo dia 29, a Câmara Municipal, dissolvida na sequência da demissão dos vereadores que ali representavam os partidos da direita reaccionária, quando faltava pouco tempo para o termo do seu mandato. Embora a nova edilidade só vá funcionar durante sete meses, podem ser dados passos importantes para o início de uma nova fase de progresso e de concretização de velhas aspirações populares, caso o Povo Unido passe a ter representação no novo elenco da municipalidade.

"Para que não fique tudo na mesma, por uma voz honesta na Câmara, vota Povo Unido, esta é a consigna principal inscrita nos cartazes da APU, que já começaram a ser afixados naquele concelho do Alto Minho. É baseado a sua campanha nesta posição de princípio e atendendo a curta duração da actividade da Câmara, apenas sete meses, que a APU vai concorrer com o PS, a "União Democrática", formada pelo PPD e CDS, e com o táxi-partido que dá pelo nome de PPM. O programa dos candidatos da APU, à frente dos quais se encontra a arquitecta Maria Helena Martins, propõe um conjunto de objectivos, susceptíveis de serem concretizados, desde que a nova vereação procure atacar de frente os mais variados problemas das 16 freguesias deste concelho, muitos dos quais já poderiam estar solucionados se o povo tivesse tido, de facto, voz activa na condução da Câmara, apontada como das mais incompetentes do país, no último ano, não teve capacidade para aplicar cerca de quatro mil contos.

### Os fascistas surgem de novo

A crise aberta pelo PPD e CDS na Câmara de Valença, além de ter provocado graves prejuízos à população, devido à paralisação de uma série de obras em curso em várias freguesias, trouxe de novo à cena os velhos caciques fascistas que, como o dr. Matos Lima, actual presidente da CA e "cabeça de lista" da "UD", punham e dispunham no tempo da outra senhora.

É interessante recordar que, em 1958, o povo apoiou em Valença a candidatura de Humberto Delgado onde, apesar das conhecidas vigarices eleitorais,

conseguiu triunfar. Era um testemunho inequívoco dos sentimentos democráticos dos valencianos e a expressão do seu desejo de se verem livres dos fascistas e iniciarem a construção de uma vida melhor. A derrota sofrida por Tomás levou os dirigentes fascistas a tentar encontrar outros "homens de mão" e reforçaram a vigilância policial na zona. Pela mão do autoritário, Júlio Evangelista, surgiu na presidência da Câmara, em 1960, o Matos Lima, que durante nove anos provocaria a indignação no concelho pelas suas atitudes prepotentes e manigâncias, algumas das quais acabaram por não lhe dar lucros.

Com o 25 de Abril, os dirigentes do partido único de Marcelo Caetano distribuíram-se pelo PPD e CDS, preferindo o primeiro, que venceu as eleições para a Assembleia Constituinte, com ligeira vantagem sobre o PS, situação que se manteria um ano mais tarde. De sublinhar que, apesar de ter sido assaltada e encerrada a sede do PCP em Valença, perante a conveniência das autoridades, o nosso partido aumentou a sua votação em Abril de 76 e também a APU registaria novo acréscimo, em Dezembro do mesmo ano.

O PS foi o partido que recolheu mais sufrágios nestas eleições, não obstante o PPD e o CDS terem conseguido a maioria dos lugares na Câmara que, devido à incapacidade revelada pelos eleitos do PS, acabaram por dominar e impor o seu boicote. Apesar de ter a presidência do Município, o PS não impediu o boicote caciquero a fez-lhe cedências sucessivas.

E por isso que, ao apresentarem uma lista onde abundam homens ligados ao fascismo, até em cargos dirigentes, o PPD e o CDS revelam

a sua verdadeira natureza de saudosistas do passado, manifestam a sua disposição para perpetuar o atraso do concelho e fazem tábuas raso da Constituição que, clara e expressamente, impede a candidatura de Matos Lima.

### Por uma Câmara interventiva

"Estamos fartos de promessas. Queremos obras". Foi com estas palavras que nos responderam quando interrogávamos pessoas acerca das próximas eleições. De imediato, começavam a falar da estrada que ainda não foi aberta, reparada ou concluída; do caminho que é tardo ou se encontra intransitável; da água, luz e saneamento que continuam a não dar acordo de si nos lares; da péssima cobertura médico-sanitária do concelho, do mau funcionamento da caixa de previdência; da inexistência de um cinema, da falta de biblioteca e de locais de convívio para os jovens.

Com o 25 de Abril, os dirigentes do partido único de Marcelo Caetano distribuíram-se pelo PPD e CDS, preferindo o primeiro, que venceu as eleições para a Assembleia Constituinte, com ligeira vantagem sobre o PS, situação que se manteria um ano mais tarde. De sublinhar que, apesar de ter sido assaltada e encerrada a sede do PCP em Valença, perante a conveniência das autoridades, o nosso partido aumentou a sua votação em Abril de 76 e também a APU registaria novo acréscimo, em Dezembro do mesmo ano.

O PS foi o partido que recolheu mais sufrágios nestas eleições, não obstante o PPD e o CDS terem conseguido a maioria dos lugares na Câmara que, devido à incapacidade revelada pelos eleitos do PS, acabaram por dominar e impor o seu boicote. Apesar de ter a presidência do Município, o PS não impediu o boicote caciquero a fez-lhe cedências sucessivas.

E por isso que, ao apresentarem uma lista onde abundam homens ligados ao fascismo, até em cargos dirigentes, o PPD e o CDS revelam



Valença é um mundo de problemas que de há muito o povo espera ver resolvidos, que vão desde a satisfação de carências básicas até à defesa do valioso património cultural

## As eleições anteriores

	ELEITORES	VOTANTES	PS	PPD	CDS	PCP	MDP
AC	9378	8143	3041	3108	650	152	144
AR	9646	7601	2472	2640	1451	220	—
CM/76	9619	5586	2154	1556	1323	—	279

Nota — O PS ganhou a presidência da Câmara e dois mandatos, o PPD obteve igualmente dois mandatos e o CDS um.

construir 35 casas de madeira, na Cova da Ervilha, que são desadequadas ao clima local e exigiram infraestruturas muito dispendiosas.

Ainda neste capítulo da habitação, não falta quem ponha em causa os critérios duvidosos que presidiram à atribuição de empréstimos, provenientes de uma verba do Fundo de Fomento da Habitação. São citados alguns exemplos, que incluem nomes de vereadores e de outros filiados que tiveram dinheiro emprestado, com juro bonificado, enquanto foram preteridas pessoas mais necessitadas...

Até agora, nada foi feito para,

com o sucesso, se conseguir o funcionamento dos 1.º e 2.º anos do curso complementar dos liceus, cuja inexistência obriga estudantes a deslocarem-se para Viana do Castelo ou Monção E, por falar de ensino, é de referir que chove no edifício onde funciona o liceu e que o estado de algumas escolas primárias requer medidas urgentes.

No seu programa, a APU propõe soluções adequadas para inúmeras situações concretas, dispõe-se a concretizar e tornar realidade velhas aspirações populares. Não ficando indiferente à riqueza do património cultural e monumental de Valença, o povo

"exige que a Câmara tome medidas para a sua defesa", citando os casos do Convento de Sanfins e do conjunto arquitectónico da Urgeira.

Manifestando a sua posição de defesa da Lei das Finanças Locais e citando as suas maiores vantagens, os candidatos da APU reiteram a sua disposição de, caso sejam eleitos, tudo fazer para estimular a participação das Juntas de Freguesia e da população na concretização do seu programa. Concelho raiano, Valença poderá vir a ter, no próximo dia 29, passaporte para passar a fronteira do atraso. Com o Povo Unido transpô-la-á com sucesso.

## Menos gente que em 1864

A fronteira mais movimentada do país dá o nome a um concelho de 16 freguesias, com cerca de 14 mil habitantes, ocupando uma área de 114,7 quilómetros quadrados e cujas origens remontam a um período anterior ao da fundação da nacionalidade. Por ali passaram os romanos como assinala o marco erguido por Claudio junto do local onde se encontra a Igreja de S. Estevão. É conhecido o papel desempenhado por Valença na defesa do nosso território, a partir do forte militar, cujas muralhas guarnecem parte da actual sede do município.

Para se avaliar a grandeza da crise que afecta este concelho raiano, basta ter em conta que

a sua população diminuiu desde 1864 até à actualidade. Segundo o primeiro recenseamento geral da população portuguesa, elaborado naquela data, viviam em Valença 14 810 pessoas, enquanto em 1970 o seu número era de 12 616. Registe-se que, em 1864, Portugal tinha 4 188 410 habitantes. Apesar de no concelho se terem fixado 647 retornados, a sua população actual ronda os 14 mil habitantes.

De acordo com dados estatísticos oficiais recentes, o saldo fisiológico do concelho foi negativo no período compreendido entre 1971 e 1977, no decurso do qual se registaram 1158 nascimentos e 1289 óbitos. Em

1970, dos 5110 activos, mais de metade, 3030, trabalhavam em mais de 2700 explorações agrícolas; 665 no sector primário e 1475 no terciário. Na mesma altura, a luz eléctrica só chegava a 1645 das 3665 habitações do concelho, enquanto não tinham água no domicílio 2105.

Estes números, como muitos outros referentes à saúde e a outros sectores, atestam uma situação de atraso, tanto mais grave quando a esmagadora maioria da população vive fora da vila e se encontra sujeita a um grande isolamento, derivado da falta ou deficiente ligação com a sede do concelho e até com os diversos lugares das freguesias.

Em Ousão, os mortos têm de ser transportados às costas para Gandra.

Sanfins, Fontoura, S. Julião, Taíbo e Gondomil, são alguns dos nomes das freguesias mais atrasadas do concelho, devido a estarem localizadas na zona montanhosa do concelho e ao contínuo e escandaloso desprezo a que as suas populações foram votadas pelos fascistas. Estas localidades possuem grandes extensões de baldios, cuja riqueza ainda não está a ser aplicada em benefício dos compartos e do progresso destas terras, como sucederia se estivesse a ser respeitada e cumprida a Lei dos Baldios.



A recente gestão de maioria PPD/CDS foi um descalabro. A participação da APU na vereação impõe-se como uma necessidade para o progresso da vila e da região

## Balanço positivo da actividade da APU no Alentejo

Pode afirmar-se, sem receio de errar, que as carências básicas das populações nos domínios da habitação, equipamento rural e urbano, saneamento básico, viação rural, electrificação, aquisição de máquinas e equipamento, mobilizaram praticamente todos os esforços e preocupações dos eleitos da APU nos distritos de Évora, Beja e Portalegre, durante os anos de 1977 e 1978.

Esta é a principal conclusão do 2.º Encontro Regional de eleitos da APU do Alentejo, realizado no passado domingo em Évora. Vindos de todos os concelhos dos três distritos, os 1217 participantes — 556 eleitos e 661 convidados — debateram durante todo o dia, nos Pavilhões do Rossio de S. Braz, a intensa actividade desenvolvida nos órgãos de poder local nos últimos dois anos, coligendo as experiências positivas, apontando os erros cometidos, procurando soluções para superar dificuldades, corrigir deficiências, melhorar cada vez mais o trabalho em defesa dos interesses populares.

### Os frutos da gestão democrática

Os quadros publicados em separado são bem elucidativos das mudanças operadas desde 1974. Das graves carências de então, testemunho vivo do desprezo a que o regime fascista votava o povo alentejano, resta hoje uma triste lembrança. E se a situação está ainda longe de ser a igual a verdade é que muitas das necessidades básicas foram resolvidas, esperando-se que até final do mandato os programas apresentados ao eleitorado estejam, no essencial, cumpridos.

A resolução de muitos dos problemas existentes nos sectores fundamentais já referidos não teria sido possível, porém, sem o apoio constante e a capacidade criadora das próprias populações e suas organizações de base. Como foi referido no Encontro, foi grande a participação popular em obras e trabalhos que beneficiaram e alteraram o teor de vida das populações — arruamentos, reparação de estradas, construção ou reparação de centros de convívio, cabines telefónicas, campos desportivos, construção de protecções contra a chuva em lavadouros e em paragens de transportes públicos, construção de pontes, pontões e postos de saúde, etc. Estes foram campos

importantes onde a intervenção das populações mais se fez sentir.

A colaboração das UCP's e Cooperativas Agrícolas mereceu igualmente destaque. Com efeito, foram frequentes os empréstimos de máquinas (apenas com o pagamento de combustível por parte das autarquias), a participação em jornadas de trabalho programadas pelas organizações populares, bem como o apoio no arranjo de estradas e caminhos municipais.

Não obstante os sectores já referidos continuarem a ser os que exigem atenção prioritária, como os órgãos de poder local continuam a ter de enfrentar no desempenho das suas funções e o exemplo de funcionamento democrático dado pelas autarquias de maioria APU foram outros dos temas abordados no Encontro, e a que nos referiremos em próximo número.

### Intensa actividade em todos os sectores

Paralelamente à actividade desenvolvida nos sectores fundamentais, os eleitos da APU procuraram, na medida das suas possibilidades, incentivar a prática de iniciativas culturais e desportivas, melhorar as condições de higiene e segurança social, desenvolver o turismo, apoiar a infância e defender os trabalhadores do desemprego, quer apoiando a Reforma Agrária quer empregando toda a mão-de-obra possível na realização de obras. No que se refere ao ensino e assistência escolar, importa sem dúvida referir o combate ao flagelo do analfabetismo, que na região ronda os 40%, através de constantes campanhas de alfabetização, a doação de verbas às escolas para que todas as crianças possam beber leite; o apoio ao transporte de professores e alunos para locais afastados e ainda os esforços em curso para conseguir montar aquecimento em todas as salas de aulas.

Quanto ao combate ao desemprego, embora os eleitos

APU entendam que tal problema não se resolve por intermédio das autarquias locais (uma vez que é da responsabilidade do Governo, a quem compete criar novos postos de trabalho, promover novas indústrias ligadas à economia da região e cumprir as leis em vigor, expropriando todas as terras que ilegalmente se encontram na posse dos grandes agricultores e devolvendo aos trabalhadores as que ilegalmente lhes têm sido roubadas), as autarquias de maioria APU têm procurado, sem prejuízo para a sua actividade, intensificando a realização de obras, absorver parte dos trabalhadores lançados para o desemprego pelas ilegalidades e arbitrariedades dos governos constitucionais, muito em particular do Governo Mota Pinto/PPD.

As dificuldades e entraves que os órgãos de poder local continuam a ter de enfrentar no desempenho das suas funções e o exemplo de funcionamento democrático dado pelas autarquias de maioria APU foram outros dos temas abordados no Encontro, e a que nos referiremos em próximo número.

TIPO DE OBRAS	1973 (em contos)	1977 1978	Diferença entre a média anual 1977/78 e 1973	Contribuição da população
Habitação	12 752	433 771	204 133,5	—
Equipamento rural e urbano	20 019	246 336	103 149	34 423
Saneamento Básico	52 481	481 142	238 090	1 632
Viação rural	20 664	233 709	96 190,5	4 207
Electrificação	17 043	76 741	21 327,5	—
Aquisição de terrenos	0,042	28 387	14 151,5	—
Aquisição de máq. e equipamento	1 876	77 868	37 058	—
Diversas obras e equipamento	1 445	61 704	29 407	—
<b>TOTAIS</b>	<b>126 322</b>	<b>1 639 658</b>	<b>693 507</b>	<b>40 262</b>

Nota: Dados referentes aos 24 concelhos de maioria APU.



POVOAÇÕES COM MAIS DE 100 HABITANTES (Das 24 concelhos do Alentejo de maioria APU)					
Situação Existente	Povoações Existentes	Electrificadas	Com Esgotos	Com água ao domicílio	Com Fontanários
Diferenças	Dezembro 1976	216	63	83	89
	Dezembro 1978	247	86	98	123
Diferenças	Entre Abril 1974 e Dezembro 1976	+ 18 (9,1%)	+ 18 (40%)	+ 16 (23,9%)	+ 16 (21,9%)
	Entre Dez. 1976 e Dezembro 1978	+ 31 (14,4%)	+ 23 (36,5%)	+ 15 (18,5%)	+ 34 (38,2%)
	Entre Abril 1974 e Dezembro 1978	+ 49 (24,7%)	+ 41 (91,1%)	+ 31 (43,3%)	+ 50 (68,5%)
OBRAS EM CURSO		117	50	52	65
Previsão no fim do mandato em relação a Abril de 1974		+ 83,8%	+ 202,2%	+ 123,9%	+ 135,6%

## 75 anos de luta com os olhos no futuro

Que poderá ainda esperar da vida quem conta já com três quartos de século de existência?

Para quem nunca se deteve a pensar em tal coisa ou para quem não acredita sequer que depois dos setenta e cinco anos ainda é possível acreditar no futuro, o almoço que na passada quinta-feira reuniu largas dezenas de pessoas na sede da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social teria sido sem dúvida uma revelação.

Prestava-se naquele almoço-festa (ou na festa de um almoço compartilhado) uma comovedora homenagem aos homens e mulheres de setenta e cinco anos que continuam lutando por dias melhores no outono da vida. Não faltou ali sequer o tradicional bolo de aniversário, iluminado por outras tantas velas, apagadas com esforço — mas com determinação — por uma mulher de oitenta e três anos, trabalhadora durante sessenta!

Como então se disse, todos os que dobraram os três quartos de século deixaram uma extensa ficha de serviços prestados à sociedade, uma vida de trabalho marcada pelo estigma de duas guerras mundiais e quase meio século de ditadura fascista.

Mas a sua obra não terminou. Prosseguiamos, afirmaram, lutando para conseguir que não nos marginalizem mais, para podermos ainda usufruir algo que nos pertence e que conquistámos com uma vida de trabalho: o direito a viver em segurança e com dignidade os últimos anos de vida.

E não se pense que é fácil. Basta ter presente que quando, em 1974, foi implementada a reforma mínima de 1650\$00, esta medida veio beneficiar 80% dos pensionistas do regime geral e que, em 1979, 90% do milhão e meio de reformados existentes no nosso país não recebem mais de três mil escudos, para se ter uma ideia das dificuldades com que subsistem os que já deixaram de poder vender a sua força de trabalho.

### Mas apesar de tudo a confiança

Se é verdade que nem as dificuldades imensas com que se debatem conseguem impedir a alegria e a força que descobrimos na sua unidade, também é verdade

que nem em festa os reformados, pensionistas e idosos esquecem as razões da sua luta e, sobretudo, os principais responsáveis pelas condições em que vivem.

Como se recordou no almoço-festa, desde 1976 que os sucessivos governos têm vindo a intensificar uma política que põe em causa a sobrevivência dos cidadãos mais idosos do nosso país. Como se não bastassem os aumentos de miséria e de fome que de então para cá foram atribuídos, os responsáveis por esta política ainda inventaram mais uma forma de lesar os interesses de tão desfavorecida camada social: reduzir (ou melhor dizendo, roubar) meses ao calendário.

Em 1977 os «aumentos» não entraram em linha de conta com os meses de Janeiro e Fevereiro; em 1978, para o mesmo efeito, o ano só começou em Julho e no corrente ano vai suceder o mesmo. E isto depois do actual ministro dos Assuntos Sociais ter afirmado, em Dezembro passado, que este ano os aumentos iriam ser significativos.

Como os interessados e perguntamos — significativos de quê? De mais miséria?

Mas apesar de tudo a confiança subsiste na grande maioria dos reformados, pensionistas e idosos. Confiança de que existem forças suficientes para fazer cumprir a Constituição; que consagra o direito a uma velhice digna; confiança de que os trabalhadores no activo — reformados de amanhã — não deixarão de continuar a apoiar uma luta que é justa; confiança de que a organização representativa dos trabalhadores, a CGTP-Intersindical, não se poupará a esforços para apoiar o mais possível os que já não podem trabalhar.

E é nesta confiança mútua, nesta solidariedade activa, que reformados, pensionistas e idosos encontram sempre mais forças para prosseguir. Forças bastantes até para serem eles próprios, tão carenciados de tudo, solidários com outros que necessitam de ajuda.

A excursão que no próximo dia 29 de Abril, vai levar reformados até ao Alentejo, onde vão oferecer roupas aos trabalhadores da Reforma Agrária, é bem um exemplo dessa solidariedade activa, dessa confiança de que, apesar de tudo, o futuro será melhor.



## Porque não funciona a Assembleia Municipal de Sintra?

Os habitantes de Sintra que se interessam pelos problemas da sua autarquia e que têm o bom hábito de assistir às reuniões dos respectivos órgãos autárquicos, começam a ficar vivamente apreensivos com a falta de quorum que impede a Assembleia Municipal de funcionar.

Com efeito, após uma estranha confusão de datas a marcar a reunião do órgão deliberativo (alguns vogais foram convocados para dia 5 do corrente e outros para dia 6), a Assembleia acabou por não poder funcionar devido à ausência da esmagadora maioria dos eleitos socialistas: dos vinte e oito membros do PS apenas seis apareceram no primeiro dia e cinco no segundo.

A apreensão da população é tanto maior quando se espera a todo o momento o resultado da impugnação pedida pela APU à composição do recém-formado Conselho Municipal de Sintra que, como já foi noticiado, resultou dum cozinhado entre o PS, PPD e CDS vivamente contestado no concelho.

## Câmara de Sesimbra combate o analfabetismo

Por iniciativa da Câmara Municipal de Sesimbra começaram a funcionar recentemente naquele concelho cinco escolas de alfabetização.

A decisão de levar à prática tão importante medida foi tomada pelo município há cerca de dois meses, altura em que foi divulgado um comunicado dando conta da firme disposição da Câmara de desenvolver todos os esforços para acabar com o analfabetismo no concelho.

## «Os Kágados» vão de vento em popa

Os «Kágados», colectividade de S. João da Madeira dedicada ao desporto, saúde e boa disposição, têm vindo a desenvolver tão intensa actividade que bem se pode dizer, apesar do seu «pachorrento» nome, que vão de vento em popa.

Com existência legal desde meados do ano passado, mas com actividade efectiva desde o princípio de 1977, os «Kágados» têm conseguido impor-se, mobilizando cada vez mais rapazes e raparigas (de todas as idades) para a prática do desporto e de um saudável convívio. O recorde de participação foi conseguido este mês. Segundo informam, no passado dia 1 de Abril — a sério, que não foi engano! — os «Kágados» registaram duzentas e três presenças na sua sessão dominical (57 tartarugas e 146 kágados). Para além da ginástica, dos jogos, das corridas (que terminam num bom banho quente) desenvolvem ainda inúmeras actividades culturais. E tudo por uns escassos cinco escudos por sessão, pois na colectividade não se pagam quotas.

Como não podia deixar de ser, os «Kágados» estão a colaborar com a comissão concelhia para as actividades do Ano Internacional da Criança, tendo promovido já uma manhã desportiva seguida de festa-convívio. E prometem não ficar por aqui.

# Sindicatos Agrícolas do Sul: 114 mil trabalhadores em luta Pelo reforço do movimento sindical unitário

Em Évora, no passado sábado, cerca de 400 delegados e dirigentes sindicais, reunidos no Plenário da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, discutiram o reforço da estrutura e actividade sindicais; o reforço do movimento sindical unitário, aprovando por unanimidade a filiação na CGTP-IP, e estudando formas de combate ao divisionismo sindical nomeadamente à central amarela UGT: a luta por melhores condições de vida, nomeadamente no combate ao desemprego, contra a ofensiva do MAP, pela intensificação, diversificação e aumento das áreas de regadio, pelo fomento de pequenas e médias indústrias de transformação e pelo aproveitamento integral das terras do sector privado.

Neste plenário foi eleito o Secretariado da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, no qual se encontram representados os cinco sindicatos agrícolas da zona de intervenção. Serão tarefas deste Secretariado:

- Coordenar e dinamizar a actividade sindical a nível do respectivo sector da actividade; incrementar a formação e organização dos Sindicatos Agrícolas.

- Promover, organizar e apoiar acções conducentes à satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores rurais, entre as quais se destaca a extensão efectiva da legislação do trabalho no sector rural, uma melhor previdência rural, salários dignos.

- Conseguir a publicação de instrumentos de Regulação Colectiva de Trabalho e lutar pela sua aplicação e respeito.

- Estudar as questões que interessem aos trabalhadores e seus Sindicatos, fornecendo-lhes os estudos económicos, sociais, jurídicos e sindicais que lhes permitam o aprofundamento do seu trabalho.

- Alicerçar a solidariedade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência social e política.

- Fomentar em colaboração com outras associações sindicais iniciativas com vista à formação profissional e à promoção económica, social e cultural dos trabalhadores rurais.

- Participar na elaboração e controlo de execução dos planos económicos e sociais, bem como na elaboração das leis,

nomeadamente das relativas à Reforma Agrária, impondo aí os pontos de vista e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

- Apoiar e fomentar a participação dos Sindicatos na gestão das instituições de segurança social e na organização do controlo pelos trabalhadores de todo o sistema de segurança social.

- Colaborar com as demais associações sindicais e participar no movimento sindical unitário.

- Defender a Reforma Agrária como um dos instrumentos fundamentais de construção da sociedade socialista, participar na sua definição e execução.

- Lutar por um melhor aproveitamento das terras e outros recursos com vista a aumentar a produção, acabar com o desemprego e melhorar as condições de vida dos trabalhadores da agricultura.

- Contribuir para uma maior aproximação entre trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores.

No Plenário, que se salientou por uma intensa participação dos trabalhadores, em dezenas e dezenas de intervenções, foi aprovada uma Declaração da qual damos notícia nesta página.

## Pela Reforma Agrária

«É falso e até ridículo afirmar-se, como o faz o IV Governo, que no Alentejo existe uma situação pré-insurreccional. Nenhuma situação anormal existe no Alentejo e Ribatejo, para além da situação repressiva e dos roubos e ilegalidades sistemáticas praticadas a mando do sr. Vaz Portugal e do Governo Mota Pinto», diz-se na Declaração do Plenário da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul realizado no sábado passado em Évora.

Mais de 400 delegados e dirigentes sindicais aprovaram a Declaração na qual repudiam as «notas oficiais provocatórias do Governo Mota Pinto» que «pretende lançar a opinião pública e os militares contra os trabalhadores, criando assim as condições propícias a futuras acções repressivas e talvez até limitativas das liberdades e direitos consignados na Constituição».

regime e instituições democráticas», o Plenário da Federação «alerta o povo trabalhador e os militares patriotas para estas manobras da reacção».

### Alerta à vigilância e reforço da organização

A Declaração do Plenário, reafirmando a vontade dos trabalhadores em defender o regime democrático saído do 25 de Abril, salienta que «só com a Reforma Agrária e com medidas que fomentem o desenvolvimento agro-pecuário e industrial é possível pôr fim ao desemprego, aumentar a produção, desenvolver a agricultura e melhorar a vida dos trabalhadores».

«Para que os nossos interesses nacionais, como o de Alqueva, não sejam minimamente defendidos, é preciso que saia a Portaria de Regulamentação do Trabalho Rural (PRT) de acordo com as propostas apresentadas pelos trabalhadores, através dos seus sindicatos agrícolas», afirma-se na Declaração.

Denunciando a acção desestabilizadora do MAP, o Plenário declara: «O Governo Mota Pinto,

governo de agrários e capitalistas, tudo tem feito para destruir a Reforma Agrária. Está a lançar no desemprego milhares de trabalhadores. Está a tirar-nos o pão, a piorar a nossa vida. Não respeita a Constituição. Intensificou os roubos de terras, gados e máquinas. Continua a não pagar os produtos às UCPs e Cooperativas. Instalou o caos e a corrupção nos circuitos de comercialização de modo a favorecer os grandes intermediários e capitalistas».

«Sem ouvir os trabalhadores ou os pequenos e médios agricultores decide preços ruinosos para os produtos agrícolas. Mantém o crédito cortado a cerca de 200 UCPs/Coop. e a milhares de pequenos e médios agricultores. Não há uma política de investimentos, e empreendimentos de interesse nacional, como o do Alqueva, são boicotados e congelados».

«O IV Governo MP/PPD/CDS manda espancar, prender e julgar sumariamente os trabalhadores. Mandou a GNR dar cobertura a bandos de agrários e de indivíduos dos ex-CRRA, que assaltam as UCPs e Cooperativas onde cometem roubos, ilegalidades



«Queremos aplicação das leis gerais do trabalho ao trabalho rural, sem deixar lugar a dúvidas! Queremos a salvaguarda clara dos direitos e regalias adquiridos, não só através de usos e costumes regionais, bem como de PRTs anteriores» foi afirmado no Plenário

excessos de toda a ordem! De tal modo que «o funo de corrupção» do MAP do sr. Vaz Portugal, já vem ao de cima como um escândalo. O ministro, numa habilidosa manobra para sacudir a água do capote, enviou a Polícia Judiciária para os ex-CRRA a fim de apurar quem são os responsáveis pela corrupção e pelas ilegalidades contra a Reforma Agrária!!!»

Perante a situação que se vive na zona da Reforma Agrária, situação criada pela ofensiva ilegal do MAP, o Plenário da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul reclama aos órgãos de

soberania que tomem as medidas adequadas e chama a atenção da direcção do PS para a grave responsabilidade que lhe cabe nos acontecimentos, não só pela Lei Barreto como ainda pelo facto de se ter negado a revê-la e a revogá-la, e ainda por nada fazer de concreto que leve à demissão do IV Governo e à formação de um Governo democrático.

A Declaração do Plenário, na qual se incluem diversas exigências dos Sindicatos Agrícolas do Sul, termina:

«A todos os trabalhadores, o Plenário e as suas

organizações unitárias de classe, apelam para que redobrem a vigilância, reforcem a organização e se mantenham firmes e serenos na defesa da Reforma Agrária e das conquistas, liberdades e direitos garantidos na Constituição».

«A nossa luta deve continuar a desenvolver-se, como até agora, dentro do quadro constitucional. Mais uma vez reafirmamos que não abdicamos de nenhum dos direitos e conquistas consagrados na Constituição - entre eles a Reforma Agrária, que continuaremos a defender».

## Pelo fortalecimento da sua organização

Durante o regime fascista, todas as movimentações de massas para a organização sindical agrícola foram ferocemente reprimidas. Só depois do 25 de Abril foi possível organizar os sindicatos agrícolas.

Nos 5 distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal existem hoje 5 Sindicatos Agrícolas que contam com 114 000 sócios.



Estes sindicatos estão estruturados a nível distrital, a nível de concelho, nas localidades e nas UCPs/Coop. No seu conjunto, contam com uma rede de 400 delegações sindicais com mais de 1 000 delegados. Dos delegados sindicais dos 5 distritos, 6% são mulheres. A nível sindical, têm-se realizado cursos diversos, de formação profissional, de contabilidade, sobre sindicalismo, etc.. No decorrer de 1978, projectaram-se diversos filmes de interesse para as populações dos campos.

No passado, os Sindicatos Agrícolas da Reforma Agrária efectuaram 130 entrevistas com os órgãos de Soberania, instituições democráticas e com diversas entidades oficiais, para além do envio de documentação e informação a estes órgãos. No plano jurídico prestaram milhares de consultas aos seus associados e prepararam e enviaram a tribunal centenas de processos.

Os Sindicatos Agrícolas da zona de intervenção desenvolveram ainda algumas actividades no campo das relações com a classe operária e os trabalhadores de outros países, com eles trocando delegações e experiências.

Intensificaram durante o ano passado o trabalho de massas: realizaram mais de 2 000 reuniões e plenários com trabalhadores do sector agrícola privado e com os das UCPs/Coop., movimentando mais de 100 000 trabalhadores. Participaram em dezenas de Encontros, Conferências, Congressos e outras importantes iniciativas.

Em todas as grandes iniciativas unitárias de massas no Alentejo e Ribatejo, em defesa da Democracia, da Reforma Agrária e de uma vida melhor, os Sindicatos Agrícolas tiveram um papel de destaque na mobilização, na organização e na intervenção político-social.

Em 1978, criaram a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, dando

assim um passo qualitativamente superior no estreitamento das relações entre os Sindicatos e os trabalhadores rurais na dinâmica da actividade sindical, na conjugação de esforços comuns e por objectivos comuns.

Lutam pelo reforço do movimento sindical unitário, contra o sindicalismo amarelo da UGT e contra todas as demais formas de divisionismo.

São uma força na defesa dos direitos dos trabalhadores, da Reforma Agrária e da Democracia.

## Pela satisfação das reivindicações

- A demissão do Governo Mota Pinto/PPD
- A formação de um Governo democrático ou então a realização de eleições gerais antecipadas
- Suspensão imediata dos funcionários do MAP e dos ex-CRRA directamente comprometidos na corrupção e ilegalidades e do primeiro responsável, o ministro Vaz Portugal
- Instauração de um verdadeiro e idóneo inquérito ao MAP e aos SGEF (ex-CRRA) para apuramento de todos os casos de corrupção e ilegalidades
- Suspensão imediata dos processos de entregas de reservas e revisão de todos os processos de usuração de terras, gados e máquinas, feitos durante o III e IV Governos
- Retirada da GNR, fim da violência e das prisões, fim dos julgamentos sumários de trabalhadores
- Suspensão imediata e revogação da Lei Barreto
- Continuação das expropriações e entregas das terras aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos agricultores (pequenos proprietários, rendeiros e seareiros)
- Saída da Portaria de Regulamentação de Trabalho Rural de acordo com as propostas apresentadas pelos Sindicatos
- Créditos, preços compensadores e apoio técnico, para podermos fazer a Campanha de Culturas da Primavera na qual todos estamos empenhados
- Recomeço das obras do Alqueva e outras e uma política que fomentem o desenvolvimento agro-pecuário e industrial, que crie novos postos de trabalho e melhore as nossas condições de vida.

### Depois de Amaral, Goulão: reforço da CAP no MAP...

É praticamente certa a nomeação de João Ribeiro Goulão, homem da CAP, para Secretário de Estado da Estruturação Agrária. Digno sucessor de Ferreira do Amaral, o seu passado e presente, os compromissos assumidos, não dão margem a dúvidas de que é um homem indicado para o MAP de Vaz Portugal, o MAP dos fumos da corrupção, o MAP, sede onde parte uma ofensiva violenta e ilegal contra a Reforma Agrária e a democracia.

Quem é João Goulão? Eis alguns elementos para um retrato deste novo personagem da cena do Governo Mota Pinto/PPD.

- É filho de um grande agricultor de Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco; cabeça de uma família latifundista.
- Passou vários anos em S. Tomé, onde se distinguiu como administrador da roça Agua Izé, homem de confiança de Jorge de Melo. A partir daí, permaneceu sempre ligado à CUF e em ascensão, o que prova que mereceu a confiança dos Mellos.
- São conhecidas as suas ligações à CAP, nomeadamente a Casqueiro e a Tomás Correira.
- Desenvolveu negócios em sociedade com Carlos Portas: compra de terras, investimentos em Portalegre e Abrantes.
- Foi um impulsionador do IFADAP.
- É autor com Carlos Portas da Lei Barreto.
- É hoje um dos mais activos e «eficazes» dirigentes da CAP.



Preocupação sempre presente dos Sindicatos Agrícolas: a sorte do pequeno agricultor, proprietário, rendeiro ou seareiro, que trabalha ainda a terra arcaicamente e que dificilmente sobrevive. Daí um dos objectivos de luta: aproximar mais e mais os trabalhadores agrícolas dos pequenos e médios agricultores

## Secretariados das UCPs/Coop: Governo visa a intoxicação da opinião pública

Num comunicado à população e aos órgãos da comunicação social, os Secretariados Distritais das UCPs/Coop. de Beja, Évora e Portalegre denunciaram a campanha de mentiras, boatos e calúnias, desencadeada pelo Governo, fundamentalmente através da nota oficiosa do Conselho de Ministros do passado dia 4, acusando-o de visar a «intoxicação da opinião pública, de órgãos do Poder, e de sectores militares». Diz o comunicado: «Desmascarada por vários sectores e com documentos comprovativos a política ilegal, arbitrária e anticonstitucional do

MAP, sem que até hoje tenha sido refutada uma que fosse das acusações feitas, denunciada até por jornais conservadores, a existência de uma larga corrupção naquele Ministério em que altos funcionários recebem «luvas» dos agrários para fazerem entregas de reservas ilegais cada vez mais desacreditados e isolados perante o Povo português e os sectores democráticos do nosso País, divididas internamente as forças de direita e o seu Governo, tentam desesperadamente desviar a atenção destes factos irrelevantes e manobram no sentido

de, a pretexto da Reforma Agrária e da aplicação da Lei Barreto, invadirem o Alentejo com forças militares, instalando um autêntico estado de sítio e a partir daí desestabilizar a vida do País e inverter o curso do processo democrático».

Referindo que o MAP continua a proceder à entrega de terras com profundas ilegalidades sem se preocupar nem com a lei nem com os acordos estabelecidos, referindo que as acusações de corrupção feitas ao MAP são confirmadas por diversos órgãos de imprensa, entre os quais o semanário «O Jornal», o comunicado afirma: «É mentira que se esteja a verificar no Alentejo sinais característicos de pré-insurreição, como diz o Conselho de Ministros. É mentira que se esteja a proceder à recuperação das herdades, como afirma o jornal reaccionário «O Dia». É mentira que conselheiros checoslovacos ou outros quaisquer estejam instalados nos hotéis do Alentejo, como ridiculamente afirma o mesmo jornal».

O comunicado dos Secretariados Distritais das UCPs/Coop. de Beja, Évora e Portalegre termina afirmando: «Ao longo de quase cinco anos de Revolução, o País conhece já as manobras e os permanentes «golpes» antidemocráticos dos sectores reaccionários e fascistas que pretendem reconduzir o País a uma nova ditadura. «Vivemos um novo momento difícil e perigoso para a democracia portuguesa. O Governo Mota Pinto e a reacção conspiram contra o regime e as instituições democráticas. «Face a esta situação, os trabalhadores da Reforma Agrária

reafirmam que não se deixarão envolver nas manobras provocatórias em curso e que continuarão a defender a Reforma Agrária com firmeza, serenidade, não abdicando de exercer todos os direitos que a Lei e a Constituição lhes conferem».

## Trabalhadores não cedem às provocações do MAP

Prosseguem os esforços provocatórios do MAP para desestabilizar a situação. Prosseguem mas continuam a esbarrar com a serenidade dos trabalhadores, com a experiência revolucionária de quem conhece as manobras da reacção de há longo tempo e, por isso mesmo, não embarca em provocações nem aventuras, mesmo quando a revolta perante a injustiça, a arbitrariedade, o escândalo, a violência, fazem o sangue pulsar mais forte. Sabendo que neste momento é fundamental resistir mantendo a calma, não dando ao MAP, ao Governo Mota Pinto, às forças de direita, o pretexto que estes tão ansiosamente buscam, os trabalhadores incentivam as culturas de Primavera e vão sofrendo mais ilegalidades do MAP com a certeza de que não será a reacção a vencer.

Quinze trabalhadores da Cooperativa de Aguiar, Viana do Alentejo, foram presos pela GNR, cinco agredidos, tendo tido recebido tratamento hospitalar. Motivo: encontravam-se a trabalhar searas que, embora encontrando-se em terras que foram dadas de reserva, pertencem à Cooperativa. Aliás, em reuniões efectuadas nos dias 9 e 13 de Março no ex-CRRA de Évora, os reservatórios, os serviços regionais do MAP, concordaram com os trabalhadores que estas searas podiam ser tratadas pela Cooperativa até à colheita, pois lhes pertenciam como frutos pendentes. É assim que o MAP cumpre os compromissos assumidos nos seus próprios serviços...

A família Vitorino, de Ferreira do Alentejo, pediu tais reservas a extorquir à UCP «Planície Dourada» que as terras da unidade não chegariam para satisfazer tal sede latifundista. No entanto, o funcionário do MAP, advogado dos SGEF de Beja, considera que os candidatos a reservatórios têm também direito a majorações. Esta é a «legalidade» do MAP, ainda mais ilegal e inconstitucional que a própria Lei Barreto.

Com a habitual presença de fortes contingentes da guarda e de funcionários do MAP foram entregues, no início da semana, mais seis herdades de duas UCPs e marcadas outras reservas. Na UCP «Os Gregos», Portel, foi retirada uma herdade que à data da ocupação tinha, pelo menos, metade da área inculta. O agrário que recebeu a herdade tem olivais que se encontram ao abandono.

Em Viana do Alentejo, na UCP de Aguiar, o MAP tirou quatro herdades num total de 261 hectares para as entregar a uma agrária de 79 anos. Os trabalhadores não assinaram as actas de entrega.

Enquanto a UCP de Mora «A Luta é de Todos» foi notificada para entregar mais duas reservas, na Cooperativa Agro-Pecuária Benavilense foi marcada uma reserva sem que esta cooperativa tenha recebido qualquer notificação. Ao mesmo tempo, o governador civil de Beja informou o Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas de que o MAP projecta a entrega de mais 13 reservas no distrito.

## Vitórias e apoios animam os trabalhadores

O Supremo Tribunal Administrativo pronunciou-se a favor da UCP «16 de Junho» num recurso interposto pela agrária Helena Malta da Veiga Teixeira, que pretendia que fosse considerado inconstitucional o DL 406-A/75 de 29 de Junho ao abrigo do qual foi expropriada a Herdade do Peso e Anexas. A decisão do Supremo Tribunal constitui uma vitória da Reforma Agrária pois fica assim desmobilizado um movimento reaccionário que visaria a declaração da inconstitucionalidade das expropriações efectuadas, quase na totalidade, com base no referido decreto-lei.

Em Arraiolos, a população saiu à rua no passado dia 4, para festejar a absolvição de três trabalhadores presos pela GNR, no passado dia 23 de Março, quando da entrega de uma majoração a um agrário em terras da UCP da Comenda.

No domingo passado, centenas de trabalhadores das UCPs integradas na União de Cooperativas Seara Vermelha manifestaram-se em Alvalade-Sado em defesa da Reforma Agrária, contra a política de Mota Pinto.

Realizou-se no sábado passado, dia 7, em Évora, no Rossio de S. Brás, uma sessão de apoio à Reforma Agrária na qual participaram cerca de 300 democratas vindos do Porto. A população de Évora ocorreu em força para ouvir Ruy Luís Gomes, Flávio Martins, Virgínia Moura e Pereira da Silva representando o movimento de apoio à Reforma Agrária no Norte. Em representação dos trabalhadores alentejanos, falou Leonel Malacucio.

## Cooperativas de Avis

Sábado, dia 14, realiza-se a partir das 10 horas, na Casa do Povo de Avis, a 1.ª Assembleia Geral da União das Cooperativas de Produção do Concelho de Avis, que iniciou a sua actividade em Agosto de 1977 e na qual estão associadas 6 UCPs e mais de uma centena de pequenos e médios agricultores.

## Jovens operários agrícolas

É já no próximo dia 22, domingo, que se realiza em Évora, o I Encontro Unitário de Jovens Operários Agrícolas da zona de intervenção da Reforma Agrária, que tem como principal objectivo contribuir para o reforço da unidade dos jovens trabalhadores rurais e para a dinamização das suas organizações, ao mesmo tempo que constituirá uma importante jornada em defesa da Reforma Agrária, do direito ao trabalho e ao pão, em apoio à Constituição da República e ao regime democrático.

A produção agrícola, os problemas e as reivindicações dos jovens trabalhadores, as suas formas de organização e as tarefas integradas na luta pela defesa e avanço da Reforma Agrária, constituem os principais temas a abordar no decorrer dos trabalhos nas duas secções do Encontro, que é organizado pela UJC. Participarão cerca de 600 delegados das UCPs e Cooperativas, jovens agricultores e assalariados em propriedades privadas, oriundos de todos os pontos da zona de intervenção da Reforma Agrária, além de 300 convidados representando Comissões Sindicais de Juventude, núcleos juvenis de centros culturais, desportivos e recreativos, comissões de jovens de empresas e União Sindicais. Estarão também presentes delegações do PCP e da UEC. Uma «Grande Festa da Juventude» a realizar a partir das 18 horas no jardim público de Évora assinalará em alegria e unidade combativa o encerramento dos trabalhos do Encontro, cuja fase preparatória continua a reunir o entusiasmo e a participação unitária de largas dezenas de jovens em diversas iniciativas promovidas um pouco por toda a zona de intervenção da Reforma Agrária.

# REVISTA INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

## Campanha das 1000 novas assinaturas

Oferta

A todos os leitores que façam a sua assinatura nesta campanha serão oferecidos cinquenta volumes (\*) dos números da Revista Internacional publicados em português

Que fazer para ser assinante da Revista Internacional e receber a oferta da Campanha das 1000 novas assinaturas?

- 1.º Preencher o boletim;
- 2.º Entregar o boletim e a respectiva quantia (\*) numa das Populares Livrarias CDL onde lhe serão entregues de imediato os volumes-oferta, sem qualquer encargo;
- 3.º Pode também enviar o boletim pelo correio, acompanhado de cheque ou vale postal no valor da assinatura pretendida e mais Esc. 200\$00 que se destinam exclusivamente ao pagamento dos portes dos volumes-oferta que lhe serão entregues pelo correio (se o envio da oferta for para qualquer país estrangeiro, o preço dos portes é de Esc. 420\$00).

(\*) Foram já publicados em português 54 volumes da «Revista Internacional». Encontram-se porém completamente esgotados os números 1/74, 2/74, 3/74 e 1/76.

(\*) A «Revista Internacional» aumentará o seu preço para Esc. 25\$00 a partir do n.º 1/79 mas, por um período de um ano, manter-se-á o preço das assinaturas.

### BOLETIM DE ASSINATURA

NOME  PROFISSÃO   
 MORADA  TELEFONE   
 CÓDIGO POSTAL  LOCALIDADE   
 FREGUESIA / CONCELHO

Desejo assinar a Revista Internacional a partir do n.º ..... para o respectivo pagamento envio Escudos: .....\$00 (assinatura normal) em cheque/vale do correio n.º ..... Caso pretenda o recibo do respectivo controlo de assinaturas assinale com  (Banco / Estação CTT)

Caso pretenda levantar a revista numa das Populares Livrarias CDL, indique qual.

NOME DA LIVRARIA   
 LOCALIDADE DA LIVRARIA

## O 30.º aniversário da RDA em Portugal

### Quarteto de Cordas de Berlim encerra as comemorações

● Visitada por milhares de pessoas a exposição que fechou ontem na SNABA

Encerrou ontem, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, a exposição sobre o tema "RDA: 30 anos de desenvolvimento cultural, social e científico". Este certame, que esteve patente desde 31 de Março e tendo sido visitado por largos milhares de pessoas, constituiu uma das iniciativas centrais do programa organizado pela Associação Portugal-RDA para comemorar no nosso país o 30.º aniversário da fundação da República Democrática alemã.

Além do xadrezista internacional Wolfgang Uhlmann, Quarteto de Cordas de Berlim (que permanecerá em Portugal até ao próximo domingo), grupo de ginastas e acrobatas dirigidos por Rosemarie Hallenhol e Fritz Kuhn, Grupo "Geração 49" (música e canto de intervenção), Grupo de Canto e Dança da RDA (folclore) e do desenhador e caricaturista Gerard Vontra, deslocou-se ao nosso país uma delegação oficial da RDA chefiada por Gerald Götting, secretário-geral da União Cristã Democrática (CDU), presidente da Liga para a Amizade com os Povos e vice-presidente do

Conselho de Estado; e constituída por Renata Renker, professora na Universidade de Martin-Luther de Halle e membro do Comité RDA-Portugal; Friedrich Hopnier deputado à Câmara do Povo pelo Partido Liberal Democrático Alemão (LDPD) e membro do Comité RDA-Portugal; Wolfgang Grzesko, membro da direcção concelhia de Berlim da FDGB e do Comité RDA-Portugal; Helmut Sakowski, escritor, membro da Presidência da União dos Escritores da RDA, do Comité Central do PSUA; Axel Hesse, professor na Universidade de Humboldt (Berlim) e colaborador

do Comité RDA-Portugal; e Ulrich Millat, professor benemérito do Povo e conselheiro pedagógico no Comissariado de Estado da Educação na Guiné-Bissau. Ontem, na Sociedade Nacional de Belas Artes, a par do certame realizaram-se diversas iniciativas abertas, nomeadamente uma tarde infantil, sessão de cinema e uma palestra por Luis Francisco Rebelo sobre "a ligação entre a revista portuguesa e o teatro de Brecht". A intervenção do conhecido dramaturgo foi ilustrada pela companhia de Teatro "Adôque". Seguiu-se uma entusiástica festa de encerramento em que participaram muitos dos artistas de Canto Livre que deram a sua colaboração às jornadas promovidas pela Associação Portugal-RDA.

Entretanto, o Quarteto de Cordas de Berlim iniciou anteontem uma digressão pelo país tendo realizado concertos em Évora, no Palácio D. Manuel, e em Santarém, no Círculo Cultural

do Comité RDA-Portugal; e Ulrich Millat, professor benemérito do Povo e conselheiro pedagógico no Comissariado de Estado da Educação na Guiné-Bissau. Ontem, na Sociedade Nacional de Belas Artes, a par do certame realizaram-se diversas iniciativas abertas, nomeadamente uma tarde infantil, sessão de cinema e uma palestra por Luis Francisco Rebelo sobre "a ligação entre a revista portuguesa e o teatro de Brecht". A intervenção do conhecido dramaturgo foi ilustrada pela companhia de Teatro "Adôque". Seguiu-se uma entusiástica festa de encerramento em que participaram muitos dos artistas de Canto Livre que deram a sua colaboração às jornadas promovidas pela Associação Portugal-RDA.

Scalabitano. Hoje, o Quarteto actua em Oliveira do Hospital às 21 e 30 e amanhã na Biblioteca de Torres Novas, à mesma hora. No sábado estará em Arganil. O Quarteto de Cordas de Berlim é um dos melhores agrupamentos de música de Câmara da RDA. Surgiu em 1965, formado por quatro dos mais importantes membros da Orquestra Estatal de Berlim. Desde então tem efectuado digressões por vários países, designadamente URSS, Roménia, Jugoslávia, Dinamarca, Suécia, Iraque, Síria, Grã-Bretanha, EUA, França, Espanha, Japão, Canadá e agora Portugal. Em 1966, o Quarteto classificou-se em 2.º lugar num Concurso Internacional em Genebra, tendo recebido um prémio especial pela melhor interpretação de obras do Barroco. O seu trabalho na interpretação de obras contemporâneas foi reconhecido e premiado pela crítica na II Bienal Musical de Berlim, em 1969. No ano seguinte, recebeu o Prémio Nacional da



RDA concedido à Arte e à Literatura. Em 1974 foi-lhe entregue o prémio "Wiener Flotenuhr" pelo seu importante trabalho discográfico na interpretação de obras de Mozart, que a par das de Weimar e Beethoven constituem o seu principal repertório. O Quarteto é constituído por Wolf Dieter Batzdorf (violino), Klaus Peters (violino), Karl-Heinz Domnus (viola) e Matthias Pfander (violoncelo). Tal como o "Avante!" já divulgou anteriormente, os 30 núcleos da Associação Portugal-RDA espalhados pelo país levam a efeito em datas e locais a combinar brevemente festas comemorativas dos 30 anos da RDA.

## 400.º aniversário da morte de Luís de Camões será assinalado na URSS

O 400.º aniversário da morte do poeta Luís Vaz de Camões, que passará no próximo ano, será também assinalado em várias cidades da União Soviética através de iniciativas de carácter cultural em que será dado importante contributo para a divulgação da vasta e importante obra de Camões, marco fundamental da cultura portuguesa.

Esta decisão foi tomada no decorrer do primeiro simpósio realizado na URSS sobre os «principais problemas e o estudo da cultura dos povos da Península Ibérica». A iniciativa pertenceu ao Conselho Científico para a História da Cultura Mundial da Academia de Ciências da URSS, tendo reunido a presença de uma centena de historiadores, linguistas, etnógrafos, críticos literários, filósofos e especialistas de

investigação artística de Moscovo, Kiev, Minsk e Tbilisi. Os trabalhos do simpósio proporcionaram uma ampla análise dos diferentes aspectos do estudo das línguas e culturas da Península Ibérica, tendo sido aprovadas, entre outras, as seguintes iniciativas: edição de uma colectânea intitulada «Cultura dos Povos da Península Ibérica», cujo primeiro volume inclui os textos das intervenções do simpósio e uma bibliografia dos trabalhos dos investigadores soviéticos realizados nos últimos dez anos; criação de secções científicas sobre iberismo em Moscovo, Leninegrado, Kiev, Tbilisi e noutras cidades; realização de conferências, colóquios e debates sobre as datas históricas mais significativas para os povos de Portugal e Espanha; criação de seminários

permanentes para o estudo dos problemas da cultura dos povos ibéricos; participação nos trabalhos de tradução para russo e para vários idiomas dos povos da URSS de obras literárias de autores portugueses e espanhóis; contactos com investigadores e instituições de carácter cultural, histórico e científico de Portugal e Espanha; e, finalmente, as comemorações do 400.º aniversário de Francisco Quevedo, o 300.º aniversário da morte de Pedro Calderón e o 400.º aniversário da morte de Luis de Camões.

Em 1982 decorrerá o segundo simpósio de iberistas soviéticos, estando previsto o seguinte tema central: «Cultura dos Povos da Península Ibérica no Século XX. A luta das ideias e correntes artísticas».



Playa Girón: vitória de Cuba revolucionária, derrota do imperialismo e da agressão

## 18.º aniversário de Playa Girón

Por iniciativa do núcleo da Amadora da Associação de Amizade Portugal-Cuba, realiza-se no sábado, na Filarmónica daquela localidade, uma sessão comemorativa do 18.º aniversário da vitória de Playa Girón. Haverá uma intervenção pelo jornalista Carlos Coutinho e a passagem de um filme-documentário sobre o acontecimento. A sessão inicia-se às 21 horas e a entrada é livre.



# Ano Internacional da Criança (AIC)

## Os professores comunistas e o AIC

Os professores da ORL do PCP, aderindo aos fins e objectivos da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 21 de Dezembro de 1976, que proclama 1979 o Ano Internacional da Criança. Lembrando que 1979 é também o ano do 20.º Aniversário da Declaração dos Direitos da Criança.

Empenhados na resolução dos múltiplos problemas e carências que afectam a maioria das crianças portuguesas, especialmente as do ensino primário. Conscientes das dificuldades de ordem económica, social e política que impedem, de facto, a resolução de tais problemas e carências.

Seguros de que com o seu esforço, trabalho e abnegação, algumas medidas poderão ser tomadas para minimizar os males de que enfermamos a educação e o ensino em Portugal, beneficiando assim

no imediato, milhares de crianças portuguesas.

Certos de que muitos outros professores — não comunistas — se empenharão a seu lado para levar a cabo acções que visem o bem-estar físico e o desenvolvimento intelectual, psicológico e social das crianças.

Manifestando a intenção de que as acções a levar a cabo, tanto a curto como a longo prazo, se baseiem em projectos concretos e realistas a favor das crianças.

Desejando que as crianças sejam participantes activas, na medida das suas capacidades e de todas as iniciativas e acções que lhes digam respeito.

Exortando as entidades oficiais, especialmente a Direcção Geral do Ensino Básico (DGEB), o Instituto de Acção Social Escolar (IASE), a Direcção Geral do Equipamento Escolar (DGEE) e a Saúde Escolar, a apoiar

e promover iniciativas que visem os fins e objectivos do Ano Internacional da Criança.

Apelando para a iniciativa e colaboração dos pais, das autarquias, de outras entidades e das autoridades.

Confiantes de que as iniciativas não se confinarão apenas ao ano de 1979, mas antes terão consequências nos anos vindouros.

1. Consideram que as acções a desenvolver no decurso e no prosseguimento das actividades integradas no Ano Internacional da Criança, se deverão guiar pelos seguintes objectivos:

a) Estimular e apoiar colegas, autarquias, comissões de pais, de moradores e de trabalhadores, e outras forças organizadas da comunidade, no sentido de se desencadearem acções de carácter prático imediato que visem dar resposta aos problemas da saúde e bem-estar das crianças;

b) Consciencializar nas crianças, o seu valor como seres sociais, implicando-os, por isso, na participação e responsabilização das acções desencadeadas que estejam ao seu alcance.

2. Propõem que a nível governamental seja criada uma Comissão para os festejos do



Dia Mundial da Criança-1979-1 de Junho. Por uma escola melhor! Por um futuro melhor para todas as crianças! Viva o Ano Internacional da Criança!

## Próximas iniciativas

- A Comissão da freguesia de S. José para o AIC inicia as suas actividades com a projecção de filme infantil, depois de amanhã, sábado, às 10 horas no cinema Eden em Lisboa.
- Prossegue, no distrito de Leiria, o «mês do palhaço» com projecções de filmes de Charlot, Tati e os Irmãos Marx para as crianças de Alqueidão, Ferosa, Nazaré e Leiria.

- Em Alcácer do Sal e no Torrão, todas as manhãs de sábado e de domingo, realizam-se convívios e manifestações desportivas. Subordinadas ao tema «O Museu e a Escola», nos dias 18, 19 e 23, respectivamente nas escolas de Santa Susana, Santa Catarina e Barrozinha, haverá exposições promovidas pelo Museu Municipal de Alcácer do Sal.

- Em Vialonga, Lugar do Quintanilho, prosseguem os fins-de-semana desportivos. Depois de amanhã, sábado, haverá ciclismo, futebol de cinco e festejar-se-á o aniversário da Comissão de Moradores com convívio no Grupo Desportivo Quintanilho. Domingo, realizar-se-ão provas de atletismo e futebol de cinco.



- A Associação Portugal-URSS convida «todas as crianças portuguesas e soviéticas, dos ensinos primário, preparatório e secundário, por intermédio dos respectivos professores, a enviar para a Associação Portugal-URSS (Rua de São Caetano, 30 - 1200 Lisboa) textos que contribuam para o conhecimento mútuo, a aproximação, o entendimento e a amizade entre as crianças de Portugal e da União Soviética». A Associação Portugal-URSS projecta publicar, em edição bilingue, uma colectânea de textos infantis e juvenis portugueses e soviéticos.

- O Departamento das Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa promove um grande concurso infantil de desenhos e de poemas que se destina a todas as crianças com idade

não superior a 12 anos. Para concorrer basta enviar, até ao dia 20 de Maio, trabalhos de artes plásticas e poemas, subordinados ao tema «Os Direitos da Criança». Os trabalhos devem ser identificados com nome, idade e morada e enviados ao Departamento de Mulheres da USL, Rua de S. Pedro de Alcântara, 63-2 - 1200 Lisboa. Cada concorrente poderá enviar um número ilimitado de trabalhos.



O Dia Mundial da Saúde que se celebrou no passado dia 7, este ano sobre o tema «Saúde da Criança, Futuro do Mundo», veio mais uma vez alertar a opinião pública para uma situação da qual apontamos alguns aspectos: De 125 milhões de crianças nascidas em 1978, 12 milhões dos países colonizados provavelmente não atingirão a idade de um ano; dos 1500 milhões de crianças do mundo de hoje, 1120 milhões, isto é, 81%, vivem nos países submetidos ao imperialismo ou por ele marcados, num ambiente caracterizado pela má nutrição, infecções, precariedade das condições de alojamento, ausência de água potável, insalubridade e insuficiência de cuidados de saúde.

## ● Breves ●

### «24 Horas Desportivas e Culturais da Pontinha»

Durante 24 horas, no passado fim-de-semana, na futura freguesia da Pontinha, concelho de Loures, grande parte da população — calculada em cerca de 40 000 habitantes — esteve nas ruas participando numa jornada cultural e desportiva que constituiu um exemplo de dinamização local e de movimentação de massas. A iniciativa pertenceu à Comissão de Cultura e Desporto da futura freguesia da Pontinha e constituiu um contributo para as Comemorações do Ano Internacional da Criança, servindo igualmente para pôr em destaque as várias actividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito de colectividades de cultura, desporto e recreio que lutam com tremendas dificuldades em estruturas e apoio.

Desde as 9 horas de sábado até às 9 horas de domingo, a Pontinha esteve em festa numa intensa actividade cultural e desportiva onde a presença da criança foi predominante. Desde a exposi-

ção de desenhos e redacções dos alunos de todas as escolas da localidade, realizada no Jardim Infantil Popular, até à exibição de teatro e cinema infantil, de ranchos infantis e da Banda Infantil dos Bombeiros de Odivelas, até provas de atletismo, futebol, andebol, xadrez, mini-basquete, luta livre olímpica e greco-romana, tiro com arco, voleibol, andebol, basquetebol, karaté, ténis de mesa.

As 24 Horas Desportivas e Culturais da Pontinha foram exemplo das imensas potencialidades da localidade, potencialidades estas cujo desenvolvimento depende da passagem da Pontinha a freguesia, aguardada com grande expectativa pela população. Recordar-se que o PCP, dando expressão a uma aspiração já antiga da população, entregou na Assembleia da República um projecto de lei para a passagem daquela localidade a freguesia.

Nesta iniciativa da Comissão de Cultura e Desporto da futura freguesia da Pontinha participaram além dos Grupos Desportivos e Culturais, Associações de Bombeiros

Voluntários do concelho de Loures, diversos organismos e a Câmara Municipal de Loures, cujo presidente assistiu à abertura das «24 Horas Desportivas e Culturais da Pontinha».

### Da Comissão Concelhia do Barreiro

Depois da 2.ª Campanha Zona Verde, no âmbito da qual foram plantadas 3 000 árvores em todo o concelho no passado dia 21 de Março, e depois de um passeio de crianças ao Jardim Zoológico, para só falar nas últimas iniciativas, a Comissão Concelhia do Barreiro para o AIC realizou um espectáculo de teatro infantil com o grupo «Os Saltibões» e um colóquio sobre Teatro e a Criança.

Recordar-se que a Câmara Municipal do Barreiro contribuiu para as comemorações do AIC com a verba de 150 contos para transportes, a fim de proporcionar várias visitas das crianças a museus, jornais e outras empresas.

### Da Comissão de Freguesia da Amadora

No passado dia 1 foram abertas as comemorações na Amadora por iniciativa da Comissão de Freguesia para o AIC, constituída por mais de 40 organizações.

Com desfile da banda da «Sociedade Comércio e Indústria» e de palhaços e cabeçudos do grupo «Praça Pública», as realizações da parte da manhã movimentaram mais de 1 000 crianças. Da parte da tarde, cerca de 2 500 crianças assistiram, no Pavilhão da Académica da Amadora, a espectáculo de patinagem artística, ginástica rítmica infantil e canções interpretadas pelas «Papolinhas do MDM», os «Pioneiros da Branda» e pelas «Abelhinhas da Buraca». Foram distribuídos cerca de 1 000 balões e realizada uma exposição de dezenas de pinturas dos pioneiros e crianças das escolas.

A Maria Eufémia, trabalhadora da RDP, que apresentou o espectáculo, foi entregue pelas crianças uma mensagem na qual afirmavam

«estar muito tristes com a suspensão do programa infantil "Tempo Livres"».

### Constituídas novas Comissões para o AIC

Sarilhos Pequenos (Montijó) tem já constituída a sua Comissão Local para o AIC e apela à solidariedade e à luta pelo bem-estar das crianças.

Também em Gaia, foi constituída a Comissão Concelhia de Defesa dos Direitos da Criança que integra já o Movimento Desportivo Voluntário, os «Piscas», Núcleo de Atletismo das Devezas, o MDM, «Os Restauradores Avintenses», o «Centro Recreativo das Devezas» e os «Pioneiros de Gaia».

### Actividades em Faro

Neste distrito tem vindo a intensificar-se as iniciativas no âmbito do AIC. Assim, com a intenção de divulgar os direitos da criança e de proporcionar às crianças das freguesias rurais convívio desportivo e cultural, realiza-

ram-se em Santa Bárbara de Moxe iniciativas com a participação dos Pioneiros e da Soc. Artística Farense que mobilizaram cerca de 200 crianças e prepara-se a constituição de uma comissão local. Entretanto, em Vermoim, as crianças tiveram ocasião de assistir à peça de Jaime Gralheiro «Na Barca do Mestre Gil» pelo Grupo de Teatro Construção de Joane, Famalicão.

### Crianças de Souselas manifestam-se

No lugar de Souselas, Coimbra, mais de uma centena de crianças saiu com os pais e familiares para a rua, numa manifestação ocorrida depois de vários rebenatamentos de pedreira operados a dinamite na área da fábrica de cimentos da Cimpor terem provocado o pânico e a indignação na população e causado danos em habitações, sobre as quais caíram um «bombardeamento» de pedregulhos. As crianças exibiam um cartaz no qual se lia «Pensem em nós».

Semana

4 Quarta-feira 1945 - É libertada a Hungria.



É executado o antigo primeiro-ministro do Paquistão, Zulfiqar Ali Bhutto, condenado à morte pelo ditador do país, o general Zia Ul-Haq...

5 Quinta-feira 1918 - Desembarque das tropas japonesas em Vladivostok, no decorrer da intervenção imperialista contra a Rússia Soviética.

Atif Abu Bakr, porta-voz da OLP, denuncia, em Praga, o tratado de "paz" israelo-egípcio como uma manobra para eliminar as forças progressistas árabes...

6 Sexta-feira 1941 - Os nazis invadem a Jugoslávia e a Grécia.



Um comunicado oficial divulgado em Manágua anuncia que o ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, e a sua família partiram em viagem para o estrangeiro...

7 Sábado 1966 - Termina o XXIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

O "Partido Nacional" dos racistas da África do Sul expulsa o antigo ministro da Informação e candidato a primeiro-ministro, Connie Mulder...

8 Domingo 1944 - O Exército Vermelho liberta a Crimeia.



Termina o Congresso do Partido Socialista Francês, tendo sido confirmadas as grandes linhas de orientação política proposta pelo secretário-geral François Mitterrand...

9 Segunda-feira 1977 - Legalização do Partido Comunista de Espanha.

O presidente do Afeganistão, Muhammad Taraki, volta a acusar o Irão e o Paquistão de ingerências inadmissíveis nos assuntos internos do seu país...

10 Terça-feira 1954 - É fundado o Partido Comunista das Honduras.

O Partido Socialista Espanhol afirma-se disposto a fazer alianças com todas as forças políticas, excepto as situadas à sua direita...

Governo espanhol ignora sentido do voto popular

É facto normal, nas democracias burguesas, o desprezo pelo sentido do voto popular, que começa na tentativa de impedir o esclarecimento das massas...

Espanha é neste momento um exemplo significativo. As últimas eleições municipais tinham-se realizado em Espanha em 1931...

Manifestações populares em todo o Paquistão

Ali Bhutto, sucessivamente presidente e primeiro-ministro do Paquistão entre fins de 1971 e meados de 1977, foi executado a semana passada...

Agora, consumada a sentença, o general Zia Ul-Haq, que encabeça o governo actual, viu concretizado o seu objectivo de neutralizar um forte adversário político...

Em plena farsa eleitoral patriotas do Zimbabué acentuam a ofensiva

Acentua-se, na Rodésia, a luta entre a frente Patriótica e o governo de Smith, apoiado de facto por Londres e Washington. Em plena farsa eleitoral...

33.º aniversário da libertação da Hungria

A 4 de Abril de 1945 o Exército Vermelho desbaratava as últimas unidades militares nazis que ocupavam a Hungria. Com a derrota das hordas nazis foi derrubado o ditador fascista Horthy...

Ministério do Interior, fica a cargo de um antigo companheiro de armas do ditador fascista Franco...

passando para 22% nas eleições de 15 de Junho de 77, 31% no referendo para aprovação da Constituição...



A resposta do governo espanhol às vitórias de esquerda foi a violência e a repressão contra os que aplaudiram

manifestando-se contra a execução do antigo dirigente do PPP, e contra o actual governo. Em Peshawar, no norte do Paquistão...

A situação actual no Paquistão é assim muito complexa. O governo de Ali Bhutto, cuja actividade era profundamente contraditória...

Posições diferentes não impedem estreitamento de boas relações - disse O. Pato sobre o XV Congresso do PCI

Expressando a sua opinião sobre o XV Congresso do Partido Comunista Italiano, que recentemente se realizou, em Roma...

Uma nova fase no Médio Oriente

NUM período de tempo relativamente curto alterou-se significativamente a situação no Médio Oriente. O movimento revolucionário no Irão que, num ascenso heróico...

Militante da ANC assassinado

Na madrugada do dia 7 foi executado o jovem militante do Congresso Nacional Africano (ANC) Solomon Mahlangu...

Em plena farsa eleitoral patriotas do Zimbabué acentuam a ofensiva

Acentua-se, na Rodésia, a luta entre a frente Patriótica e o governo de Smith, apoiado de facto por Londres e Washington. Em plena farsa eleitoral...



A brutalidade diária do "apartheid"

# PIOP

O IX Congresso do Partido Comunista Português está à porta. Muitas centenas de militantes do Partido empenham-se já na multidão de tarefas técnicas que a organização do Congresso requer. Mas a proximidade da data de divulgação dos projectos das teses implica que se conclua os trabalhos de preparação para a sua discussão em todas as organizações do Partido.

Ainda antes do final do mês, o «Avante!» publicará em separata o texto dos projectos. Desse número do «Avante!» interessa, antes de tudo o mais, fazer uma muito larga divulgação. Há que fazer chegar as bases de estudo e caracterização da evolução e situação do processo político português a todos os militantes do Partido, mas importa alargar mais a divulgação: levá-la junto de simpatizantes do Partido, de todos os trabalhadores, de democratas e antifascistas das mais variadas tendências.

Como sublinhava «O Militante» do mês de Março último, «na preparação do IX Congresso terão um papel muito importante todas as experiências que se poderão colher com a intensificação da acção das massas». É necessário ter em conta que uma divulgação muito ampla dos projectos de teses pode grandemente contribuir para o apurar de ideias sobre esta experiência. Em torno das conclusões avançadas pelos projectos, do seu debate com trabalhadores e democratas, os militantes comunistas poderão não só desenvolver um importante trabalho de esclarecimento e divulgação, como também recolher opiniões, críticas e sugestões que constituem contribuições importantes para que o debate a efectuar nas organizações do Partido possa corresponder de forma aprofundada à forma de sentir e de pensar das massas.

Por outro lado, interessa desde já preparar a realização das reuniões e assembleias de organismos para discussão interna dos projectos de teses. Como afirma ainda «O Militante», «a discussão das teses em milhares de reuniões servirá vários objectivos. Servirá, sem dúvida, para aperfeiçoar a orientação do Partido e para melhorar a sua aplicação na grande diversidade de sectores e de frentes de trabalho existentes. Para isso se conta com as achegas que muitos e muitas camaradas, que muitas e muitas organizações darão durante aquela discussão, assentes principalmente na experiência da sua actividade junto de muito diferentes camadas sociais e perante questões de todo o tipo.

«Servirá também, a discussão das teses, para unificar ainda mais o pensamento e a acção do Partido. Não só aquela discussão ajudará a motivar muitos camaradas, alargando portanto a sua participação, como, do encontro das diversas opiniões em volta de um texto-guia, resultará o aparecimento da ideia e da vontade comuns, com a eliminação de dúvidas, de hesitações, de erros».

Em cada sector, em cada organismo, em cada célula, será necessário encontrar a melhor forma de proceder ao debate das teses de forma a assegurar uma ampla participação e uma concretização operativa das opiniões expressas, até na medida em que não dispomos de muito tempo. Haverá, por exemplo, toda a conveniência em encarar já a convocação de reuniões para os primeiros dias do mês de Maio, tendo em conta que as propostas de alteração terão de ser enviadas aos órgãos centrais encarregues da coordenação dos trabalhos do Congresso em data ainda a ser divulgada, mas que tudo indica não dever ir além do dia 20 do próximo mês.

Resta acrescentar que a venda do número do «Avante!» que incluirá as teses (e que, em princípio, será o dia 26 de Abril) deverá já constituir um passo para estes objectivos apontados. Por um lado, tem de se assegurar que o nosso jornal chegue a todos os militantes, que nas mãos de todos eles estejam os materiais de estudo que nele serão incluídos. É, aliás, uma boa altura para fazer o ponto da situação da distribuição e da venda em todas as organizações, verificar se há falhas e, com este esforço, avançar para a sua solução. Por outro lado, uma larga venda militante nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, nas ruas, será uma forma de concretizar o alargamento do debate e da informação que vimos necessário e também uma primeira grande acção para levar às massas trabalhadoras, ao Povo português o nosso IX Congresso.

**Com o «Avante!», avante com o IX Congresso do Partido Comunista Português!**

## 25 de Abril, sempre!

25 de Abril, sempre! é a palavra de ordem.

25 de Abril, sempre! é a afirmação de um povo que recusa a opressão, é a determinação de prosseguir a luta pela liberdade, é a confiança no futuro.

25 de Abril, sempre! é o grito nunca calado que se fará ouvir ainda mais forte, no norte como no sul, nas ilhas como em qualquer parte do mundo onde os portugueses lutam e trabalham certos que é possível uma sociedade mais justa, mais fraterna.

25 de Abril, sempre! é o cravo vermelho que não murchou em cada um de nós e queremos saudar cinco anos passados sobre o derrube do fascismo.

Com alegria, sem dúvida, como só é capaz quem dia a dia resiste construindo a força da unidade.

Mas também com a firmeza de quem luta sabendo que lembrar Abril é defender Abril, defender as conquistas que Abril permitiu, defender a Constituição que consagrou Abril.

Porque hoje, mais do que nunca, Abril está em perigo.

No segredo dos gabinetes cozinha-se a traição. Governantes que o povo repudia aliam-se aos destróicos do fascismo e minam os pilares da nossa jovem democracia. Utilizando os poderes públicos, abrem-se as portas das empresas nacionalizadas aos sabotadores que delas se serviram em proveito próprio e delas fugiram como ratos no 25 de Abril, aterrorizados com as contagens que teriam de prestar.

Devolvem-se terras aos agrários exploradores e absentistas, perseguindo trabalhadores, semeando com todo o impudor os que não servem os seus desígnios de intoxicação da opinião pública.

Atropelando-se liberdades e direitos que a Constituição consagra; desrespeitando a Assembleia da República; incentivando a própria revisão anticonstitucional da Constituição.

Por tudo isto, traduzido na constante degradação do nível de vida dos trabalhadores e do Povo português em geral, no agravamento da situação económico-financeira do país, na submissão vergonhosa aos interesses do imperialismo, no aprofundar de uma crise política e social que mais não visa que o descrédito das instituições democráticas, por tudo isto lembrar Abril é — terá de ser — prosseguir numa jornada de amizade e confraternização a jornada de luta que liquidou o regime fascista e permitiu a construção dos alicerces de uma sociedade democrática.

Por tudo isto, importa cantar em Abril — e no Abril de todos os dias — os caminhos que Abril abriu.

Lembrando, explicando, fazendo passar o recado, mostrando como será o futuro no caminho de Abril.

Para os que já o esqueceram, há que lembrar a guerra que findou, com todos os seus horrores, com a degradante situação de opressores de outros povos; há que lembrar o fim da repressão fascista, da PIDE, das torturas, da prisão; há que recordar a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras verificada em

1974 e 1975; e a liberdade de informação; e o aumento dos postos de trabalho; e a liberdade de expressão; e o controlo dos meios de produção; e o direito de abrir as portas ao mundo como país digno, livre e independente.

Importa voltar a falar de tudo isto e de muito mais para que se compreenda que não é de Abril da culpa de crise que vivemos, mas sim daqueles que querem destruir Abril e dos que não têm coragem bastante para o defender.

Importa deixar bem claro que a responsabilidade das dificuldades que hoje vivemos cabe aos que atacam as empresas públicas, fruto das nacionalizações; aos que querem destruir a Reforma Agrária, fruto do trabalho incansável dos trabalhadores da terra; aos que querem reconstituir privilégios à custa da exploração do povo trabalhador.

### Hoje e sempre defender Abril

A força, a determinação, a alegria com que iremos saudar Abril, cinco anos passados, não deixará dúvidas aos saudosistas do passado quanto à certeza de que a vitória é nossa.

Porque defender e consolidar Abril — como ainda recentemente salientava um comunicado da Aliança Povo Unido — é defender a vontade livremente expressa, em sucessivas ocasiões pela grande maioria dos portugueses que não deseja, por forma alguma, o regresso ao passado de ignominia, opressão e terror.

Porque defender e consolidar Abril é lutar pela

unidade nacional; é defender uma organização do Estado como a constitucionalmente expressa, que regionalize e descentralize, que estruture cada vez por forma mais completa o Poder Local, as Regiões, os Municípios, as Freguesias, as Comissões de Base Locais, que, com crescentes condições de financiamento, sirvam as populações, em todo o país e ajudem a resolução dos problemas concretos sentidos por elas.

Porque, como se afirma no mesmo documento, defender Abril significa, em todo o lado, a garantia dos direitos e liberdades, a recusa do arbitrio e a denúncia da prepotência e da opressão, a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

25 de Abril, sempre! é a palavra de ordem.

E porque profundamente sentida, profundamente amada, será gritada nas ruas de Portugal inteiro com a alegria e confiança da vitória que se conquista no reforço da unidade em cada fábrica, em cada palmo de terra, em cada escritório, e cada escola, em cada lugar onde os homens se encontram com outros homens, onde cada mulher descobre o seu lugar na sociedade, onde cada criança aprende que nela está o futuro.

Jornada de alegria, de luta, de unidade será a melhor forma de saudar Abril, com os olhos no futuro.

E com a certeza de que não estamos sós. Com a certeza de que todos os povos do mundo nos saudarão também, cantando connosco — 25 de Abril, sempre!



## «O PSN só pode ser aceite numa perspectiva de independência nacional, de defesa dos interesses dos trabalhadores e do País» — concluiu o Seminário da EC

O Plano Siderúrgico Nacional (PSN) não é apenas uma mera expansão da Siderurgia que hoje existe. O PSN tem a ver com a utilização das matérias-primas nacionais existentes. Implica a concretização de outros grandes projectos e investimentos. Tem um grande peso quer no sector público da economia, quer no sector privado. O PSN só «pode ser aceite numa perspectiva de independência nacional, de defesa dos interesses dos trabalhadores e do País», afirmou o camarada Sousa Marques, deputado do PCP à Assembleia da República, durante a sessão de encerramento do Seminário sobre o Plano Siderúrgico Nacional que decorreu no último sábado, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por iniciativa da revista «EC — Questões Económicas e Sociais». Com um êxito indiscutível pelo leque alargado das presenças e das participações, que incluíram uma contribuição do deputado socialista, Dieter Dillinger, e várias achegas ao debate de inegável interesse por parte do eng. Joaquim Viseu, administrador da Siderurgia Nacional e de outros técnicos altamente qualificados, como o eng. Pedro Nunes, do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, eng. Maria Helena Bastos, professora do IST e outros que estiveram presentes, o Seminário que se prolongou por cerca de 14 horas levantou questões actuais de inegável interesse, «algumas das quais foram deixadas em aberto e merecerão, com certeza, futuros debates», como foi assinalado na intervenção final que extrai as conclusões dessa oportuna iniciativa da «EC».

Entre os quadros técnicos e outros trabalhadores da Siderurgia, da administração pública e de várias empresas, entre estudantes e professores, seguiram os trabalhos ou participaram neles, na mesa ou na assistência, entre outros, os camaradas Carlos Costa, Carlos Carvalhas, Veiga de Oliveira, Sousa Marques, Carvalheira Antunes, Georgette Ferreira, Octávio Teixeira, Pedro Serra, e membros da Comissão Executiva da CGTP-IN, da União dos Sindicatos de Lisboa e da Federação dos Metalúrgicos, designadamente Ernesto Cartaxo e Carlos Carvalho.

Obrigados a uma opção determinada pelo espaço e colocados perante a riqueza e a diversidade das intervenções no Seminário, daremos a seguir, sem qualquer prioridade, os extractos que nos parecem mais significativos e reveladores desta iniciativa da «EC» onde se encontraram «diferenças correntes políticas e de opinião, mas todas interessadas em contribuir positivamente para a resolução dos problemas nacionais», como frisou ao abrir os trabalhos o camarada Carlos Carvalhas, director da revista que organizou o Seminário sobre o Plano Siderúrgico Nacional.



A participação dos trabalhadores da Siderurgia Nacional contou muito para o êxito do Seminário sobre o PSN. Presidindo aos trabalhos estiveram membros das estruturas organizativas da empresa, nomeadamente Acácio Figueiredo, operário e membro da Comissão de Controlo Operário, que interveio na tribuna do Seminário.

### ● O que é o PSN

O PSN é presentemente o empreendimento de maior importância existente no nosso país. Ao contrário do chamado Complexo de Sines, o PSN baseia-se no aproveitamento de recursos nacionais existentes no nosso subsolo e até agora nunca aproveitados. Há quem pense que o PSN se restringe à instalação de novas siderurgias em Portugal. Tal não é totalmente correcto. Com efeito, a expansão da indústria siderúrgica nacional liga-se ao aproveitamento do ferro existente nos jazigos de Moncorvo

e à construção de infra-estruturas de transporte de minério. Esta característica distingue precisamente a expansão siderúrgica em Portugal da dos países da CEE. Nestes a actividade siderúrgica processa-se a partir de minérios de ferro importados, o que não quer dizer que os grupos monopolistas implantados nesta indústria não tenham assegurado o controlo das fontes de matéria-prima.

(Comissão Organizadora do Seminário)

### ● O ferro de Moncorvo

Cerca de 95 por cento das necessidades de minério do ferro provirão de Moncorvo. Nesta região nordestina situam-se jazidas de ferro contendo mais de

500 milhões de toneladas, sendo apenas superadas, na Europa Ocidental, pelas jazidas suecas. (Comissão Organizadora do Seminário)

### ● Autofinanciamento

A Siderurgia Nacional (SN) possui instalações que produzem desde 1961. A sua produção, ainda que modesta, prosseguirá em bases económicas. O autofinanciamento é, pois, uma fonte importante de financiamento do PSN. Haverá aqui que definir uma política clara de preços e distribuição de resultados que, sem pôr em causa o equilíbrio entre a oferta e a procura e a concorrenciaisidade da produção nacional, proporcione

marginem bruta de autofinanciamento adequado à SN e, portanto, ao PSN. Mas haverá também que acabar com a política de descapitalização de empresa, só porque são nacionalizadas, que tem vindo a ser prosseguida pelos últimos governos. Os capitais próprios restantes terão de ser facultados pelo OGE. Em particular na empresa mineira, os meios financeiros próprios terão de provir do OGE.

(Octávio Teixeira)

### ● A CEE não veria com bons olhos...

Quando se esperava uma posição clara de empenho do Governo na realização do PSN, começa a falar-se insistentemente em conversações com a Comissão de Bruxelas do Mercado Cumum, a qual não veria com bons olhos

a concretização do nosso projecto numa altura em que a siderurgia europeia rebenta pelas costuras, não por excesso de produção, mas por um baixo nível de utilização da capacidade.

(Acácio Figueiredo)

### ● Poupança nacional

Segundo estudos conhecidos sobre o PSN e considerando apenas a Siderurgia, o simples aprovisionamento de ferro no mercado nacional faz passar a percentagem de conteúdo

importado, em cada unidade de valor produzida de 37 por cento para 21 por cento, representando uma poupança anual de cerca de 2 milhões de contos a preços de 1977, em divisas. (João Martins)

### ● Um futuro sombrio para 700 mil trabalhadores

A indústria siderúrgica tem acompanhado a crise mundial do capitalismo, encontrando-se numa situação particularmente grave no Mercado Comum (CEE). Assim, entre 1974 e 1978, 100 mil trabalhadores perderam o seu emprego e mais de 100 mil encontram-se numa situação de desemprego parcial. A produção de aço diminuiu cerca de 20 por

cento e a crise está longe de ser superada. Como se afirma no último boletim do Mercado Comum, «o futuro anuncia-se sombrio para os 700 mil trabalhadores da siderurgia, sem contar com os que se encontram empregados em indústrias ligadas a montante e a jusante.

(Carlos Carvalhas)

### ● Os trabalhadores da Siderurgia Nacional

Os trabalhadores da SN sabem bem qual o caminho para a defesa e o desenvolvimento da empresa. Este Seminário veio, uma vez mais, provar que as suas posições são justas, os objectivos claros e patrióticos, os resultados, cedo ou tarde, certos. E quando falo aqui dos trabalhadores da SN falo de

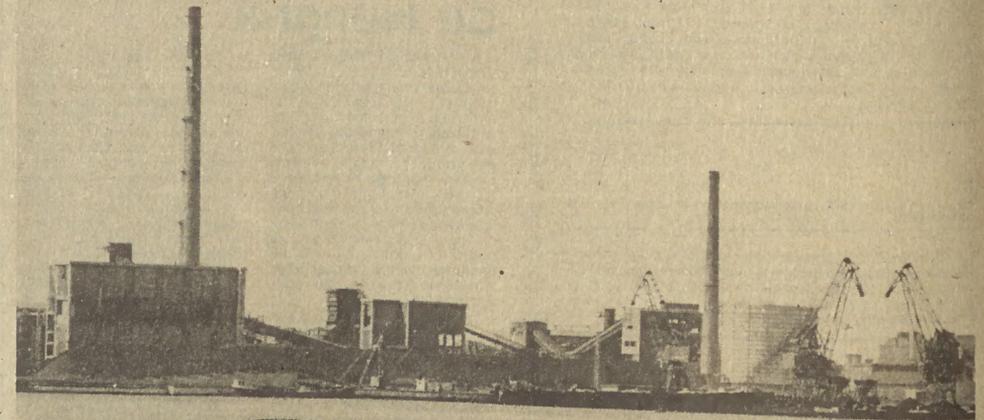
todos os trabalhadores e, nomeadamente, dos quadros técnicos da empresa para os quais o congelamento do PSN significa o seu próprio congelamento, a sua desmobilização, mesmo face à necessidade de defender e dinamizar a empresa. (Sousa Marques)

### ● Os problemas nacionais têm solução

O presente Seminário demonstra bem que os problemas nacionais têm solução e que essa solução só pode ser encontrada com os democratas, que não é com a direita no poder que os problemas nacionais se resolvem. Pelo contrário, o que temos verificado é que, com ela no poder,

os problemas se agravam; que cada vez mais largos estratos de sociedade portuguesa estão interessados em debater os problemas nacionais e, em conjunto, encontrar para eles as soluções adequadas.

(Sousa Marques)



O monopólio Champallimaud é hoje uma empresa nacionalizada pronta a desenvolver-se com base na matéria-prima e no trabalho nacional.